

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS  
**Instituto de Filosofia Sociologia e Política**  
**Programa de Pós-Graduação em Sociologia**



Dissertação de Mestrado

**Guerra e paz em Pelotas/RS**

A narrativa das facções criminosas em pixos e tatuagens

Henrique Jeske

Pelotas, 2023

Henrique Jeske

**Guerra e paz em Pelotas/RS**

A narrativa das facções criminosas em pixos e tatuagens

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia, Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Simone da Silva Ribeiro Gomes

Pelotas, 2023.

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas  
Catalogação na Publicação

J58g Jeske, Henrique

Guerra e paz em Pelotas/RS : a narrativa das facções criminosas em pixos e tatuagens / Henrique Jeske ; Simone da Silva Ribeiro Gomes, orientadora. — Pelotas, 2023.

137 f.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, 2023.

1. Facções. 2. Pelotas. 3. Pichação. 4. Tatuagem. 5. Crime.  
I. Gomes, Simone da Silva Ribeiro, orient. II. Título.

CDD : 301.185

Elaborada por Leda Cristina Peres Lopes CRB: 10/2064

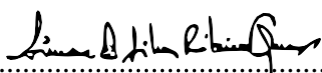
Henrique Jeske

Guerra e paz em Pelotas/RS – A narrativa das facções criminosas em pixos e tatuagens

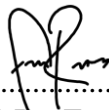
Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em Sociologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 31/03/2023

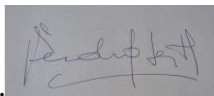
Banca examinadora:



.....  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Simone da Silva Ribeiro Gomes (Orientadora). Doutora em Sociologia pelo IESP – Instituto de Estudos Sociais e Políticos – UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro.



.....  
Prof. Dr. Fernando de Jesus Rodrigues. Doutor em Sociologia pela UnB – Universidade Federal de Brasília.



.....  
Prof. Dr. Pedro Alcides Robertt Niz. Doutor em Sociologia pela UFRGS – Universidade Federal de Rio Grande do Sul.

Vengo de la cabeza, soy de una banda descontrolada;  
Hoy no me cabe nada, vas a correr por que sos cagón;  
Son todos unos putos, unos amargos, unos buchones;  
Llaman a los botones, vinieran todos, se quedan dos.

Agarrate Catalina – La violencia

## RESUMO

O presente estudo é uma imersão sociológica realizada em Pelotas, no Rio Grande do Sul, interessada nas marcações de facções criminosas espalhadas pelas ruas da cidade em forma de pichações e impressas em tatuagens nos corpos de indivíduos. Os argumentos que compõem o texto estão orientados em debater o cômputo da vida dentro e fora do “universo faccional” na localidade por intermédio das produções imagéticas em questão. Objetiva lançar luz sobre o espraiamento das atividades e a popularidade alcançada por alguns coletivos, centrando o papel das marcações nesses processos disruptivos que contrapõe o vitorioso discurso estatal sobre a segurança pública municipal. A abordagem empírica é majoritariamente qualitativa, e fora utilizado um roteiro semiestruturado para entrevistas realizadas com trinta e sete indivíduos que rodeiam o “mundo do crime” por razões distintas, aqui denominados atores-chave. Ocorreram onze ocasiões de entrevistas individuais e duas ocasiões de entrevistas coletivas. Soma-se a isso o registro fotográfico de pichações faccionais encontradas em Pelotas e cercanias, totalizando cinquenta e três imagens; doze registros de equivalentes alusões às facções criminosas locais na internet e outras dezesseis imagens de tatuagens cedidas por colaboradores. Ademais, são datificadas as “sinopses históricas” (Feltran, Cipriani, Maldonado, et al., 2022) produzidas e compartilhadas pelos atores em áreas “marcadas” por facções, o principal produto extraído da observação participante. O estudo também contou com um questionário com perguntas abertas e fechadas interessadas em verificar o nível do conhecimento dos cidadãos acerca dos nomes, siglas e símbolos de facções criminosas atuantes na região, questões às quais responderam remotamente cento e cinco indivíduos. Os resultados indicam o poder decisório hegemônico de uma única facção criminosa na cidade, cujo nome e os símbolos figuram no imaginário popular local como expoentes do crime, sendo propagados e reproduzidos, porém, extra “mundo do crime” em produções estéticas que copiam aquelas produzidas no âmbito faccional. Além disso, discute-se a complexidade das dinâmicas internas, acordadas entre coletivos ou impostas compulsoriamente, as quais são cotidianamente reforçadas pelo ideário imagético constituído como linguagem estética referenciada pelo “mundo do crime”.

**Palavras-chave:** facções; Pelotas; pichação; tatuagem; crime; cultura.

## RESUMEN

El presente estudio es una inmersión sociológica realizada en Pelotas, Rio Grande do Sul, interesada en las marcas de facciones criminales diseminadas por las calles de la ciudad en forma de grafitis e impresas en tatuajes en los cuerpos de los individuos. Los argumentos que componen el texto se orientan a debatir la competencia de la vida dentro y fuera del “universo faccional” en la localidad a través de las producciones de imágenes en cuestión. Pretende arrojar luz sobre la difusión de las actividades y la popularidad alcanzada por algunos colectivos, centrándose en el papel de las marcas en estos procesos disruptivos que se oponen al discurso estatal victorioso sobre la seguridad pública municipal. El enfoque empírico es mayoritariamente cualitativo, y se utilizó un guión semiestructurado para entrevistas a treinta y siete individuos que por diferentes motivos rodean el “mundo del crimen”, aquí denominados actores clave. Hubo once ocasiones de entrevistas individuales y dos ocasiones de entrevistas colectivas. A esto se suma el registro fotográfico de grafitis faccionales hallados en Pelotas y alrededores, que suman cincuenta y tres imágenes; doce registros de alusiones equivalentes a facciones criminales locales en internet y otras dieciséis imágenes de tatuajes proporcionadas por colaboradores. Además, se datan las “sinopsis históricas” (Feltran, Cipriani, Maldonado, et al., 2022) producidas y compartidas por actores en espacios “marcados” por facciones, que representan el principal producto extraído de la observación participante. El estudio también contó con un cuestionario que contenía preguntas abiertas y cerradas interesadas en verificar el nivel de conocimiento de los ciudadanos sobre los nombres, siglas y símbolos de las facciones criminales que operan en la región, preguntas a las que respondieron ciento cinco personas de forma remota, elemento complementario que caracteriza la investigación de método mixto. Los resultados indican el poder de decisión hegemónico de una sola facción criminal en la ciudad, cuyo nombre y símbolos aparecen en el imaginario popular local como exponentes del crimen, siendo propagados y reproducidos, sin embargo, fuera del “mundo del crimen” en producciones estéticas que copian los producidos a nivel faccional. Además, se discute la complejidad de las dinámicas internas, consensuadas entre colectivos o impuestas de manera compulsiva, que son diariamente reforzadas por los ideales imaginarios constituidos como lenguaje estético referenciado por el “mundo del crimen”.

**Palabras-clave:** Facciones; Pelotas; pintada; tatuaje; crimen; cultura.

## SUMÁRIO

### RESUMO

<b>Prelúdio</b>	<b>10</b>
-----------------	-----------

### INTRODUÇÃO

#### Linhas gerais

Orientação e estrutura do texto	17
---------------------------------	----

### PERCURSO METODOLÓGICO

Objetivos	23
-----------	----

Elementos etnográficos	24
------------------------	----

Sinopses históricas e o detalhamento da observação participante	26
---	----

Curadoria em fotografia	31
-------------------------	----

Rastros da <i>web</i>	33
-----------------------	----

### CAPÍTULO 1 – O terreno científico

Mundo do crime	35
----------------	----

As facções e outros coletivos	37
-------------------------------	----

O cenário gaúcho – governo e segurança pública	42
--	----

O cenário pelotense – aspectos continuístas	47
---	----

As marcações em Pelotas/RS	52
----------------------------	----

### CAPÍTULO 2 – Guerra e paz em Pelotas/RS

A <i>guerra</i> em 2017/2018	61
------------------------------	----

A <i>paz</i> pactuada	67
-----------------------	----

Da ponte pra cá	78
-----------------	----

### CAPÍTULO 3 – Produção cultural do crime em outros países americanos e a noção de cultura do crime



Aspectos da <i>Gang Culture</i> nos Estados Unidos_____	84
A <i>Narcocultura</i> no México e suas derivações_____	89
Tatuagens como parte da <i>Cultura Pandillera</i> na América Central_____	94
A <i>cultura do crime</i> expressa em elementos visuais_____	99
<b>CAPÍTULO 4 – Pichações, tatuagens e <i>footing</i>: espólios simbólicos de guerra</b>	
Tudo 5, 14-18-12, MR e outras pichações de facções_____	106
Tatuagens - “O Pernalonga com um machado, arrancando a cabeça do Taz”_	114
O <i>footing</i> - “Os guri me apoiam e eu apoio os guri, não tem ruim!”_____	120
<b>EPÍLOGO_____</b>	<b>125</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS_____</b>	<b>129</b>

## PRELÚDIO

“— Ah, cupincha...tu sabe! Vais me perguntar um bagulho que tu já sabe? Por que?! Ainda mais essa hora, guerreiro. Essa hora o movimento na vila é outro e eu não vou ficar aqui falando bonito na orelha de vagabundo (risos).” Aprendi que às quatro horas da tarde de uma sexta-feira, no meio do mês de julho de 2019, que o movimento na vila era outro. Era diferente, por exemplo, de uma manhã de segunda-feira quando uma senhora me contou que *os guris não mexiam com ninguém*, e que *graças a deus* eles estavam fora do bairro quando os *brigadianos* estiveram lá chutando portas e ameaçando a população em busca de drogas e querendo saber onde é que estavam enterradas as armas, que segundo ela nunca existiram.

A vila numa sexta-feira à tarde tinha gente que era tão estranha a mim quanto eu era estranho a eles, visto que raramente andávamos por ali no mesmo horário. Na ruazinha de cima — geralmente pouco movimentada e que contava com duas saídas, uma em cada extremidade dando acesso rápido à duas avenidas — os olhos que habitualmente acompanhavam minhas incursões haviam se multiplicado e se dispersado em meio à uma relativa multidão. Pessoas que assim como eu, não eram dali e estavam focadas em algo perdido no chão, em seus copos, nas telas dos celulares, mas que nunca cruzavam olhares comigo, apesar de quase sempre me cumprimentarem com um discreto movimento de cabeça quando nos aproximávamos.

Ouvi relatos de violências para as quais a rua de cima serviu como palco. A casa ao lado da senhora que em nome de deus intercedia pelos guris dali, já não tinha porta, janelas ou portão, mas apesar desse desimpedimento ninguém reclamava aquele espaço de alvenaria bem acabado e destoante dos casebres de madeira e materiais reaproveitados pelos quais acotovelavam-se os posseiros recém chegados.

“— Os *tiro* eram pro velho aquele que tinha se juntado com um polícia e falou que ia fazer e acontecer na vila. Quando foram nele, *na de homem* mesmo, ele correu e se trancou na *baia*. Os *guri* deram na porta e pegou na cabeça da mulher dele. Pra tu ver, *coroa cagão* e ainda foi a mulher que pagou pelo erro dele. Ainda bem que não morreu a tia, mas tiveram que largar da vila, né?! Tu sabe!”<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Homem, 25 anos, morador de um loteamento na zona norte de Pelotas e cujo relação com os membros de facção no bairro é próxima, ainda que eu não possa afirmar sua pertença.

No pequeno espaço de terra de ruas íngremes, que eram definidas como as *de cima*, a *do meio* e as *de baixo*, barrentas e arborizadas, podia-se contar cinco travessas onde residiam mais ou menos quarenta famílias. A energia elétrica chegava por meio de *gatos*, os dutos de água eram *mangueiras pretas* e tudo tinha cara de projeto inacabado. As famílias, porém, conheciam umas às outras e estabeleciam laços comunitários suficientemente fortes para que o apoio mútuo fosse facilmente percebido. Deparei-me com agentes de saúde, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais e recreacionistas atuando no território, visitando casa a casa e sempre sendo questionados sobre seus itinerários de trabalho para que houvesse a garantia de que os vizinhos não fossem deixados de lado e os benefícios trazidos pelos profissionais também os alcançasse. A comunidade pulsava, apesar das inúmeras carências materiais.

Tive a oportunidade de vez ou outra conversar brevemente com os e as profissionais que ali passavam, e as interações, quando não eram iniciadas por mim, geralmente partiam de um: “— Bom dia. O senhor sabe quem reside naquela casa?”. Haviam portas que simplesmente não eram abertas, independentemente da insistência de quem as esmurrava ou batia palmas aguardando do lado de fora dos portões, ainda que as roupas penduradas no varal denunciasses que se tratavam de casas habitadas. Eu presenciei a frustração dos visitantes que nunca puderam completar seus registros, mas que se tivessem retornado no final da tarde de uma sexta-feira, se deparariam com um grande fluxo de pessoas entrando e saindo daqueles espaços outrora misteriosos. Música alta, fumaça, uma peculiar agitação e o vem-e-vai de indivíduos apressados são alguns elementos que ajudam a resumir o que encontrariam, ainda que seja pouco provável que obtivessem êxito em identificar os responsáveis por aqueles espaços mesmo nessas condições.

O micro espaço em questão era, antes de mais nada, um espaço público que não parecia sê-lo. Além das “barreiras estatais” representadas pelas precárias condições das ruas e de uma pequena ponte que dava acesso à localidade, parecia existir uma barreira invisível imposta por uma vigilância discreta, mas que identificava e monitorava a presença forânea e em alguma medida tolhia um fluxo frequente e mais intenso de pessoas a qualquer hora do dia. Com o passar do tempo alguns indícios dessa vigilância tornaram-se identificáveis, visto que a frequência dos desacordos cujos desfechos violentos

ocorriam à luz do dia passaram a coincidir com o aparecimento de palavras e números riscados com tinta spray nos muros, principalmente nas ruas de acesso.

Durante o período em que percorri a região e conversei com seus habitantes, destaco uma breve e escassa ação do Poder Executivo Municipal em prol do lazer e primeira infância. Na ocasião, registrei a implementação de um pequeno *playground* dotado de balanços, gangorra e escorregadores que cobriram uma área verde antes vazia, flanqueada por um muro onde estavam dispostos os números *14-18-12* e a inscrição *Os Manos*, feitos com tinta spray azul. A revitalização do espaço fora muito bem recebida pelos moradores e imediatamente desfrutado pelas crianças, e o muro que havia sido pintado de branco iluminava a nova área de lazer, destacando-a naquele lugar.

**FIGURA 1** – 14-18-12 osm



**Fonte:** Acervo do autor

Ainda assim, me inquietava o fato daquela pichação não ter sido coberta por completo, tendo sido curiosamente poupados o número *14* e o vocábulo *Os*, permitindo que a antiga inscrição fosse ainda parcialmente visível. A degradação de tal área de lazer ocorreria tão rapidamente quanto sua construção, e ao passo que se rompiam as correntes de sustentação dos balanços, o espaço deixava de ser frequentado pelo público infantil e

passava a concentrar grupos adolescentes que tornaram a área um recorrente ponto de encontro.

Decorrido pouco mais de um mês desde a completa desativação do *playground* por ação do tempo e falta de manutenção básica, a vila vivenciava uma nova sequência de ações violentas. O lugar oscilava entre períodos de quietude e turbulência já havia algum tempo, entretanto, desde meados de 2018 não eram registradas mortes, espancamentos ou desapropriações compulsórias. Ao passo que se multiplicavam os relatos que coletei — geralmente de manhã —, sobre as truculentas abordagens noturnas protagonizadas pela Brigada Militar; sobre contendas que vez ou outra resultavam em disparos de armas de fogo; e sobre a intensificação do comércio de drogas, presenciei a revitalização de uma marcação que apesar de ter imediatamente despertado minha curiosidade, não reverberava a importância que aparentemente detinha.

Mesmo não tendo sido recuperada completamente, a parte que se mantivera visível da contagem alfabética adotada como *bandeira* pela facção mais antiga de Porto Alegre ainda existente (Cipriani, 2016) fora revitalizada. Tendo os traços azuis sido sobrepostos por tinta spray preta, a renovação do símbolo acompanhava agora um nome próprio, disposto de maneira estilizada. O movimento na vila, a violência, os períodos de tranquilidade, as casas “esvaziadas”, a tranquilidade de alguns e o desespero de outros soavam como fatores estritamente relacionados com o que enunciavam as paredes.

FIGURA 2 – 14-18-12 OSM Vinnicios



Fonte: Acervo do autor

Passadas algumas semanas desse registro fotográfico, encontrei-me com um habitante da vila (*in memoriam*) com quem construí uma relação de confiança e que, compreendendo o motivo de minha presença ali, convidava-me sempre para um café ou qualquer outra bebida quente, que além de agradável no inverno do extremo sul do Brasil, desaguava em longas conversas e contribuições providenciais para que eu compreendesse o que acontecia naquele lugar:

“É tudo isso aí que rola. O que acontece?! Vem *essas facção* aí e quem tem que proteger é a polícia, mas a polícia não consegue proteger nem eles. Aí tu tens que baixar a cabeça, ficar quieto e sair fora. Aqui mesmo, esse cara aqui fez essas casinhas boas aí, os guris vendendo droga aqui, gastavam no bar dele e ele começou a trazer polícia pra cá. O B. eles mataram! Aí depois do B., vieram e deram *uns tiro* nele, o pastor saiu fora, o M. aquele pegou e *largou*. Por que?! Tavam fazendo reuniãozinha com a polícia. Eles cansaram de ir ali em casa e me convidar pra ir lá, que o *brigada* tava lá, e eu vou ir?! Eu dizia “mais tarde eu vou ali”. Só que seguinte, se os caras querem vender aí, deixa vender, cara. Vais te invocar com os caras?! Eu não ia ali botar a minha cara e querer saber as coisas.

(...) diz que eram os Bala na Cara...Bala na Cara, não! Os Manos! Aí depois eles tavam se matando tudo, e aí ficaram tudo junto, se uniram. Pra tu ver que tá escrito agora “É tudo cinco”. Ali já até apagaram um pouco, mas onde tu entrar, em qualquer lado...no Laranjal, aonde tu andar...eu viajo por tudo aí, cara, e tudo diz assim ó: “É tudo cinco. É os Taura.” Porque seguinte, eles tavam se matando tudo, e para eles não se mataram, eles disseram assim: “Então *vamo* se unir. *Vamo* vender junto, *vamo* trabalhar junto porque nós *tamo* se matando. Tu tem a tua

facção e eu tenho a minha. Tu mata dois do meu e eu mato três do teu.”  
 (...) Aqui dentro eles tomaram umas cinco ou seis casas.

Isso é a mesma coisa que tu ir pra *buteco* e começar a falar. Falar *outras coisinha* que não era. Não fala demais, cara. Não fala demais. Não fala demais!” **FPM**<sup>2</sup>

Soavam complexos os acordos e desacordos naquele lugar. Eu não sabia ao certo quais, mas aparentemente haviam facções criminosas operando ali. Eu tinha também um indicativo sobre pichações semelhantes às que eu havia registrado, que aparentemente eram variadas e estavam espalhadas por toda a cidade. Havia a retórica política municipal, e narrativas populares que não se limitavam àquele micro-espço, um emaranhado de informações discursivas e imagéticas agregadoras desde uma perspectiva sociológica. Eu parti dali convencido a buscar entender um universo que difícil de ser visualizado, mas que talvez se tornasse mais claro caso eu lograsse tomar emprestadas as perspectivas de pessoas que haviam visto e ouvido mais do que eu.

Aquelas cinco ruas eram apenas um pequeno recorte de um bairro periférico muito maior. Cinco ruas que eram abertas, mas “fechadas”, e que carregavam consigo uma injusta má fama que se intensificara havia uns poucos anos. Cinco ruas alocadas no bairro em que eu cresci, concluí o ensino médio e cujos caminhos voltei a percorrer mais recentemente, visto que parte de minha família ainda reside lá. Andando pude encontrar pessoas que há muito tempo não via; ex-colegas de escola, ocasionais parceiros em partidas de taco na infância, pessoas com quem compartilhei momentos alegres e algumas tensões durante a adolescência, e lembro de pensar que talvez fosse interessante saber por onde andaram e o que pensavam aqueles velhos conhecidos sobre o lugar que voltamos a compartilhar:

“**Bx:** (...) — Pô, aí sim, meu. Quanto tempo, irmão!

**Pesquisador:** — Massa, *Bx*. Tu saiu quando?

**Bx:** — Faz umas três semanas. Mas não posso sair daqui da vila. Tô de tornozeleira, te liga... (ergue o pé direito, mostrando um dispositivo de monitoramento remoto)

**Pesquisador:** — Ah, mas tá bom. Pelo menos tá na rua. E as crianças?

**Bx:** — A *M.* levou embora. Tão morando lá fora, ela tá até casada com outro magrão. Não aguentou a pressão (risos). Foi me visitar umas três vezes e não quis mais saber. Também nem culpo ela... seis anos, né

---

<sup>2</sup> Trecho de relato gravado com o consentimento do interlocutor 25/04/2021. Identificado com nome fictício.

mano?! Mas vou ver um jeito agora pra ela trazer os guri pra tirar um tempo comigo.

**Pesquisador:** — Boa! E as *tattoos*?! Tu fez mais? Fez alguma lá dentro?

**Bx:** — Não fiz nada, meu! Na real, até fiz. Fiz esse Jesus aqui no braço. Saiu uma sangueira...mas esses bagulho aí de facção eu não fiz nada. Não era.” **BX**<sup>3</sup>

Ciente da relação entre as tatuagens amadoras e o cárcere, lembro de ter sido surpreendido por aquele terceiro elemento na equação. A relação mais do que imediata levantada por meu interlocutor fez-me estreitar a compreensão sobre o uso simbólico das tatuagens pelas facções dominantes no cárcere. Soava novo para mim. De modo semelhante aprendi o que significavam as siglas e símbolos dispostos nas pichações com as quais frequentemente me deparava, sem que fossem traduzidas por ninguém. As facções criminosas eram um tema frequente e espontâneo que em alguma medida povoava o imaginário e o cenário local. Elas surgiam nos diálogos mais ínfimos e os símbolos dos quais se utilizavam tornaram-se populares ao ponto de serem reproduzidos por crianças nas paredes das escolas municipais do bairro.

Dessas provocações iniciais aqui descritas e que se perdem em meio à uma infinidade de outros acontecimentos introdutórios ao campo de pesquisa, restava compreender que histórias contavam. Afinal, as mensagens e os símbolos riscados nas paredes e nos corpos, para além de seu conteúdo imediatamente identificável, descortinavam em suas imagens o próprio enredo protagonizado pelos coletivos criminais existentes e atuantes em Pelotas.

---

<sup>3</sup> Diálogo registrado no caderno de campo em 16/07/2021. Nome fictício do interlocutor.



## INTRODUÇÃO

### **Linhas gerais**

#### *Orientação e estrutura do texto*

As páginas a seguir tratam de uma análise sociológica sobre pichações e tatuagens feitas por ou em nome de facções criminosas na cidade de Pelotas, no extremo sul do Rio Grande do Sul. Isso se dá, principalmente, por meio do registro fotográfico desses manifestos imagéticos — os quais chamo de “marcações” —, acrescidos das interpretações e significados colhidos por meio de entrevistas etnográficas. Estas se deram com moradores de áreas periféricas marcadas; indivíduos detentores de corpos marcados; indivíduos auto descritos como membros de facções criminosas; profissionais de segurança pública; pesquisadoras e pesquisadores concentrados nos temas da violência e mercado das drogas; ativistas humanitárias da causa carcerária e indivíduos apenados cumprindo regime diferenciado.

O estudo é subsidiado por outros recursos científico-metodológicos que serão devidamente alumbrados ao longo do texto. Todavia, assume de imediato o compromisso com uma transmissão das contribuições obtidas juntos aos e às entrevistadas, centrando-se principalmente no relato cotidiano da pesquisa de campo. Em suma, os leitores e leitoras serão expostos no decorrer do texto à frequentes diálogos e trechos de entrevistas que trazem argumentos intrínsecos sobre cada aspecto do tema, que aparelhados por teoria sociológica e achados científicos anteriores, propõe a elaboração de explicações *in loco* para o fenômeno em questão.

Alocando a pesquisa na temática do crime e da violência, ressalto que o termo “crime” ganhou e continua ganhando matizes diversos por meio de recorrente pesquisas e no cotidiano contemporâneo das cidades. Os meandros do “mundo do crime”, melhor percorridos por Gabriel Feltran (2008), fazem-se fundamentais para o presente estudo, e orientarão a proposta servindo como norte sociológico e mais apurada revisão sobre o assunto.

Todavia, proponho aqui a adição de uma narrativa imagética dotada de uma interpretação que contemple a propagação de uma cultura visual no interior do “mundo no crime” no cenário estudado. Ademais, além de permitir uma argumentação no sentido do acompanhamento das inegáveis transformações das relações contemporâneas e a super

valorização dos recursos visuais, o registro fotográfico como um dado etnográfico (SALVAGNI; DA SILVEIRA, 2013) permite que sejam discutidos aspectos específicos sobre forma e conteúdo das imagens em comparação com imagens outras. Ainda que comparados com registros fotográficos tomados em lugares distintos, onde são experimentadas outras realidades, pode-se lançar mão recursivamente de comparativos puramente estéticos, mas que carregam significados menos óbvios em suas formas, guardando semelhanças edificantes para a análise proposta.

Como aprofundamento da ideia acima e aporte fundamentador para essa análise que é em certa medida desbravadora, recorro às fotografias para tornar a pesquisa tão visual quanto o objeto propriamente dito. O recurso possibilita aproximações que julgo mais apuradas por permitir que sejam detalhados e comparados aspectos relativos às cores, formas, encobrimentos e representações em nada casuais ou impensadas. Nesse sentido, reforço visualmente as convergências analíticas com estudos conduzidos nos Estados Unidos, interessados em desconstruir o que é denominado como *gang graffiti* (Phillips, 2015), por exemplo, entre outros esforços.

Em linhas gerais, a coleta e disposição das fotografias no decorrer do texto servirá à um conjunto de três propósitos que se complementam: Primeiramente, ilustrar o trabalho de campo. Em seguida, transmitir com maior precisão as reflexões às quais cheguei durante a coleta empírica de dados, algumas obtidas durante incursões em bairros cujas demarcações continham características ímpares, como a sobreposição dos símbolos de facções rivais, o destacado refino artístico ou mesmo um grande número de marcações condensadas em um pequeno espaço, permitindo que leitores e leitoras visualizem tais discrepâncias e acompanhem os argumentos que as seguem. E finalmente, o posicionamento lado a lado com imagens coletadas em outros países da América Latina e nos Estados Unidos por pesquisadores que dedicaram semelhante atenção às produções gráficas relacionadas às gangues, *pandillas*, *carteles* e demais associações de sujeitos em conflito com a lei, a fim de chamar atenção para os sentidos que não raro convergem, apesar de terem sido produzidos em contextos absolutamente distintos.

Justificando a eleição do objeto, destaco a intenção de posicionar a presente pesquisa na esteira das contribuições científicas sobre a violência e os coletivos criminais no território brasileiro. Optei por centrar a observação nas marcações de facções criminosas pelas seguintes razões: Primeiro por percebê-las como influências reais, em

detrimento do reducionismo retórico do qual ainda lançam mão alguns gestores públicos e forças de segurança (GOMES, 2019), um argumento que apesar de encontrar eco entre as vozes que o julgam superado, fora reforçado ao longo de todo o período de coleta de dados, mostrando-se vivo em boa parte dos discursos de gestores e agentes da lei. Depois, por concatenar com a ideia de que esses coletivos estruturados, fortalecidos e dotados de identidade “são responsáveis por novos padrões de violência dentro e fora das prisões” (SALLA, DIAS, SILVESTRE; 2012, p. 334), o que observo como problemática importante e mutável. Também pela popularidade que o argumento ter sido alcançada por via das reproduções midiáticas impulsionadas pelo advento da internet, onde é habitual que sejam propagados símbolos e discursos concentrados no enaltecimento das facções criminosas em redes sociais, sites e fóruns, além da relativa facilidade com que se pode encontrar vídeos amadores onde indivíduos são *cobrados*<sup>4</sup>, como verificou Paiva (2019, p. 173), tornando a *web* uma depósito de símbolos e registros públicos aos quais lançam mão as próprias facções e terceiros.

Em algumas situações as marcações tem origem em atos vistos por si só como transgressores, como é o caso das pichações. Inclusas no rol dos crimes contra o ordenamento urbano e patrimônio cultural, consideradas vandalismo e crime ambiental<sup>5</sup>, são ainda assim, atividade recorrente que deixa rastros principalmente, mas não exclusivamente, nos centros urbanos. Minha atenção esteve voltada à utilização dessa via para a impressão de símbolos, nomes, frases e siglas cuja conotação pode ser identificada como apologética, reclamatória, demarcatória ou mesmo informativa, e são executadas por ou em nome de facções criminosas conhecidas.

As tatuagens, por sua vez, costumam ser brevemente notadas na literatura que trata a violência e o crime no Brasil, surgindo quase sempre como motivo suficiente para inspirar desconfiança (MISSE, 1999, p. 48), como empecilho à conquista do emprego “formal” e do desenvolvimento pessoal (FELTRAN, 2008, p. 333) ou como representação de determinado alinhamento. O que se verifica atualmente, é uma popularização que as torna quase tão “públicas” quanto são as pichações.

---

<sup>4</sup> Ameaçados, espancados, mutilados ou mortos como represália a qualquer ação que rompa os códigos e regras impostas por um coletivo dominante em determinada localidade, ou mesmo pela pertença à um coletivo rival.

<sup>5</sup> Nos termos do Artigo 65 da Lei 9.605/98 (Lei dos crimes ambientais).

Ainda assim, ao passo que o uso dos *graffitis*<sup>6</sup> é, apesar da infâmia, amplo e multifacetado, remontando a outros povos e épocas (HERMES, OLKO, ZRALKA, 2001; GARRAFFONI, 2005), encontrando usos políticos e estéticos no Brasil do passado e do presente (LIMA, 2018; BRESOLIN et al., 2019), as tatuagens foram quase sempre um estigma social. Apesar de terem também sido documentadas como elemento ritual, simbólico e estético dos povos pré-coloniais (MARQUES, 1997), o uso moderno da tatuagem foi intensamente cerceado por enquadramentos médico-criminalistas e jornalístico tendenciosos, como os que produzira João Paulo Alberto Coelho Barreto, o “João do Rio” (JEHA, 2019), por exemplo.

O olhar sociológico que emprego aqui, está voltado às tatuagens que são de fato alusivas ao crime. Símbolos e nomes de facções são as marcações mais frequentes nesse sentido, porém, também interessam e aqui figurarão os desenhos cujos sentidos foram construídos no âmbito carcerário, policial ou nas ruas, distorcendo significados originais, exprimindo mensagens codificadas e, não raro, cedendo espaço à nocivos equívocos interpretativos<sup>7</sup>.

A fim de evitar qualquer distorção do intuito original da pesquisa, a leitura não deve acontecer de modo que a vincule ao conjunto de escritos interessados em condenar as práticas sobre as quais versarão as linhas e parágrafos a seguir. Enquanto indivíduo e pesquisador, trago intrínsecas no texto uma série de percepções particulares postas com o intuito de tencionar minha condição e perspectiva de homem branco suburbano, portador de um corpo visivelmente tatuado e a quem particularmente agradam as formas antiestéticas da pichação, com as percepções colhidas em campo junto de outras pessoas que comigo concordaram, discordaram, discutiram e empreenderam novas perspectivas, por mim impensadas, sobre o uso e os sentidos das marcações. Por meio dessa imersão, justifico a voz verbal que aqui emprego, buscando não perder de vista o aspecto humano no processo de pesquisa e conseqüentemente entregando ao leitor ou leitora a mesma honestidade que me fora entregue no campo ao longo do processo de coleta dos dados.

---

<sup>6</sup> Não se refere ao estilo de arte como ficou conhecida no Brasil. A linha tênue que separa o que alguns indivíduos definem como *grafitti* e outros como pichação, não se estende à literatura estrangeira, por exemplo.

<sup>7</sup> Como nos relatos colhidos e destacados ao longo do presente texto, em que indivíduos com tatuagens de palhaço são taxados como matadores de policiais e tem seus direitos e integridade comprometidos.

Apesar da intenção de construir uma proposta original, meu trabalho no campo esteve devidamente permeado pela influência e reprodução dos achados de outros cientistas sociais. Naturalmente me refiro às fortes influências acadêmicas, identificadas como “melhores” durante meu processo de formação. Entretanto, destaco e incluo nesse apanhado a relevância das formais e informais imissões de colegas acadêmicos, registradas em caderno de campo e que nutriram reflexões fundamentais, haja vista tratar-se de uma investigação levada a cabo na cidade que compartilhamos, versando sobre objetos mais ou menos disponíveis à vista de todos e todas e passíveis de interpretação. Assim, esses achados advindos puramente do ambiente acadêmico somados do detalhamento dos acontecimentos ímpares do campo, espelharão a presença de um pesquisador ferramentado em campo, reclamando alguma autoridade nos argumentos que constrói a partir de uma observação, de modo semelhante ao que acontece em análises estatísticas ou em aplicação de questionários. Todavia, a escolha de um caminho longo e mais custoso para a redescoberta de um fenômeno (WEBER, 2009), está associada ao interesse pelos diferentes graus de percepção, de legitimação e reconhecimento social do objeto para o qual se olha.

Nesse influxo, iniciei em dezembro de 2019 a coleta fotográfica das marcações espalhadas por Pelotas, sem saber ao certo como as utilizaria. Na medida em que a coleção aumentava e o crescimento do meu interesse acompanhava a proliferação dessas marcações pela cidade, sentia-me menos capaz de interpretá-las com base apenas na mensagem imediata que manifestavam. A partir da dúvida, elaborei um roteiro minimamente planejado, mas aberto e experimental, para perseguir os sentidos menos oficiais (WEBER, 2009) do que as marcações exprimiam. Alcancei assim, algumas categorias dentre as quais destaco a *marcação territorial*. Antecipo aqui de modo ilustrativo, a marcação territorial enquanto categoria nativa, que se revelou tão funcional quanto complexa, exigindo posteriores esclarecimentos sobre o que é compreendido como território pelos diferentes atores que contribuíram com essa pesquisa, em consonância com o contexto em que se encontravam.

Para apresentar essa e outras categorias, e expor de que forma e por onde andei em busca de imagens e informações que transmitissem da forma mais fidedigna possível as visões de mundo, o texto estará disposto do sentido de delinear nos sub eixos introdutórios a seguir, os caminhos descobertos *a priori*. Explicarei minhas concepções interpretativas sobre o mundo do crime e as facções criminosas, cultivadas com base no

trabalho de outros autores e autoras. Logo, proponho atualizar leitores e leitoras sobre o contexto municipal das políticas de segurança e dos “acontecimentos do crime” condensados e concordantes nas falas dos e das entrevistadas, em forma de um segundo capítulo introdutório, alusivo a realidade experimentada pelos cidadãos pelotenses. Me baseio em acontecimentos mais ou menos recentes; discursos do poder executivo municipal, políticas municipais de segurança, práticas policiais aferidas e noticiadas, e finalmente, o que contam as expressões gráficas cidade afora e como reverberam o mundo do crime fora dos seus espaços.

## PERCURSO METODOLÓGICO

### *Objetivos*

Entre as idas e vindas textuais até aqui, esbocei algumas vezes os objetivos que movem esse esforço. Contudo, formalizo a intenção de analisar as marcações faccionais existentes na cidade de Pelotas/RS e áreas limítrofes, com o intuito de discutir a popularidade, o espraiamento e as atividades empreendidas por esses coletivos e que são verificáveis a partir da atenção dedicada às manifestações simbólicas dessa natureza. Objetivo ainda descortinar os sentidos implícitos e interpretar àqueles explícitos sob a hipótese da existência e disseminação de uma cultura (campo) do crime.

A perseguição desse objetivo orienta a estrutura textual e organiza os argumentos ao longo de cada capítulo de maneira a cumprir com: O registro e análise de marcações pichadas em espaços públicos e privados, também manifestações e conteúdo semelhante na internet, enquanto elementos empíricos fundamentadores do objetivo geral; o registro e análise das impressões nos corpos, englobando tatuagens e *footing*, como novos conjuntos de elementos empíricos fundamentadores do objetivo geral, e por fim; com a análise do material coletado empiricamente em comparação com fenômenos culturais vinculados aos diferentes coletivos descritos na literatura estrangeira sobre *gang culture*, *narcocultura*, *cultura pandillera* e mais (KLEIN, 1992; SÁNCHEZ-JANKOWSKI, 1997; BRAGANÇA, 2012; WOLF, 2017; OVALLE, 2005, 2010; RUEDA, 2010; BOERMAN e KNAPP, 2017).

Incluo neste registro um outro objetivo não alocado textualmente, mas que permeia toda esta produção. Trata-se do manejo leal das informações que me foram confiadas por cidadãos, sob a promessa de um empenho científico comprometido com o alívio das incongruências e imprecisões no cotidiano do eixo da segurança pública em Pelotas, no Rio Grande do Sul e no Brasil. Considerando o envolvimento de múltiplos atores e a tomada de empréstimo das suas compreensões sobre a realidade para a construção do conhecimento – embasado nos acontecimentos ambientados onde estes atores vivem, transitam, trabalham, compartilham experiências, experimentam emoções e morrem –, os dois primeiros objetivos específicos e vindouros capítulos serão construídos sobre uma detalhada e fiel reprodução de suas contribuições, em respeito ao fator humano envolvido na pesquisa, o que inclui minha forânea consciência explicitada, vez ou outra.

### *Elementos etnográficos*

Não fosse a mescla metodológica, tomaria uma postura arriscada ante as formalidades e anunciaria esta pesquisa como uma etnografia. Na medida em que buscava os melhores meios para coletar dados que me ajudassem a lidar com a hipotética ideia de que entre tantas (sub)culturas, há também uma referenciada pelo crime, encontrei nas entrevistas semiestruturadas um caminho adequado. A feitura de um caderno de campo, mesmo para o manejo de dados quantitativos, permeia minha trajetória acadêmica e questiona o conceito de um campo. Há sempre um campo, ou não é campo o lugar de onde se pensa, escreve, categoriza e analisa dados?!

O uso laureado dos escritos brutos transmitidos ao texto sem censura (WEBER, 2009), oriundos dos manuscritos onde se cruzaram os *insights* impulsionados pelo habitus primário (BOURDIEU, 1992) e os destinos aos quais se chega depois de ouvir, reouvir e processar o que foi dito, observar onde se está e como se está, refletir sobre os gestos e as interferências que integraram uma situação de entrevista, e outras ocorrências etnográficas comuns, direcionam parte daquilo que fiz ao trilha da etnografia.

Entrevistei, entre os meses de junho de 2021 e fevereiro de 2022, pelos meios possíveis em um contexto de pandemia de Covid-19 e com o recurso de um roteiro semiestruturado, um total de 37 pessoas. Os e as entrevistadas que optei por chamar de atores-chave, foram selecionados, alguns, por seus interesses profissionais, humanitários ou intelectuais que circundam o mundo do crime e os temas do crime e da segurança pública. Outros por autodenominarem-se *simpatizantes* ou *pertencentes* às facções e outros coletivos, ou mesmo por declararem-se contraventores desassociados à qualquer coletivo, mas deterem conhecimentos elementares sobre o universo faccional. Outros ainda, por tratarem-se de indivíduos privados de liberdade, que apesar da indesejada situação e do delicado tema que busquei debater, concordaram em ceder seus pareceres sobre o que viram, viveram e sabem.

Mais precisamente, entrevistei individualmente por meio das plataformas *Google Meet* e *Webconf UFPel*: uma pesquisadora e dois pesquisadores, a quem chamarei de Atores-chave 1, 2 e 3; um agente penitenciário, a quem chamarei de Ator-chave 4; um guarda civil municipal, a quem chamarei de Ator-chave 5; duas voluntárias da Pastoral Carcerária vinculada à igreja católica, as quais chamarei de Atores-chave 6 e 7; e uma



técnica de segurança do trabalho, responsável por um canteiro de obras onde as paredes foram pichadas em nome de facções e que presenciou embates entre os colaboradores sob sua tutela, a quem chamarei de Ator-chave 8. As ocasiões de entrevistas presenciais ocorreram junto de um artista visual e pichador, com quem me reuni em sua casa, na zona leste de Pelotas, e a quem chamarei de Ator-chave 9; um policial militar, atuante há dez anos na Brigada Militar (BM), com quem me reuni em um café no centro de Pelotas, e a quem chamarei de Ator-chave 10; um homem autodeclarado *envolvido* com o tráfico de drogas, cuja relação descreveu como *estreita* com uma facção, e com quem me reuni em uma praça da zona norte da cidade, a quem chamarei de Ator-chave 11; e um agente de trânsito atuante nas operações empreendidas pela PPPP, residente em um bairro periférico intensamente demarcado pelo crime, com quem me reuni em um café na zona norte e a quem chamarei de Ator-chave 12.

Realizei uma entrevista coletiva à distância, por meio da plataforma *Google Meet* com três policiais rodoviários federais (PRF), atuantes há nove, sete e seis anos na instituição, os quais chamarei de Atores-chave 13, 14 e 15. Finalmente, fui recebido na sede da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC Pelotas), onde mediei uma entrevista coletiva na qual participaram dezenove indivíduos em regime especial de encarceramento – denominados *recuperandos* na APAC –, uma gestora e um gestor da instituição, cujas contribuições serão identificadas apenas como Grupo APAC.

Os percalços nessas atividades se deram, principalmente, por duas razões: a instabilidade das conexões de internet, ora minha, ora dos entrevistados; e minha imperícia na eleição dos locais onde realizei duas entrevistas presenciais. Escapando a obviedade do percalço tecnológico, me deterei em descrever brevemente as dificuldades enfrentadas pelas más eleições. Optei, em uma das ocasiões, por um estabelecimento que considerei ideal pela localização central, de fácil acesso e por considera-lo um local pequeno, intimista, onde poderia conversar com tranquilidade. Todavia, nos primeiros momentos do encontro, o entrevistado já relatara o desconforto que lhe causara o som ambiente, com o qual *ficava difícil conversar*. Aquela afirmação se confirmaria correta no decorrer da entrevista, cuja gravação tornara-se inaudível em alguns momentos devido a interferência sonora. Em seguida, o ambiente considerado intimista mostrou-se inadequado pelo constante fluxo de pessoas que entravam e saíam, alguns mostravam-se incomodados com o tema de nossa conversa, com as cenas de violência que relatava o entrevistado e com a incerteza que causava nossa duradoura presença.

O outro percalço aconteceu quase nos mesmos termos. Em respeito e demonstração de gratidão à boa disposição do entrevistado em ceder o tempo destinado ao descanso após o trabalho, aceitei sua sugestão de local e horário. Nos encontramos em um café e restaurante, próximo ao meio dia, sem saber que naquele espaço anexo à um supermercado, o almoço estaria sendo servido. Em poucos minutos estávamos rodeados por pessoas, o que implicava na inibição de algumas questões que surgiam, na interferência sonora da gravação e em uma preocupação com a situação sanitária, tendo em vista a pandemia ainda vigente.

Apesar dessas situações, todas as entrevistas presenciais e a distância, coletivas e individuais, bem como o grupo focal, foram registrados com o recurso de um celular, munido com um aplicativo para gravação de áudio. Todas as gravações e o uso das informações compartilhadas foram autorizadas pelos colaboradores e colaboradoras, e a análise de dados contou com o recurso do software *NVivo*, para dados qualitativos.

#### *Sinopses históricas e o detalhamento da observação participante*

Naturalmente, nem sempre meus convites para uma entrevista foram aceitos. Enfrentei, na verdade, muito mais negativas do que pude comemorar aceites para a discussão de um tema que causava temor, desconforto ou que soava *filosoficamente pobre*<sup>8</sup>. Algumas vezes ouvia que *não era*, que era uma *parada que não se comenta*, ouvi que *agora não dá* e que *não saber das coisas às vezes é uma benção*, ouvi ainda que havia hora certa pra falar sobre determinados assuntos e que não havia intenção de se *falar bonito na orelha de vagabundo*, conforme descrito logo no início desse texto. A ideia de terem suas vozes gravadas repeliu a participação de alguns. Mesmo quando eu expunha que gravar não era fundamental e que poderíamos abrir mão da ideia, a primeira impressão fazia-se predominante e resultava em uma negativa. Era surpreendente, porém, a frequência e a facilidade com que o crime e principalmente as facções criminosas eram evocadas em conversas que a princípio nada tinham a ver com a criminalidade. Me intrigava o fato de que quase todos, não importando quem fossem, tinham alguma opinião ou história para contar envolvendo as facções e seus feitos em Pelotas, Porto Alegre, Rio Grande, Santa Vitória, Chuí e até no Uruguai.

---

<sup>8</sup> Nota do caderno de campo. Justificativa de recusa em 19/11/2021.

Apesar de nem sempre obter sucesso ao tentar empregar estratégias de entrevista, o uso recursivo da observação participante me permitia avançar, e concedia acesso às mais diversas e valiosas informações por vias distintas, mesmo quando por acaso. Nessa toada, quando ingressava nos ambientes acompanhado por alguém, investi em conversas soltas que pudessem me aproximar ao máximo do roteiro pensado para as situações formais de entrevista, porém mais atento, ouvindo e vendo o lugar onde estava, quem me acompanhava e quem mais compartilhava aquele espaço conosco. O posterior registro no caderno de campo tornou-se mais frequente e intenso durante essa etapa.

Estive, em quatorze ocasiões inserido em áreas periféricas demarcadas por pichações de facções na companhia de indivíduos que ali habitavam e/ou exerciam suas atividades. Nesse caso, descrevo eventos essencialmente distintos das situações em que foram acordadas entrevistas, referindo-me apenas às oportunidades construídas no processo exploratório junto de sujeitos diversos, cujas contribuições indiretas foram igualmente negociadas. Mais precisamente, me refiro aos contatos acessados no calor do diálogo, dos contatos compartilhados ou dos amigos em comum, que apesar de nem sempre se apresentarem disponíveis para cederem eles próprios seus relatos, conduziram-me aos espaços e depositaram confiança ao introduzirem-me aos círculos onde eram *considerados*<sup>9</sup>.

Se trataram de três incursões ao loteamento Santa Cecília, localizado no bairro Três Vendas, na zona norte da cidade, duas vezes em companhia de um agente comunitário de saúde e uma vez conduzido por um habitante daquela localidade, entre os meses de junho e julho de 2021. Duas incursões no Balneário dos Prazeres no mês de julho de 2021, popularmente conhecido como Barro Duro, localizado no bairro Laranjal, acompanhado em ambas as ocasiões por um morador local e autodenominado integrante de uma facção, ao qual fui apresentado na primeira incursão ao loteamento Santa Cecília. Em seguida, durante dois dias consecutivos no mês de agosto de 2021, ingressei na vila Castilhos, bairro Centro, acompanhado de um habitante local que me fora apresentado por um ator-chave entrevistado, tendo acesso às pichações que incluíam coberturas dos nomes e siglas de outras facções.

Ainda no mês de agosto de 2021, fui acompanhado por um ator-chave até as localidades denominadas Pestano e Getúlio Vargas, bairro Três Vendas, sendo Pestano o

---

<sup>9</sup> Termo nativo que significa deter a confiança dos demais. Ser respeitado.

local de residência do colaborador – fator que me permitiu percorrer demorada e atentamente a região –, e o segundo um local próximo e igualmente familiar ao meu condutor, onde fui apresentado à um grupo de jovens que incluía sujeitos detentores de tatuagens às quais descreverem como *da facção*.

**FIGURA 3** – Tattoo Taz GV



**Fonte:** Acervo do autor

Ao final do mês de outubro de 2021, ingressei nos residenciais Montevideo e Buenos Aires, conjuntos habitacionais dispostos lado a lado, onde fora conduzida a operação *Hermanos* pela polícia civil do Rio Grande do Sul, já citada anteriormente. Na ocasião fui acompanhado por um amigo pessoal residente na localidade que é densamente pichada com palavras e siglas referentes à facção dos Taura, e que fora descrita pelo residente como uma área *tranquila, mesmo que tenha uma parte que é dominada por eles*. Na data, conversei com três outros moradores dos residenciais, cujas providenciais contribuições também compõe o conjunto de sinopses históricas que dão corpo a uma análise que inclui as perspectivas pelas quais os “trabalhadores” enxergam o fenômeno em voga.

As quatro incursões finais em áreas demarcadas ocorreram nos meses de dezembro de 2021 e janeiro de 2022. Em dezembro, de modo exploratório, percorri a rua Tenente Lira, no bairro Fragata na zona oeste do município. A rua que liga as movimentadas avenidas Duque de Caxias e Imperador Dom Pedro I, despertou minha atenção por possuir nas esquinas convergentes com ambas as avenidas um conjunto de pichações que aludem pelo menos duas facções distintas, estando essas marcações muito mais visíveis e próximas aos grandes centros do que eu habitualmente vinha documentando. Na primeira ocasião, quando me deparei com as marcações, percorri a pé toda a extensão da rua fotografando um total de sete pichações. Pude contar com a colaboração de um comerciante local que ao notar meu interesse e comportamento, espontaneamente me explicara a geografia daquela região e sua compreensão sobre o crime, as facções e as pichações, narrando um acontecimento pertinente do qual foi testemunha e pedindo que eu voltasse na semana seguinte para uma conversa mais detalhada. Tendo retornado conforme combinado, encontrei fechada a porta do estabelecimento e a conversa nunca se concretizou, todavia fotografei outras duas pichações, me valendo do mapeamento que me cedera o comerciante na ocasião anterior.

Em janeiro de 2022 ingressei no loteamento Dunas, bairro Areal, na zona leste do município, acompanhado de um agente redutor de danos. O profissional que era antecedido pela experiência e os anos de prestação de serviços à saúde pública, permitiu que eu o acompanhasse em uma visita extra oficial naquela localidade onde entre outros locais atuava. Na ocasião fui conduzido à uma conversa breve com um grupo de três sujeitos, tendo minhas próprias tatuagens despertado em um deles a confissão de também possuir uma tatuagem:

**HD2:** — *Afudê* esse teu trampo da tua cara, hein meu?!

**Pesquisador:** — Curtisse? Pode crer.

**HD2:** — Eu tenho uma *loca* também aqui na perna. Uma do *coisa*, tá ligado?!

**Pesquisador:** — Pior que não tô ligado. Deixa eu ver aí!

**HD2:** — Não, não era. Quem é tá ligado, *pai*.” **HD2**<sup>10</sup>

---

<sup>10</sup> Trecho de diálogo registrado no caderno de campo em 12/01/2022. Interlocutor identificado com nome fictício.

Os jovens descritos previamente pelo redutor de danos como *envolvidos* pouco quiseram falar sobre as marcações pichadas na entrada do quarteirão a frente de onde nos encontrávamos, mas compartilharam comigo a gravação de uma música guardada na memória do celular de um deles e descrita como *das antigas e de antes das guerra*, cuja letra trazia indicativos para a decodificação de alguns dos símbolos e siglas sobre os quais eu havia colecionado dúvidas nos últimos meses.

*“Exército pesado de pistola, os fuzil e os colete.*

*Nós bebe o sangue dos Taura para poder matar a sede.*

*Amanhã o moleque doido mata e sempre quer mais, que para ele tanto faz.*

*Olha só o Pernalonga metendo bala no Taz.*

*Vem com nós, é pelo certo, bagulho mó disciplina.*

*Nossa guerra é com os contra, nós não envolve família.*

*E aí, nós vem chegando, pode crer, nós tá saindo.*

*MR pelo certo, a máfia dos Mata Rindo.”<sup>11</sup>*

Por fim, no final do mês de janeiro de 2022, firmei uma visita à duas pessoas conhecidas — um comerciante e uma estudante, — residentes em áreas nas quais eu já havia identificado e fotografado a existência de pichações. Acordamos uma conversa breve, um direcionamento para outras marcações que talvez houvessem identificado e um panorama geral sobre o cotidiano e questões relacionadas à sensação de segurança nos bairros São Gonçalo e Areal, onde respectivamente residiam meus colaboradores.

Em duas das ocasiões descritas presenciei o comércio ilegal de entorpecentes e em duas outras compartilhei o espaço com indivíduos que traziam expostas suas tatuagens faccionais. Em três dessas circunstâncias meus interlocutores permitiram que eu gravasse parte dos relatos que descreviam inspirados por minhas indagações. Essas gravações duram entre um minuto e doze segundos, e cinco minutos e trinta segundos, compondo o material que representa o montante de dados obtidos de modo exploratório, somados às anotações, fotografias e memórias, cujo conjunto dá corpo ao que denominei sinopses históricas (FELTRAN, CIPRIANI, MALDONADO, et al., 2022).

---

<sup>11</sup> Letra da música gravada no dia 12/01/2022 e transcrita no caderno de campo.

### *Curadoria em fotografia*

Por se tratar de um objeto de pesquisa visível, presente no corpo físico da cidade e mais ou menos explícito nos corpos de alguns de seus habitantes, o simples deslocamento cotidiano fez-se uma espécie de laboratório, um momento de coleta de dados e atenção redobrada ao cenário e aos atores. Durante meu trânsito pela cidade, quase sempre agilizado por uma motocicleta, mas às vezes a pé ou sobre uma bicicleta, pude perceber o surgimento e a proliferação das marcações com certa precisão, acompanhando-os desde seu surgimento e percebendo as alterações de cenário.

Diferentemente das incursões guiadas, acompanhado por residentes de determinada localidade, lancei mão do registro fotográfico frequente de pichações, principalmente, em deslocamentos e incursões solo pelo centro e pelos bairros do município. As pichações ganham destaque e superam massivamente o número de tatuagens registradas pelo simples fato de estarem dispostas publicamente — fator que torna descomplicado o acesso e permite que sejam acompanhadas não somente as transformações do cenário, mas as transformações das marcações propriamente ditas.

Não me refiro aqui à ação do tempo e a degradação da tinta sobre uma superfície exposta às intempéries, mas sim a ação humana sobre os significados que comportam tais marcações. Se dispostas por ou em nome de facções criminosas, os significados intrínsecos nem sempre explicitados pelas mensagens ora extensas, ora substanciadas, tornam-se menos restritos ao mundo do crime e aos seus atores, uma vez que são sobrepostas, substituídas, riscadas ou acrescidas de elementos por meio de nova ação mecânica. Nesse sentido, o registro fotográfico fez-se essencial para o acompanhamento dessas transformações durante o período de coleta dos dados, auxiliando na decodificação de mensagens menos claras e conservando os efeitos visuais de algumas dinâmicas ocorrendo no interior e no entorno das facções.

Tendo em vista o simplificado acesso às pichações (públicas) quando comparado com as tatuagens (privadas), os registros fotográficos dessas primeiras superam em muito as segundas. Todavia, ainda que em número inferior, as tatuagens que pude fotografar carregam um significado especial que em alguma medida amarra-se ao conceito de *footing* cunhado por Erving Goffman (1981) e ao papel que tal conceito exercerá futuramente no presente estudo. De modo prévio, considerando a inescapável necessidade de obter o consentimento dos sujeitos tatuados para que fossem fotografados, suas

posturas ou alinhamentos (*footing*) tornam-se uma variável muitas vezes não captada pela câmera, mas ainda assim vivas no registro fotográfico. Elaboro tal argumento lançando mão às palavras de Pierre Bourdieu e Marie-Claire Bourdieu, que ao analisarem os usos sociais e o sentido das fotografias na sociedade camponesa em Béarn, nos anos 1960, descreveram uma perspectiva sobre aqueles que deixam-se fotografar e que considero atenuada em se tratando do interesse perseguido nessa pesquisa e o teor do que fora fotografado: “ao olhar para a pessoa que olha para mim (ou que me fotografa), ao preparar a minha postura, dou-me para ser visto; dou a imagem de mim próprio que quero dar e, muito simplesmente, dou a minha imagem” (BOURDIEU e BOURDIEU, 2006, p. 38).

Fotografei oitenta e sete pichações dispostas na malha urbana pelotense, tendo posteriormente filtrado e selecionado cinquenta e cinco dessas fotografias feitas *por* ou *em nome de* facções criminosas conhecidas, as quais foram preferidas por terem seu conteúdo textual ou imagético encontrado eco nas informações extraídas de entrevistas e sinopses históricas. Foram fotografadas também quatro tatuagens explícita e assumidamente (por parte de seus detentores) alusivas a facções criminosas e/ou referenciadas pelo crime.

A maior parte desses registros foi obtido de modo exploratório ou fortuito, ora percorrendo centro e bairros em busca dessas marcações, ora encontrando-as por acaso e confirmando sua reprodução nos trajetos que percorri. Vez ou outra obtive em conversas alguma informação sobre determinados lugares onde haviam sido percebidas marcações específicas ou atividade criminal intensa, ou ainda áreas reclamadas por sujeitos que se diziam faccionados. Nesses casos, desloquei-me até alguns desses lugares de maneira menos demorada, em motocicleta, a fim de agilizar meu acesso, o registro e a retirada, preservando a discrição e a segurança sem abrir mão da exploração completa do campo. Pude contar de muitos modos com a colaboração de terceiros, que cientes do meu esforço de pesquisa, ao depararem-se com pichações que acreditavam conter o que eu substancialmente buscava, registraram-nas e as compartilharam comigo.

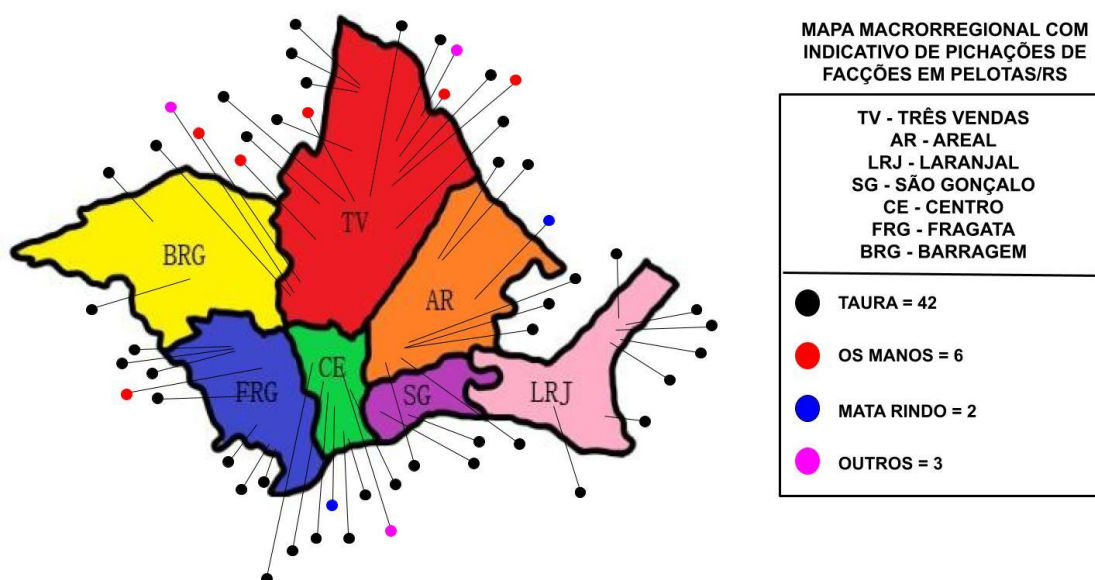
Dentre as sete macrorregiões que compõe o município oficialmente, registrei: dezoito pichações espalhadas no bairro Três Vendas — uma da facção Okaida, quatro da facção Os Manos e treze da facção Os Taura; Oito pichações no bairro Areal — uma da facção Mata Rindo e sete da facção Os Taura; Sete pichações da facção Os Taura no bairro Laranjal; Quatro pichações da facção Os Taura no bairro São Gonçalo; Oito



pichações no Centro da cidade — uma da facção Okaida, uma da facção Mata Rindo e seis da facção Os Taura); Oito pichações no Fragata (uma da facção Os Manos e sete da facção Os Taura) e duas pichações da facção Os Taura na área da Barragem. Como adendo, guardando relevância e simbolismo que hoje extrapolam o escopo dessa pesquisa mas que podem servir-lhe como posterior continuidade, coletei outras quatro imagens de pichações das facções Os Taura e os Manos na praia do Cassino/RS; nove da facção Os Taura no Capão do Leão/RS; e uma da facção Bala na Cara em Santa Vitória do Palmar.

Estes últimos, apesar de extrapolarem também o recorte territorial que propus nesta análise, representam a proliferação das marcações e dos próprios coletivos por outras regiões do extremo sul do RS. No mesmo sentido, servirão para ilustrar comparativamente a reprodução de práticas semelhantes em outros estados brasileiros, onde as somarei com um conjunto vasto de outras imagens cedidas por pessoas que as registraram nessas localidades e algumas coletadas na *web*.

**Figura 4** – Mapa macrorregional com indicativo para a localização de pichações de facções em Pelotas/RS



**Fonte:** Elaboração própria baseada em acervo fotográfico do autor. Desenvolvido em 2021, contemplando o quantitativo reunido até o momento da elaboração.

### *Rastros na web*

Finalmente, surge como subproduto a ser analisado, a reprodução virtual das marcações, facilitadas e até banalizadas pelo advento das redes sociais. Empreendi,

brevemente, a busca por algumas palavras-chave nas plataformas *Youtube*<sup>12</sup> e *Twitter*<sup>13</sup>. Nesses espaços, porém, não me detive à delimitação territorial que ordena a pesquisa empírica, tendo coletado um material diverso que inclui depoimentos pró-facções, fotografias de pichações, fotografias de tatuagens, comentários registrados nas plataformas, conteúdo em vídeo e *postagens* de teor afinado com o objeto de pesquisa.

As palavras-chave pesquisadas foram: *Facção, PCC, CV, Okaida, Os Taura, Os Manos, TD5, Tudo 5, 1533, 14-18-13, #éosguri, #éosleão, #passanada, Tá no Chão, Bala na Cara, Anti-bala, V7 e TCP*. O intuito por trás da coleta é reforçar um referencial imagético que aponte para a proliferação de palavras, termos, símbolos e discursos construídos pelas ou para as facções no Brasil. Somam-se aos registros coletados na *web*, os autos de inquéritos publicados no sítio eletrônico de informação jurídica *JusBrasil*<sup>14</sup>, com especial ênfase às transcrições de diálogos registrado via “grampos” telefônicos, e cujo teor está voltado às marcações (tatuagens) de indivíduos vinculados às facções Os Taura e Mata Rindo.

Findadas as fundamentais explicações sobre *como*, resta empreender esforços para enunciar *o quê*. Assim, contarei a seguir, do jeito que vi, li e tal qual me foi contada, uma história sobre algo acontecendo em Pelotas/RS.

---

<sup>12</sup> <http://www.youtube.com.br>

<sup>13</sup> <http://www.twitter.com.br>

<sup>14</sup> <http://www.jusbrasil.com.br>

## CAPITULO 1 – O TERRENO CIENTÍFICO

### *Mundo do crime*

É comum que em um grupo de pessoas, reunidas informalmente e conversando sobre aspectos diversos de suas vidas, alguém ali conheça um homem jovem que é *envolvido*. Se a conversa estiver acontecendo em uma sexta-feira à noite em frente a um bar, pode ser que um carro passe em baixa velocidade, tocando música alta e impedindo a conversa por alguns instantes. Como é corriqueiro, as calçadas em frente aos bares e casas noturnas da cidade estão tão lotadas quanto seus interiores, e não seria surpreendente que o gênero musical escolhido pelos tripulantes do carro seja bastante popular, e que a música figure entre as mais tocadas das últimas semanas. *Ela fala que quer crime e eu sou criminoso*<sup>15</sup>. A batida da música chama a atenção das pessoas reunidas na calçada, que olham para o carro, tecem comentários sobre a música, sobre o carro, sobre os tripulantes e as roupas que eles vestiam. Um amigo pergunta ao outro se ele reparou no cordão dourado no pescoço do motorista: – *Claro. Pesadão. De bandido mesmo*. Responde o amigo. Em seguida eles entram em um bar ali em frente, que reabriria naquela noite depois de três semanas fechado por ordem da justiça. Houve uma troca de tiros entre frequentadores do estabelecimento há quase um mês atrás, mas segundo o proprietário, não aconteceu no interior do prédio e os autores dos disparos não eram clientes, *tinham passagem e eram velhos conhecidos* do policial militar que em jornada dupla fazia a segurança do local.

As cenas que descrevi são fictícias, mas soarão comuns há muitos. Destaquei, além do cenário, termos que aludem o mundo do crime e que repetidamente ouvi em entrevistas. Por esse intermédio, proponho discutir sentidos mais frequentes e menos restritos às codificações contidas no âmago das práticas criminosas e relações entre seus autores, ou seja, a expansão do marco discursivo do mundo do crime (FELTRAN, 2011). Quando Gabriel Feltran narra parte da trajetória de Pedro (2008, p. 81), também traz contidas uma série de palavras capturadas durante a pesquisa e utilizadas para cumprir, com efeito, com a ruptura entre a antinomia da cidade legal *versus* cidade ilegal — o que serve aqui como exemplificação clara da real elevação ao *status* de universo de sociabilidades daquilo que outrora resumira-se às práticas criminais, somente.

---

<sup>15</sup> Frase de abertura da música “A cara do crime (Nós incomoda)” de MC Poze de Rodo, com participação de Bielzin, PL Quest e MC Cabelinho.

Apesar do problemático discurso no Brasil, que ao estipular um mundo social habitável, exclui, criminaliza e mata a população negra, pobre e as minorias, proponho um olhar sobre os efeitos da comercialização e conseqüente interesse midiático sobre os bens culturais produzidos ou melhor explorados pelos *excluídos*. Esta reflexão está proposta em um trecho intitulado “mundo do crime”, não por atribuição às populações negras e pobres – como ocorre no discurso discriminatório das elites –, mas como reflexo do massivo encarceramento e matança de homens jovens negros periféricos (FELTRAN, CIPRIANI, MALDONADO, et al., 2022), das más condições do cárcere e da gestão das penas, das letais violências policiais e da defasagem das estruturas de habitação e lazer nas periferias.

Percebo hoje, um mundo do crime *extenso*, presente no cotidiano dos “trabalhadores” de forma distinta à experimentada alguns anos atrás, bem como no cotidiano dos “bandidos”, onde pelas vias do crime, se morre e se mata menos do que poucos anos atrás (FELTRAN, CIPRIANI, MALDONADO, et al., 2022). O uso recursivo do “marcador de diferença” (FELTRAN, 2010) que distingue trabalhadores de bandidos, indica apenas o grau relacional com a criminalidade, sendo empregado quando houver a necessidade de descrever situações ou construir argumentos que o necessitem para cumprir com o objetivo. O que pretendo, portanto, é um uso prático da categorização mundo do crime, ao nível do entendimento corrente sobre a solidez de outros “mundos”, como o mundo dos negócios, o *mundo da moda* ou o *mundo militar*. Elegi estes três exemplos justamente por tratarem-se de conjunturas que apesar de aceitação social, carregam nocividades, disparidades e violências, além de não raro albergarem atividades criminosas e ilicitudes, assim como muitos outros “mundos”.

A principal ideia que busco explorar tomando por base o mundo do crime, é a ideia da “normalidade” do crime, conforme observa-se desde os escritos de alguns autores canônicos da sociologia. Ideias semelhantes às que busco explorar foram melhor descritas nas palavras de Karl Marx e não são, portanto, inovadoras, tratando-se apenas de uma atualização atrelada aos bens culturais contemporâneos, caso seja necessário defini-las:

O criminoso produz uma impressão parte moral, parte trágica, com a qual presta o serviço de conduzir o movimento dos sentimentos morais e estéticos do público. Ele produz não apenas livros sobre o direito criminal, não apenas a legislação criminal e os legisladores, mas também arte, literatura, romances e até dramas trágicos, como provam “A Culpa” de Müllner, “Os ladrões” de Schiller e até mesmo Édipo e Ricardo III. O criminoso interrompe a monotonia da segurança

cotidiana da vida burguesa. Ele a preserva assim da estagnação e provoca aquelas inquietas tensão e flexibilidade sem as quais o próprio estímulo da concorrência seria enfraquecido. Ele dá assim uma áspora às atividades produtivas. Enquanto a criminalidade retira uma parte da população excedente do mercado de trabalho, reduz a concorrência entre os trabalhadores e limita até certo ponto a diminuição dos salários, a luta contra a criminalidade absorve outra parte dessa mesma população (MARX, 2016 [1910]).

Assim, para além de um contexto local, o mundo do crime ao qual me refiro engloba práticas distintas, sobre regras e códigos distintos, mas quando evocado, o termo aciona um conjunto de práticas possíveis no imaginário do ouvinte com maior ou menor assertividade, conforme o grau de proximidade com as práticas ilícitas ou indivíduos que as praticam. Compreenderão também ao longo do texto um referencial para produções culturais e artísticas carregadas de sentidos de orgulho e preconceito, mas que mescla usos e significados no cotidiano, a exemplo do funk, de indumentárias popularizadas nas periferias, do *pixo* e do *graffiti*, desde a prática em si até o produto da prática. Avultam-se, como expoente representativo do ingresso formal no mundo do crime, a pertença às facções criminosas que pela expressividade e oportunidade econômica, pela propagação do que pode ser entendido como uma forma de poder, pelos elementos que forjam identidades culturais e identidade estética, ecoam sua existência e se consolidam como referencial disponível e explorável.

#### *As facções e outros coletivos*

Há uma extensa literatura acadêmica sobre mercados ilícitos e dinâmicas criminais que cumpre o papel de reivindicar atenção à centralidade destas temáticas no Brasil (RODRIGUES, 2020; 2021; CIPRIANI, 2019; PAIVA, 2019; DIAS e MANSO, 2018; GRILLO e HIRATA, 2017). A busca por relações causais e efeitos das dinâmicas criminais no país é delineada em muitos sentidos, passando por seus atores e por práticas redesenhadas nas últimas duas décadas. Nos dias atuais, o Brasil vivencia episódios semelhantes aos que experimentam outros países latino-americanos, assistindo à pluralização e aumento do número de atores armados, lidando com os desdobramentos advindos das redes geradas por esses atores, além das convergências e rupturas desencadeadas por suas práticas em realidades díspares, do norte ao sul, principalmente.

Parte do material que inclui observação histórica sobre a delinquência na América Latina argumenta que a formação e desenvolvimento de facções e grupos que carregam características visuais e simbólicas semelhantes está diretamente associada às penitenciárias e à vida no cárcere (SALLA, DIAS, SILVESTRE, 2012; GOMES, 2019), à pobreza e exclusão social (SAVENIJE, 2009; WARD, 2013), às migrações forçadas ou derivadas de fatores políticos (ERIC, IDESO, IDIES, IUDOP; 2001), entre outras razões. Todavia, ao observarmos o atual estágio alcançado por esses coletivos nos lugares em que atuam, percebemos a mescla dos fatores outrora apontados como fundantes, reverberando em maior ou menor medida e guardando funções elementares no interior dos essencialmente distintos grupos.

À exemplo disso – detendo o argumento às facções brasileiras mais conhecidas e originadas no interior de penitenciárias –, estes coletivos encontram nas periferias terreno fértil para seu desenvolvimento (PAIVA, 2019; RODRIGUES, 2020), introduzindo normas e símbolos constituídos no cárcere por entre as lacunas deixadas pelo Estado no descumprimento do compromisso de alívio a pobreza, bem como do devido amparo estrutural igualitário entre cidadãos. De modo semelhantemente matizado, coletivos criminais centro-americanos nascidos “*gangues callejeras*”, geradoras de identidades que garantiam sentido à vida de jovens vivendo em contextos de escassez de recursos e oportunidades (DEMOSCOPIA S.A., 2007), baseiam-se hoje também nas extensões econômicas, políticas e estruturais desenvolvidas no interior do sistema penitenciário com o passar dos anos. Essas fusões concernem em grande medida às perguntas feitas por estudos anteriores, interessados em temáticas semelhantes às quais lanço mão na presente pesquisa, no Brasil e em outros países latino-americanos. Juntos, esses estudos resultam, entre outras coisas, em um documental multifacetado que nos conta quem são e de onde vêm a maior parte das pessoas encarceradas no Brasil e demais países da América do Sul e Central, explicando a perpetuação da sobreposição dos fatores aqui abordados sobre o crime, as periferias, a pobreza e a criminalização de determinadas práticas, origens e aspectos.

O resultado descritivo desse documental permite e inspira a olhar para os modos coletivos de vida – elemento fulcral para a compreensão da formação e dinâmicas das facções criminosas brasileiras. Nesse caso, o mero papel do cidadão periférico agravado de múltiplas formas pelos sujeitos que concebem um mundo habitável diretamente

contraposto às periferias, é justaposto a criminalização. Dessa maneira, possibilitando o pertencimento, orgulho e a recorrente intenção de fazer-se visto dos cidadãos invisibilizados nessas localidades, a criminalidade apresenta-se como algo imediatamente acessível. As facções por sua vez, são hoje uma forma coletiva de vivenciar a criminalidade, extrapolando as periferias e mesmo as fronteiras internacionais como meio possível para o alcance de uma identidade que é principalmente econômica<sup>16</sup>.

É imprudente imaginar que reducionismos retóricos dariam conta da magnitude do problema representado pelas facções criminosas no Brasil contemporâneo. Assim, me aproprio das inculcações trazidas por pesquisas com a intenção de discorrer sobre as facções de modo que as tome como realidade indubitável, não considerando o diálogo com perspectivas que relativizem a expressão, impacto e estruturação desses coletivos no tecido social brasileiro. Ao contrário, oriento esta abordagem às vias percorridas em um sentido mais avançado, concentrado no estudo das dinâmicas violentas e não violentas relacionadas às facções, e tomando por superados os debates sobre a existência ou não de um real poder dessas associações.

Rodrigues (2020) traz contribuições importantes com base nas dinâmicas do mundo do crime acontecendo em Maceió/AL. O autor destaca a *simpatia* que jovens internos do sistema socioeducativo nutrem por facções, nesse caso o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV), o que é por si só um indicativo do poder alcançado Brasil afora e do qual os coletivos gozam sem grandes consequências (LESSING, 2016). Em seguida, Rodrigues descreve a *simpatia* como um determinante que passou a figurar entre os fatores levados em consideração pela gestão do sistema socioeducativo. Movimento semelhante é documentado também no contexto carcerário porto alegreense abordado por Cipriani (2019) e na construção da ordem prisional paulista relatada por Dias e Salla (2019), o que traz pistas para uma acessão, até certo ponto, em meio à heterogeneidade das realidades vivenciadas em estados do nordeste, sul e sudeste.

---

<sup>16</sup> Conforme afirma Sánchez-Jankowski (1997), aqueles que adentram esse universo não figuram como sujeitos em busca de uma identidade positiva frente à um sentimento de inadequação, mas como perseguidores de uma identidade econômica, uma vez que a esmagadora maioria compartilha suas origens pobres.

Outro aspecto importante dos escritos de Rodrigues (2020, p.7) está nos relatos colhidos pelo autor sobre a *redução dos conflitos* e a ideia de que facções estariam *trazendo a paz*. Isto é algo que também ouvi repetir-se em conversas e entrevistas, e que detém certa centralidade no contexto em que embasa a presente pesquisa. Aumenta a importância, ao passo que é uma afirmação que encontra par não somente no trabalho de Rodrigues, mas também no de Dias e Salla (2019), Paiva (2019), Biondi (2018), entre outros, possibilitando que sejam delineados breves padrões entre atividades de coletivos que em essência, são completamente diferentes.

Apesar das dificuldades que encontra quem se debruça sobre a temática discutida, desde 2015 – quando Azevedo e Cipriani apontaram os estudos sobre a expressão social e as dinâmicas criminais dentro e fora do sistema carcerário como ainda relativamente reduzidos (2015, p.163) –, tais estudos tenham ganhado corpo e um número suficiente de interessados, sendo possível que cruzamentos breves como os que fiz acima e outros mais completos e aprofundados, lancem luz sobre elementos comuns no interior das diferentes expressões da realidade. Os resultados dessas comparações tornam mais firme o terreno percorrido, possibilitando que o debate avance e contribuindo para pesquisas estratégicas, inclusive, voltadas às políticas públicas nos grandes centros urbanos, áreas de maior concentração das facções criminosas, mas também ajudando a inferir alguns *modus operandi* em experiências faccionais nascentes.

Conforme afirmam Salla, Dias e Silvestre (2012), é sabido que em quase todos os estados brasileiros ocorrem agrupamentos entre presos, que criam suas próprias facções, regras e símbolos, empreendendo novas dinâmicas e operando em setores diversos do mundo do crime. Serve como elucubração, a percepção de um policial rodoviário federal atuante no extremo sul do Rio Grande do Sul, a qual pude registrar, onde o agente expressa sua compreensão sobre o intuito das novas e velhas facções, sendo claro quando diz que *“cada vez mais essas quadrilhas abrem seus tentáculos para outras coisas. Antigamente se atinham ao tráfico de drogas, mas hoje em dia não. Qualquer coisa que der dinheiro, eles vão tentar colocar as mãos”*. Cabe, assim, que se intensifiquem os debates em busca das convergências observadas nas associações criminosas e suas atuações, visto que cidades do interior dos estados brasileiros também já comportam coletivos originários, mas referenciados por grupos mais expressivos e a mais tempo observados pela ciência. Ao final, as marcações que ocupam o cerne desse esforço de



pesquisa trazem em si essas dinâmicas incorporadas, auxiliando em alguma medida no aprofundamento desse debate.

A fim de tornar clara a articulação entre marcações e dinâmicas faccionais, empreendo o uso do termo “microenfoque” para conceituar o tipo de análise empregada em campo e os dados referentes às facções criminosas coletados. Por “microenfoque” compreendo o olhar afunilado sobre o produto imagético, específico e quase imperceptível dentre a gama de expressões nascidas no interior de um coletivo criminal enquanto universo de sociabilidade. Construo o termo de modo alusivo à prática do que é chamado microssociologia, interessado em transparecer o pareamento ao legado sociológico de Georg Simmel e Erving Goffman, principalmente. Deste último, dentre o montante de conhecimento produzido pelo autor e útil ao presente esforço, destaca-se a construção analítica “concentrada no *locus* físico da interação” (DOS SANTOS, 2009, p. 232), nesse caso traduzido nos espaços demarcados e na interação entre sujeitos com tatuagens de facções em seus corpos, mantendo em voga o debate sobre sociedade e espaços de sociabilidade.

Aprofundo, portanto, esclarecimentos sobre um olhar que foi afunilado desde a envergadura de minha interpretação do mundo do crime, até pequenas produções muito específicas, dispostas entre um sem número de outras, feitas com tinta spray, canetão e rolinho<sup>17</sup>, ou impressas nas peles de homens e mulheres com tinta de tatuagem, tinta de caneta, tinta nanquim e outros pigmentos. Dentre a justificativa dos meus porquês, empreendo um introdutório apontamento da discussão central deste estudo, esboçando meus próximos argumentos sobre o que chamo embrionariamente de cultura do crime, cujo preâmbulo é o produto gráfico dos acontecimentos do mundo do crime em Pelotas, emparelhados à manifestação gráficas semelhantes e seus desdobramentos em outros lugares e contextos.

Posteriormente, discorro ao longo do capítulo um sobre o aumento abrupto dos crimes violentos letais intencionais (CVLI) ocorridos entre 2017 e 2018 em Pelotas, tendo em vista a importância desses eventos para a conjuntura atual, na qual realizei a pesquisa. Me valho do termo “guerra” para descrever a motivação por detrás da maior parte dessas mortes, objetivando a fidedignidade ao termo que eleito pelos colaboradores e

---

<sup>17</sup> Rolo de pintura de paredes. Ferramenta comumente explorada por pichadores.

colaboradoras ao descrevem os acontecimentos. Esse foi o termo eleito também pelo Poder Executivo Municipal, representado por seus agentes de segurança e gestores, quando se referiram ao impopular número recorde, politicamente falando, de homicídios contabilizados nesse período. Por conseguinte, a redução dos homicídios alcançada nos anos posteriores foi nomeada “paz” – pactuada pelo poder público na visão de alguns, granjeada pelas facções criminosas aos olhos da maioria, como palavra final do coletivo que obteve êxito no conflito, e assunto que melhor detalho no decorrer do capítulo em questão.

### *O cenário gaúcho – governo e segurança pública*

O que proponho neste trecho não é uma análise ou uma bateria de informes sobre as facções atuantes no Rio Grande do Sul (RS). Os estudos sobre o crime no estado, voltados ou não às facções, já acumulam um grande número de artigos e debates, e o poder dos coletivos passou a ser tratado com maior seriedade por autoridades de segurança pública nos últimos anos. A ideia aqui é justamente discorrer sobre o cenário político, discutir as concepções de segurança pública que orientam gestores e governantes, trazer alguns dados estatísticos e episódios marcantes, com intuito de gradativamente afunilar a construção imagética que proponho ao leitor e à leitora, de um cenário sobre o qual me deterei nos trechos que seguem.

Faz-se importante empreender a presente ruptura no fluxo do texto, que até aqui esteve concentrado em detalhar o interesse de pesquisa, tema e parte do aporte teórico fundamental ao estudo, em prol da devida explicação sobre as facções criminosas como um conceito muito recente no cenário sobre o qual estive concentrado. Ainda que a cidade de Pelotas figure entre as cinco mais populosas do Rio Grande do Sul e por conta disso já lidasse com problemas relacionados à violência e segurança pública típicos dos médios e grandes conglomerados urbanos no Brasil, as facções criminosas enquanto um conceito propriamente dito só passaram a fazer parte do vocabulário dos cidadãos pelotenses, bem como da mídia local, a partir da implementação de políticas públicas específicas, ligadas a planos de governo articulados para além do executivo municipal.

As linhas a seguir condensam, portanto, um breve conjunto de informações que tem como intuito munir o leitor e a leitora de conhecimentos básicos sobre a diretriz

governamental no âmbito estadual, tendo em vista a importância de tal plano de governo na inculcação de um ideário que tendo sido continuado no âmbito municipal devido ao alinhamento político e partidário de seus gestores, indiretamente “apresentou” à comunidade pelotense o universo faccional ao qual discursivamente combatia, mas com o qual na prática negociou a “paz”.

O Rio Grande do Sul é governado desde 2019 por Eduardo Leite (PSDB), político que venceu no segundo turno as eleições de 2018 tendo como vice-governador Ranolfo Vieira Júnior (PSDB), conhecido como Delegado Ranolfo, que é delegado da Polícia Civil. Hoje à frente de uma unidade federativa que comporta dez delegacias de penitenciárias regionais (DPRs), que por sua vez condensam um total de cento e nove instituições penais ativas, incluindo presídios regionais e estaduais, penitenciárias, centros de custódia hospitalar, colônia penal, unidades prisionais femininas, institutos de monitoramento eletrônico, instituto psiquiátrico e outros, quando ainda em campanha eleitoral o discurso planejado não escapava dos limites do eixo comum da saúde pública, educação e, obviamente, segurança. O atual governador ponderou, durante a campanha, que a valorização dos profissionais de segurança seria reconhecida, caso fosse eleito, por meio da redução dos indicadores de criminalidade, e concordou com a possibilidade da adoção de medidas que chamou de meritocráticas, quando questionado sobre a adequação do estado ao modelo de premiação por desempenho dos policiais, corrente em outros estados<sup>18</sup>.

Destaco a seguir o que é descrito pelo governo como programa transversal e estruturante de segurança pública, intitulado RS Seguro. Tal programa foi lançado pelo gabinete do vice-governador no mês de fevereiro de 2019, figurando entre as primeiras medidas estabelecidas pelo então novo governo estadual. Foram divulgadas quatro áreas de concentração, os *eixos norteadores*, sendo eles: o combate ao crime, as políticas sociais preventivas e transversais, a qualificação do atendimento aos cidadãos e o sistema prisional.

O *eixo* do combate ao crime é mais caro a esta pesquisa. Composto por ações estratégicas voltadas aos municípios com maiores índices de violência, o texto de

---

<sup>18</sup> Conforme verificável em matéria publicada pelo grupo GaúchaZH. Disponível em <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/eleicoes/noticia/2018/09/eleicoes-2018-as-ideias-de-eduardo-leite-para-a-seguranca-publica-cjmcmsfra05cm01px757rtsn9.html> Acesso em 03/03/22.

apresentação deste *eixo* inclui “o fenômeno das facções” em um conjunto de repressões previstas<sup>19</sup>. Arrola 23 municípios com mais de sessenta e cinco mil habitantes na lista dos prioritários, baseando a inclusão nos dados estatísticos de mortes violentas em determinados recortes temporais. Aponta ainda, que no ano de 2019 o governo constatou o menor índice de indicadores criminais da década, comemorando-o como um resultado alcançado pelas medidas adotadas no programa e justificando um recálculo da priorização de alguns municípios, tendo em vista o novo cenário.

O *eixo* do sistema prisional, que prevê ampliações e reformas dos ambientes prisionais para alívio da superlotação – cujas vagas são hoje preenchidas por 43.344 homens e mulheres privados de liberdade<sup>20</sup> – foi pouco noticiado nos quase quatro anos de governo vigente. Ao passo que as estatísticas demonstram um aumento de ocorrências registradas envolvendo, sobretudo, crimes de tráfico de drogas, como demonstram as figuras a seguir, foram oficialmente noticiadas apenas a inauguração de uma unidade prisional na cidade de Bento Gonçalves e uma série de reuniões que não tiraram do papel a proposta de uma nova penitenciária no município de Erechim.

Nesse sentido, supõe-se que das ocorrências registradas, inúmeras tenham resultado no encarceramento dos indivíduos e conseqüente reforço da sobrecarga material, estrutural, interpessoal e humanitária das instituições. Não intenciono aqui outra coisa senão destacar a problemática de uma elaboração estratégica que descreve atentar-se ao “fenômeno das facções” com o uso recursivo de dados científicos, mas que negligencia as condições e formas do cárcere e do encarceramento, fator que notadamente reforça o poderio dos coletivos.

A seguir, ilustro graficamente alguns dados quantitativos publicamente disponíveis, referentes às ocorrências de crimes no RS. Na breve série temporal que apresento, foram selecionados quatro tipos de ocorrência, sendo elas: homicídios dolosos, delitos relacionados a armas e munição, e posse e tráfico de entorpecentes. As selecionei por sua expressividade enquanto práticas já noticiadas como comumente empreendidas por facções criminosas, ainda que não sejam exclusividade desses grupos, e as apresentarei em uma breve série temporal que contempla o ano de 2018, anterior ao governo vigente; o ano de 2019, descrito pelo atual governo como ano dos menores

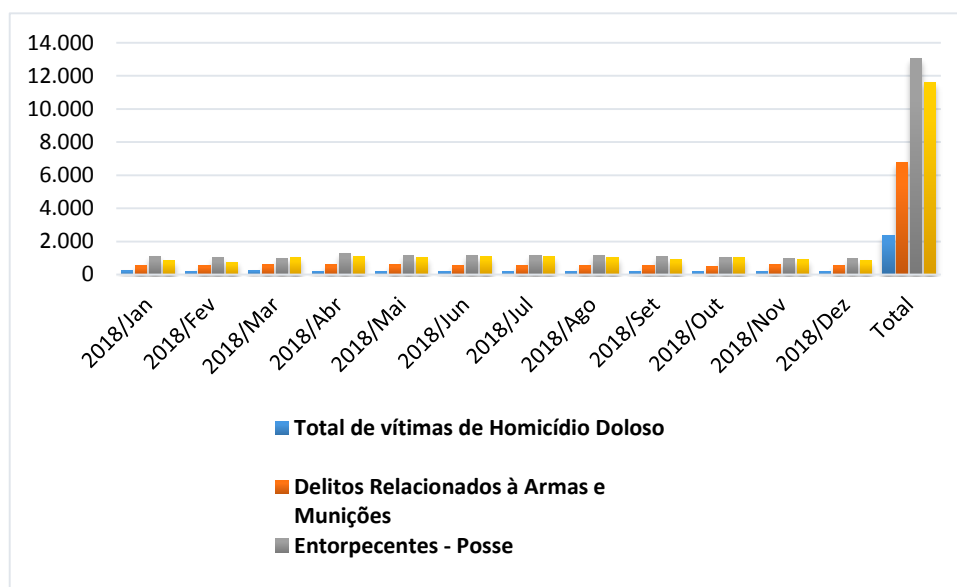
---

<sup>19</sup> Ver em <https://ssp.rs.gov.br/rs-seguro>

<sup>20</sup> Fonte: Departamento de Segurança e Execução Penal - Susepe - Atualizado em 07/03/2022 17:37:11

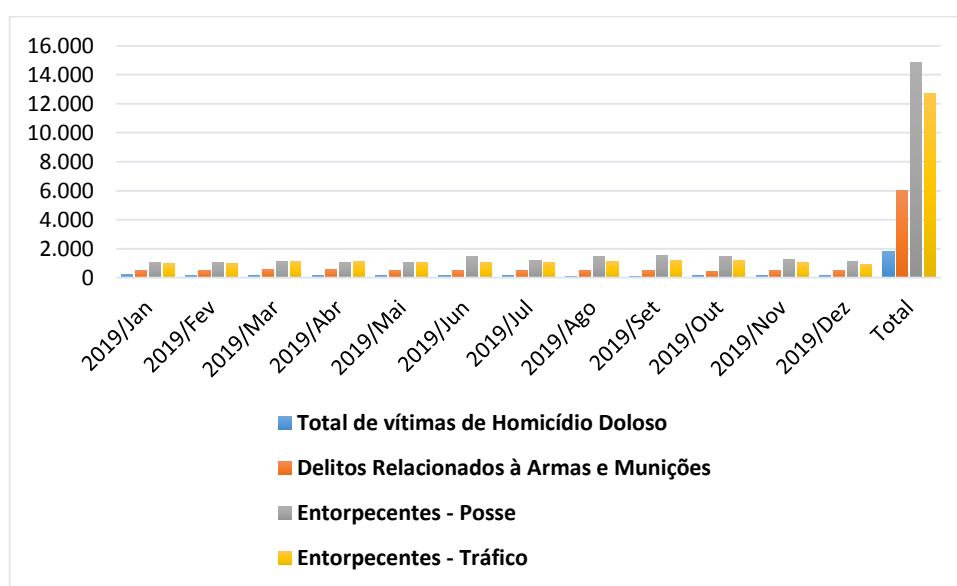
indicadores criminais da década; e 2021, com a intenção de revisar os números mais recentes.

**Gráfico 1** - Ocorrências de crimes relacionados à armas e munições, posse de entorpecentes, tráfico de entorpecentes e crimes violentos letais intencionais consumados, no RS, no período de 01 de janeiro a 31 de Dezembro de 2018.



**Fonte:** Desenvolvido pelo autor com base nos dados publicados pelo Observatório Estadual de Segurança Pública do Rio Grande do Sul.

**Gráfico 2** - Ocorrências de crimes relacionados à armas e munições, posse de entorpecentes, tráfico de entorpecentes e crimes violentos letais intencionais consumados, no RS, no período de 01 de janeiro a 31 de Dezembro de 2019.



**Fonte:** Desenvolvido pelo autor com base nos dados publicados pelo Observatório Estadual de Segurança Pública do Rio Grande do Sul.

**Gráfico 3** - Ocorrências de crimes relacionados à armas e munições, posse de entorpecentes, tráfico de entorpecentes e crimes violentos letais intencionais consumados, no RS, no período de 01 de janeiro a 31 de Dezembro de 2021.



**Fonte:** Desenvolvido pelo autor com base nos dados publicados pelo Observatório Estadual de Segurança Pública do Rio Grande do Sul.

Se 2019 foi um ano politicamente memorável para o governo gaúcho pelos reduzidos índices de violência letal, deve-se destacar também que alguns indicadores tiveram sensíveis aumentos. Ao compararmos ao gráfico referente a 2018, houveram diminuições nos registros de vítimas de homicídio doloso e de crimes envolvendo armas e munições em 2019, todavia, os crimes relacionados às drogas, posse e tráfico, sofreram um aumento de registros mais expressivo do que as reduções comemoradas<sup>21</sup>. Este argumento dá margem a muitas interpretações. Visões mais conservadoras diriam que é justamente pelo aumento da repressão à posse e ao tráfico de drogas que fora registrada queda no número homicídios e de ocorrências envolvendo armas. Porém, vale ressaltar o comportamento de um outro indicador problemático e crescente há mais de uma década, conforme demonstram Rybka, Nascimento e Guzzo (2018, p.105) ao apontarem que “em dezembro de 2005, os acusados e condenados por tráfico de drogas representavam 9,1% do total dos presos brasileiros; em dezembro de 2012, chegavam a 26%; entre as

<sup>21</sup> Conforme verifica-se em [https://diariopopular.com.br/seguranca/pacto\\_pelotas\\_pela\\_paz\\_e\\_referencia\\_em\\_pesquisa\\_internacional.200488](https://diariopopular.com.br/seguranca/pacto_pelotas_pela_paz_e_referencia_em_pesquisa_internacional.200488). Acesso em 01/05/2023.

mulheres, o que alcança praticamente metade das presas (47%), tendo chegado a quase 60% no ano anterior (em dezembro de 2011, eram 57%).”

Segundo o relatório analítico estadual mais recente, disponibilizado pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) em dezembro de 2019<sup>22</sup>, o Rio Grande do Sul detinha encarcerados por crimes de tráfico de drogas (tráfico, tráfico internacional e associação para o tráfico) 14.873 homens e mulheres, levando em consideração que das 111 instituições prisionais, à época, 18 relatavam capacidade apenas parcial de coleta dos dados, e 11 relatavam completa incapacidade de coleta, sendo o número, portanto, maior. Ao analisarmos o gráfico acima, referente ao ano de 2021, pode-se perceber, em comparação à 2019, que o número de homicídios segue em queda, ao passo que os crimes relacionados a armas e munições segue estático. Uma vez mais, constata-se a suba das ocorrências de crimes de posse e tráfico de drogas, tendo este último experimentado um aumento abrupto.

Seria esse aumento produto das premiações por desempenho policial? Quantas dessas ocorrências resultaram no confinamento de indivíduos em um sistema prisional que em 2019 relatou possuir 27.733 vagas, para acondicionar 41.189 pessoas? (DEPEN, 2019). Além disso, se retomarmos o número atualizado de pessoas privadas de liberdade no RS, constata-se 2.155 novos encarceramentos em um período de três anos, um aumento de 5,23%. Dados dessa natureza são recurso suficiente para novas pesquisas e novos paradigmas. O que se sabe é que as facções criminosas encontram na lógica administrativa baseada na morte e ilegalidade, no lapso humanitário, na desestruturação física do cárcere e no fracassado modelo de guerra às drogas, reforço a seus discursos e práticas, o que também ocorre no RS.

### *O cenário pelotense – aspectos continuístas*

Os dados completos do censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2010, contabilizou 328.275 habitantes no município de Pelotas, disponibilizando também a estimativa já concretizada realizada no ano de 2021, que apontou 343.826 pessoas. Estes números fazem do município o terceiro mais populoso do Rio Grande do Sul e o sexagésimo nono mais populoso do Brasil.

---

<sup>22</sup> Disponível em <http://antigo.depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorios-analiticos/RS/rs> Acesso em 03/03/2022.

Pelotas tem uma área territorial de 1.609,708 km<sup>2</sup>. Neste espaço, estão divididas sete regiões administrativas, nomeadas: Areal, Barragem, Centro, Fragata, Laranjal, São Gonçalo e Três Vendas.

No poder desde 2017, Paula Mascarenhas (PSBD) é a prefeita em exercício pelo segundo mandato consecutivo, sucedendo Eduardo Leite. Destaco neste trecho, o incomum cenário de violência herdado pela gestora, as medidas de segurança pública então adotadas e seus desfechos visuais e vivenciais, com especial ênfase ao programa instaurado que fora intitulado Pacto Pelotas Pela Paz (PPPP). Em seguida buscarei dar início aos aspectos de minha imersão empírica, que começa orientada justamente por manifestos pichados nas paredes da cidade, em clara expressão de protesto contra o PPPP.

Pelotas não difere de tantas outras cidades no tocante às notórias discrepâncias habitacionais e outros veículos de marginalização. A histórica valorização do patrimônio arquitetônico que remonta ao período das charqueadas<sup>23</sup>, o prioritário zelo pelos casarões que em grande medida ocupam o centro da cidade e as hoje intensamente policiadas praças que outrora foram palco de brutalidades<sup>24</sup>, continuam sendo, em certa medida, um conjunto de símbolos que marginalizam áreas periféricas e seus habitantes. Nesse sentido, sobre as distinções que extrapolam o aspecto físico dos ambientes, Ojima (2008) relata que subúrbios deixam de apenas servir como refúgio ao que antes eram problemas dos antigos centros, passando a reproduzir problemáticas mais densas devido à dificuldade ou em certos casos, à total ausência de infraestrutura.

Em 2017, o município sofreu um expressivo e incomum aumento no indicador de homicídios, contabilizando 110 ocorrências majoritariamente registradas nas periferias da cidade. No relatório denominado Retrato dos Municípios Brasileiros, componente do Atlas da Violência de 2019 (IPEA, 2019), que maneja dados referentes ao ano de 2017, os municípios médios (entre 100 mil e 500 mil habitantes) foram descritos como detentores de uma marcha menos acelerada da violência letal quando comparados aos

---

<sup>23</sup> Lugares onde era produzido o charque. Historicamente marcados pela crueldade e uso massivo da mão de obra escrava. Em alguns casos, ser enviado para um charqueada em Pelotas representava uma forma de castigo para as pessoas escravizadas, tendo em vista a severidade do trabalho e o encurtamento da vida.

<sup>24</sup> Um conjunto mais rico de informações históricas, incluindo as infames, podem ser acessadas em LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena Almeida; MAGALHÃES, Mario Osorio, [organizadores] **Dicionário de História de Pelotas** [recurso eletrônico] . 3. ed. – Pelotas: Editora da UFPel [FAU – Fundação de Apoio Universitário] 2017. 295 p.



municípios de pequeno porte (menos de 100 mil habitantes), ao longo de duas décadas (1997-2017).

Entretanto, dentre os 497 municípios gaúchos, Pelotas ocupou a terceira posição em número de homicídios, sendo a taxa estimada em 32,6 para cada 100 mil habitantes. No estado inteiro, a taxa de letalidade violenta é considerada baixa, e a mediana dos homicídios estimada foi de 6,8 para cada 100 mil habitantes. É apontado um maior índice de ocorrências desta natureza na região metropolitana, em torno da capital do estado. Porém, chama atenção que o número de ocorrências no município em questão, em 2017, o vincula ao grupo de 120 municípios que, tendo seus dados agrupados, representaram 50% dos homicídios ocorridos em todo o país.

O governo municipal, então, lança o PPPP como política de segurança pública em 11 de agosto de 2017, cujo intuito principal foi frear os crimes violentos letais intencionais (CVLI). O programa não gozara de imediata popularidade, e dividiu as opiniões da comunidade. Ao passo que direcionava esforços afinados aos resultados de produções científicas que apontavam à necessidade do uso de estatísticas, coleta de dados e intercomunicação das unidades de combate à violência, propôs também estratégias que foram compreendidas por muitos cidadãos e múltiplos órgãos como excessivamente limitadoras e como ameaça a certas liberdades individuais.

Ancorado no discurso da “promoção de uma cultura de paz”, o executivo municipal propôs um “código de convivência” relacionado às medidas estratégicas do PPPP. O projeto de lei (PL) protocolado na Câmara Municipal de Vereadores em novembro de 2017, continha uma série de diretrizes comportamentais direcionadas aos cidadãos, regulamentando o poder de fiscalização administrativa do Poder Municipal, em estratégia descrita pela prefeita como uma *metodologia educativa, e não punitiva*. O PL foi combatido por setores da sociedade civil e inspirou contraposições de opositores políticos, sendo rejeitado pela Câmara Municipal.

Ainda assim, os indicadores de homicídios foram reduzindo gradativamente nos anos seguintes à instauração do PPPP. Segundo o Atlas da Violência 2020 (IPEA, 2020), o Rio Grande do Sul contabilizou 2.699 homicídios, o que corresponde a 23,8 mortes por 100 mil habitantes, uma redução de 5,5 se o dado for comparado aos 3.316 homicídios de 2017. Em Pelotas, conforme aponta o material desenvolvido pelo Observatório de Segurança Pública e apresentado na 1ª Reunião do Gabinete de Gestão Integrada

Municipal (GGI-M) em 2020, foram contabilizados 89 homicídios em 2018, caindo para 74 em 2019. As reduções, ainda que acompanhem o decréscimo observado em escala nacional, foram comemoradas pela gestão municipal como uma vitória conquistada em vínculo direto com as medidas adotadas no PPPP, embasando inclusive boa parte do discurso de campanha eleitoral que ajudou a reeleger a prefeita em exercício nas eleições municipais de 2020<sup>25</sup>.

O corpo físico da cidade, no entanto, dava pistas para outra interpretação. Uma pichação em específico chamou minha atenção por suas dimensões e por ocupar a área central da cidade, reproduzindo-se rapidamente e a cada dia surgindo em novos lugares, de novas formas, sempre disposta de maneira a fazer-se muito visível. *Pacto pela paz nada faz*, anunciava. Ocupara prédios privados e públicos, inclusive o anel central da cidade, rodeado pelos prédios históricos onde estão a prefeitura, a biblioteca e um importante teatro. Passou a surgir, da noite para o dia, em prédios universitários, no calçadão comercial do centro e nos muros de casas. Todavia nunca encontrei tal marcação nas paredes das periferias as quais percorri.

**Figura 5** – Pichação PPPP



**Fonte:** Acervo do autor

A pichação acima tem mais de dois metros de extensão, e é apenas uma dentre as muitas que fotografei durante outra coleta de dados, realizada também em Pelotas no ano de 2019 para alicerçar meu trabalho de conclusão de curso. Obtive, na ocasião, relatos de guardas municipais cujas falas ressoam ainda na presente pesquisa. Nelas documentei

---

<sup>25</sup> Conforme verifica-se em parte da letra do *jingle* explorado ao longo da campanha de reeleição: “Se quer um bom motivo é só olhar o que ela faz, fez rua, UPA, escola e o Pacto Pela Paz”. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=EUD15pW7z5Y>. Acesso em 01/05/2023.

suas perspectivas sobre a política pública que integram como força policial do município, tendo essas contribuições sido grande reforço ao interesse por observar as marcações e buscar nelas as respostas para perguntas nascentes. Na fala de um guarda municipal, encontrei a justificativa para que as pichações contra o PPPP ocupassem apenas as áreas centrais, em detrimento das paredes periféricas: *Hoje, se tu entrar agora em um bairro, onde tem indicativo de criminalidade, dificilmente tu vai te deparar com uma viatura. Aí tu vai no centro e tem uma viatura em cada esquina*, nas palavras do profissional.

Por óbvio, uma mensagem de protesto tem sempre um alvo definido. Os autores ou autoras que denunciavam o PPPP como política que *nada faz*, escolhiam o centro da cidade como tela por compartilharem da perspectiva do guarda municipal entrevistado, que por sua vez descreveu a política pública como problematicamente concentrada na área central – denúncia que ecoava na presença de mais de quinze outros profissionais, sem contraponto<sup>26</sup>. Por certo, era no centro da cidade que a pichação atingiria seus alvos; confrontaria as noções positivistas de uma cidade harmônica, que vê na pichação uma incivilidade; alcançaria gestores lotados em prédios públicos na área central; possibilitaria um confronto silencioso com as forças de segurança que representavam, naquele momento, também a política pública atacada, e estariam visíveis aos numerosos passantes.

Os moradores de áreas periféricas seriam alcançados pela mensagem quando se deslocassem até a área central, todavia, alguns desses indivíduos deteriam também o conhecimento sobre outras mensagens que, pós 2017, viram nascer nas paredes dos bairros, algo que o centro só experimentaria algum tempo depois, expressando mais do que mensagens de protesto. Surgia nas periferias uma série de novas pichações que expressavam o que então eram apenas nomes ou números aleatórios à primeira vista. Esses escritos não contavam muita coisa se comparados aos grandes espaços ocupados pelas mensagens que afrontavam a política pública instaurada, mas curiosamente faziam-se presentes primeiramente nos muros e paredes dispostos onde esses bairros começavam, ou seja, nas “fronteiras” entre as grandes avenidas e as periferias da cidade.

Borges, Rojido e Cano (2020) ao desenvolverem análise de impacto do PPPP, dão-nos um indicativo inicial sobre a presença de facções no município, seu papel no emprego da violência letal e também de um processo de negociação de parte do Poder

---

<sup>26</sup> Nota do caderno de campo

Judiciário com os líderes desses grupos. Tal documentação faz-se pertinente na presente pesquisa por duas razões: primeiramente por tratar-se de um primeiro documento onde constam o registro da presença e impacto da atividade criminosa empreendida por esses coletivos criminais oficialmente descritos como facções; segundo por tratar-se de um norte investigativo que orientou a inferência de possíveis relações entre as marcações que se proliferavam cotidianamente na cidade e a autoria dessas facções.

Nesse sentido, quando fora publicada a análise de impacto conduzida pelos três pesquisadores citado acima, o espaço físico do município encontrava-se muito mais demarcado e os símbolos de facções começavam a figurar em espaços maiores, mais abertos e visíveis, fazendo-se claros e compreensíveis para uma quantidade considerável de cidadãos. Essa afirmação ganha corpo nos manifestos extraídos das redes sociais e de informais conversas cujo teor explicitava com veemência o processo de popularização das marcações que eu, enquanto pesquisador, perseguia.

**Figura 6** – Tweet de @fredinhadoinga



Fonte: Twitter

### *As marcações em Pelotas/RS*

Considero virtude moral e científica a prática de pesquisa consciente das limitações de seu alcance. Tal limitação não é, porém, sinônimo de menor expressividade

da ou das várias descobertas trazidas à luz no final do processo, pelo contrário, tal estado de consciência serve como uma espécie de retentor, que mantém o pesquisador alerta e conduz sua atenção aos detalhes em torno do objeto, enriquecendo-o. Busquei, com tal ideia em mente, reduzir meu escopo desde o nascer da ideia entre os meandros de suas “razões macro” até sua execução, e perceber que havia um universo a ser descortinado em fenômenos pequenos, fisicamente falando.

Foi a partir da leitura de Simmel (1983; 1992; 2006) sobre a sociologia, que compreendi ser possível obter informações complexas sobre lugares, pessoas e desfechos relacionais, observando objetos diminutos à primeira vista, mas que ao serem deslindados revelam comportar significados que os engrandecem. A ênfase contida no trabalho de Simmel sobre o indivíduo em relação, inspira minha perspectiva, interessada em um produto das interações, e explicita o entendimento de sociedade como um constante acontecer quando descreve que “para um olhar que penetrasse no fundo das coisas, todo fenômeno que parecesse constituir, acima dos indivíduos, alguma unidade nova e independente, se resolveria nas ações recíprocas permutadas pelos indivíduos” (SIMMEL, 1983, p.49).

Da mesma forma com que Simmel, de acordo com Bárbara (2014), recorreu a analogia de método com a biologia para reajustar seus argumentos sobre a inclusão das formas mais efêmeras de socialização às investigações sociológicas, o faço, para explicar como percebo a relevância das marcações para a construção do conhecimento sobre o crime no Brasil. O mundo do crime pode ser aqui considerado como grande órgão e sistema, ou seja, o corpo em que se concretiza a interação e objeto cristalizado como campo de investigação, um fenômeno perceptível de longe (SIMMEL, 1992). As marcações como proponho observá-las, são um elemento que permite novas perspectivas sobre o universal a partir do singular e equivaleriam aos “tecidos inumeráveis popularmente não nomeados ou não conhecidos, sem os quais aqueles órgãos mais nítidos jamais poderiam ter resultado em um corpo vivo” (SIMMEL, 1992, p.32). Nessa toada, decidi atentar-me de um todo às marcações faccionais que se multiplicavam, dia após dia, em Pelotas.

Passei a deter a consciência de que tais marcações já estavam dispostas nos muros dos bairros e eternizadas nas peles antes que eu as percebesse, e que já eram dotadas de sentido ao descreverem, literal ou pictoricamente, domínios e regramentos que as

periferias acatavam. Todavia, só cheguei a compartilhar desses sentidos a partir dos três eventos elucidativos, ocorridos algum tempo antes e sem os quais eu talvez não houvesse escrito estas linhas. O primeiro evento acontecera em meados de 2016 e está associado ao sensacionalismo seletivo do jornalismo policial. Ao buscar me inteirar sobre a violência letal em Pelotas, que naquele ano já aumentara e fora noticiada de maneira a permitir a aferição de algumas das categorizações elaboradas por Stanley Cohen (1972)<sup>27</sup>, me deparei quase que acidentalmente com a notícia de um homem assassinado em novembro de 2015, via disparos de arma de fogo, na zona portuária da cidade.<sup>28</sup>

Os informes jornalísticos eram em si bastante pobres, mas era intrigante a exposição de fotografias incomuns em matérias daquela natureza. Três fotos compunham a notícia sobre a morte do homem de vinte e seis anos, alvejado por disparos oriundos de dois carros, ambos de cor preta: duas fotos expunham o rosto da vítima. Em uma delas o homem sorria enquanto fazia um gesto com a mão esquerda. Na outra fotografia, ostentava mil e cem reais em notas de cem, dispostas em forma de leque. A terceira foto não expunha o rosto, mas trazia uma tatuagem que a vítima tinha na lateral da panturrilha direita. Tratava-se do personagem de desenhos animados *Taz-Mania*, um destrutivo diabo-da-tasmânia que naquela releitura empunhava duas pistolas e sobrepunha cinco letras espaçadas, formando a palavra *Taura* - um desenho elaborado que guardei na memória a partir deste evento.

A notícia especulava brevemente sobre as motivações para o assassinato, descrevendo a vítima como suspeita de pertencer à *facção dos Taura*, cujo domínio pelo território do tráfico de drogas estaria em disputa com uma segunda facção, a dos *Mata Rindo*. O desenho tatuado na perna da vítima fora descrito como o símbolo da facção à qual supostamente pertencia. Aquele foi o nonagésimo segundo homicídio ocorrido em Pelotas no ano de 2015, e a notícia acessada meses depois foi o primeiro contato que tive com uma marcação de facção e seus supostos significados.

---

<sup>27</sup> Mais precisamente o processo de simbolização, a ideia de recorrência e a reprodução em larga escala para a ideia de um demônio popular, presentes no capítulo *The Inventory*. Essas categorias e outros elementos da obra de Cohen serão melhor exploradas nos capítulos à frente, tendo sido evocadas neste trecho apenas para ilustrar o papel da mídia e o efeito de suas notícias sobre os cidadãos e a sociedade. Nesse caso, sirvo eu mesmo como exemplo de sujeito aplacado pelos informes construídos e veiculados em consonância com as explicações trazidas pela teoria de Stanley Cohen.

<sup>28</sup> Notícia ainda disponível na web. Verificável em <https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2015/11/homem-e-executado-na-zona-portuaria-de-pelotas-cj5w558ry1bpdxbj0lg935zlg.html> Acesso em 04/03/2022.

O segundo dos três eventos que me introduziram ao campo ocorreu logo em seguida, em meados do segundo trimestre de 2016. Certa feita encontrei um artesão amigo meu, um viajante constante de quem há muito eu não tinha notícias. Naquele dia ele vendia seu trabalho na rua XV de Novembro, bem no centro da cidade, e eu caminhava em direção a qualquer lugar que não saberia hoje dizer qual era. Ao avistar o amigo, nos abraçamos e me detive ali, conversando por alguns minutos sobre assuntos diversos. No meio da conversa, em meio ao fluxo constante de transeuntes, reparei que caminhavam em nossa direção três adolescentes que aparentavam ter entre 13 e 16 anos, vindos do interior da praça Coronel Pedro Osório (o anel central da cidade, em frente ao largo da prefeitura). Dois deles descamisados e um descalço, dois brancos e um negro, caminhavam acelerados e riam como se tivessem acabado de experimentar algum evento empolgante. Nos alcançaram, ignoraram minha presença, mas cumprimentaram meu interlocutor, que imagino que conhecessem por se tratar de um *hippie*, como se autodenomina, e trabalhar sempre nas ruas, por onde os jovens talvez costumassem transitar.

Percebi pequenas manchas de sangue na lateral da camiseta daquele que a tinha vestida, enquanto contavam ao meu amigo de onde vinham e com quem estavam minutos antes. O jovem com a camiseta suja de sangue levantou-a em seguida, expondo o flanco direito onde se podia facilmente identificar uma tatuagem recém feita, de onde ainda brotavam pequenas gotículas de sangue. As linhas tremidas que denunciavam o amorismo do ato, estampavam na pele do menino as palavras “*TAURA TUDO 5*”, em letras garrafais. “*Te liga no trampo que eu meti.*”, disse o tatuado. “*E tu tem colhão pra segurar isso aí?*”, perguntou meu amigo. Sem responder precisamente a pergunta, os jovens riram e se afastaram, seguindo seu trajeto enquanto um deles exclamava que “*É os guri!*”

Meu amigo não obteve uma resposta precisa, mas descobri posteriormente que a exclamação final dizia muito. Eu fui embora dali com uma inquietação a mais, que permaneceria viva durante três anos, até o terceiro e definitivo evento que me faria conceber as marcações como fenômeno e empreender o esforço de estudá-las. Em 2019, passados os conflitos que resultaram no aumento dos homicídios na cidade, pichações com as siglas *TD 5* poderiam ser encontradas em grande parte das periferias. Ocupavam as paredes localizadas na entrada dos bairros, geralmente em vias de acesso próximas às grandes avenidas. Outras pichações que eu sequer tinha ideia de que simbolizavam a

presença de facções, foram também catalogadas em meu caderno de campo quando apareceram riscadas e sobrepostas por reclames territoriais: o *14-18-12* era sobreposto pelo *Território dos Taura*, e as pichações *MR*, antes comuns, tornaram-se escassas. Vi a tatuagem do *Taz-Mania* tornar-se popular, disposta sempre na lateral da panturrilha de homens que as exibiam com orgulho.

**FIGURA 7** – Bairro Pestano



**Fonte:** Acervo do autor

No final de uma manhã, em abril daquele ano, um noticiário televisivo cobriu uma operação da polícia civil gaúcha, que mobilizara seiscentos de seus agentes reforçados por cinquenta policiais militares. Tratava-se de um esforço para conter a ação de uma facção que havia tomado o controle de dois conjuntos habitacionais com cerca de duzentos e cinquenta apartamentos cada, e que estavam situados em uma importante avenida da cidade. Gravações telefônicas e depoimentos denunciavam a opressão a moradores, tendo alguns sido expulsos de suas casas para que essas fossem utilizadas como esconderijo para foragidos da justiça e depósito de armamentos. Busquei então fazer contato com uma pessoa que residia no local, a qual eu conhecia, e que descreveu a ação da polícia como *pouco pontual*.

Segundo meu colaborador, policiais envolvidos na operação intitulada *Hermanos*<sup>29</sup>, haviam ingressado forçosamente em habitações que em meio aos seus alvos, nada tinham a ver com as atividades criminosas que foram confirmadas como existentes

<sup>29</sup> Conforme noticiado em <https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2019/04/operacao-combate-grupo-que-extorquia-e-ameacava-moradores-em-condominios-de-pelotas-cjutnw4c3007701rovamk6st8.html> Acesso em 04/03/2022.



naquele lugar. Ao final da operação, dezoito pessoas foram presas, duas motos foram apreendidas juntamente com dez quilos de maconha. Todavia, foi deixado para trás um rastro de arrombamentos que agravaram a situação de dano e insegurança, sem que houvesse uma única apreensão de armas de fogo. Destaco ainda, que passados mais ou menos dois anos desde a operação, fui até o local e registrei algumas imagens. A entrada dos condomínios é extensa e completamente coberta, ainda hoje, por reforçadas pichações que mais uma vez fazem alusão à facção dos Taura. A ação policial, porém, fora empreendida com o intuito de *desarticular* o que a instituição descreveu como uma *organização criminosa* naquele local, ao passo que a chefe da polícia civil do Rio Grande do Sul interpretou a ação como uma *operação social*. A profissional destacou ainda que o cunho social está associado à transmissão da mensagem de que “*o Estado ingressa onde ele quiser*”<sup>30</sup>.

**FIGURA 8** - Residenciais Montevideo e Buenos Aires



**Fonte:** Acervo do autor

---

<sup>30</sup> Conforme se verifica no vídeo veiculado em <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2019/04/23/operacao-combate-grupo-suspeito-de-extorquir-e-ameacar-moradores-de-condominios-em-pelotas.ghtml> Acesso em 04/04/2022

**FIGURA 9** - Residenciais Montevideo e Buenos Aires 2

**Fonte:** Acervo do autor

As marcações eram um fato. Estavam espalhadas pelas periferias da cidade e já transmitiam, havia algum tempo, mensagens claras aos habitantes daqueles lugares. Todavia, apesar de já não se limitarem ao terreno periférico, não eram ainda avistadas no centro da cidade, e aquele adolescente havia sido o único que vi ousar exibir orgulhoso sua tatuagem em meio ao intenso policiamento da área central. Eu tateava, objetivando uma investigação formalizada, pesquisas acadêmicas e literatura sociológica que me auxiliasse a manusear as quase trinta fotografias e uns poucos relatos que eu havia reunido, quando encontrei a primeira pichação no centro da cidade.

Curiosamente, encontrei logo outra, um dia depois. Nenhuma delas seguia o padrão comum das que eu já havia documentado nas periferias. Eram de pequenas dimensões; uma delas havia sido pichada com tinta spray roxa ao invés da habitual cor preta, e ocupava uma rua pouco movimentada, majoritariamente residencial e distante de qualquer área periférica; a outra foi inscrita com canetão, em caligrafia balão<sup>31</sup>, e estava disposta em meio a inúmeras tags<sup>32</sup> e outros escritos feitos nas paredes da sede central

<sup>31</sup> Caligrafia ornamental, elaborada de forma a parecer inflada como um balão.

<sup>32</sup> Equivalente às assinaturas de pichadores e grafiteiros.

dos Correios, um local que oferecia obstáculos valorizados por skatistas que ali costumeiramente se reuniam.

Depois desses achados, documentei diversos outros que se proliferam nas paredes da biblioteca pública municipal, nas lixeiras e coletoras de entulho espalhadas pelo centro, em pequenas inscrições que sobrepunham *graffitis* de maior proporção<sup>33</sup>, nos bancos das praças e pontos de ônibus. As tatuagens, porém, continuavam reclusas às periferias, mas quando as avistei, estavam sempre associadas a uma postura imponente e orgulhosa, e seus portadores me olhavam nos olhos (mudança de *footing*) quando percebiam meu interesse. Nesse sentido, compus um itinerário metodológico a fim de empreender uma investigação que desse conta de observar usos, sentidos e proliferação das marcações em Pelotas, mas também seu ganho estético, os códigos que manifestavam e a popularização dos símbolos, extra mundo do crime.

**FIGURA 10** – Rua João Pessoa



**Fonte:** Acervo do autor

---

<sup>33</sup> Atividade incomum. A sobreposição das marcas de outrem, dispostas antes em determinado local, pode ser considerada ofensiva e desafiadora.

FIGURAS 11 – Prédio dos Correios



Fonte: Acervo do autor

## CAPÍTULO 2 – GUERRA E PAZ EM PELOTAS/RS

### *A “guerra” em 2017/2018*

O segundo semestre do ano de 2017 foi o princípio de um infame episódio na história recente de Pelotas. Os noticiários escandalizados com um aumento abrupto dos homicídios, noticiavam uma problemática que era confirmada pelos dados oficiais, mas que, todavia, não convergiam no tocante às razões. O fato era que as taxas de homicídio ecoavam como alerta à segurança pública na região, que na época figurava como uma exceção dentre os municípios que compõem o extremo-sul do estado, mesmo para os padrões da cidade mais populosa da região.

De acordo com Chies e Rivero (2019) — autores que dedicaram esforço a análise das notícias veiculadas pelo jornal Diário Popular, o principal da região — as notícias apontavam os homicídios como diretamente relacionados à expansão das facções criminosas. Nessa análise, esmiúçam o *modus operandi* dos autores de boa parte dos 110 homicídios ocorridos no ano de 2017, explicando que as circunstâncias indicaram execução em pelo menos 41 deles. Lançando mão do conceito elaborado por Camila Dias et al. (2015) para expor o que compreendem como execução ao longo de seus escritos, os autores dão segmento explicando-nos o que pode ser compreendido como efeito dessas ações que carregam um caráter intencional e dirigido contra alvos específicos. Descrevem que dentre essas execuções, uma em específico, ocorrida à luz do dia no mês de dezembro de 2017 “provocou uma série de outras mortes no ciclo perverso e violento de acerto de contas” (CHIES e RIVERO; 2019, p. 8), tendo Pelotas registrado outras dez execuções ao longo dos nove dias que sucederam o crime em questão.

Essas ocorrências que ceifaram também a vida de pessoas não envolvidas em dinâmicas faccionais, são eventos que compõem o que fora nomeado *guerra* por muitos atores-chave. Ademais, essa nomenclatura surge recorrentemente nas sinopses históricas e encontra eco até mesmo no antônimo eleito para nomear a tomada de ação política impulsionada pelos eventos violentos, que propunha, grosso modo, pactuar a paz. Assim, compreendendo a *guerra* como um evento que entre seus muitos desenlaces foi também o desencadeador das marcações que aqui proponho analisar, dedico as linhas a seguir à mescla de explicações obtidas no campo e à recuperação histórica dos acontecimentos dos anos de 2017 e 2018, bem como ocorridos anteriores que servem como conteúdo preambular e embasem a descrição dos fatos.

Ainda que eu não tenha registrado qualquer afirmação que asseverasse quais eram as facções cujo confronto direto tornara dramático o cenário municipal, dois coletivos destacavam-se em frequência e protagonismo entre os demais citados; a facção dos Taura e os Mata Rindo. Ambos os coletivos são citados nas letras de músicas, além de terem sido referenciados nas entrevistas, como grupos contrapostos que duelavam entre si pelo controle de pontos de tráfico de drogas. A simbologia adotada pelos coletivos — ao menos aquela conhecida até aquele momento —, indicava também um antagonismo: o personagem animado inspirado em um demônio-da-tasmânia, que fora nomeado *Taz-Mania* no *cartoon* produzido pela Warner Bros, serviu como símbolo da facção dos Taura, ao passo que o coelho Pernalonga, também produzido pela Warner Bros, foi adotado como símbolo pela facção dos Mata Rindo.

Enquanto o coelho é personificado na obra original como um personagem sagaz e destemido, que geralmente obtém sucesso em seus empreendimentos nem sempre inocentes ou despreziosos, o demônio-da-tasmânia é representado por uma figura forte e destrutiva, que costuma avassalar os ambientes por onde passa e aparenta certo descontrole. Os dados públicos oriundos de ações jurídicas e interceptações telefônicas que compõem processos de investigação dispostas na plataforma *JusBrasil*<sup>34</sup>, dão-nos indicativos de que essas duas facções possuíam divergências desde anos antes dos embates aqui em voga, levando em consideração inclusive os aspectos simbólicos desse conflito, verificável, por exemplo, no transcrito a seguir:

**DESCONHECIDO7:** É teu amigão mano, não tem ruim!

**ÉLTON:** Báh, o guri é...nós tava falando dele ontem aqui, eu, o “Negão” e o coisa, que merda que o guri não tá com nós aqui.

**DESCONHECIDO7:** Tá lá fazendo a tatuagem hoje, “Parente”.

**ÉLTON:** É?

**DESCONHECIDO7:** Ta fazendo o “*Pernalonga com o machado arrasando a cabeça do Taz*”.

**ÉLTON:** É foda.

**DESCONHECIDO7:** Tava agora lá sentado no cara da tatuagem, tá fazendo o “*Pernalonga com o machado arrancando a cabeça do Taz*”.<sup>35</sup>

<sup>34</sup> <https://www.jusbrasil.com.br/>

<sup>35</sup> Diálogo disponível em <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/tj-rs/708400377/inteiro-teor-708400387>. Acesso em 28/12/2022. Foram preservados os nomes e termos originais, incluindo a grafia utilizada.

Considerada a oposição entre os dois coletivos, é pertinente considerar seus papéis no conflito, haja vista a rivalidade passível ainda de ser verificada em outras fontes de dados. Anos antes, percorria pelas redes sociais e aplicativos de mensagens instantâneas um dentre muito vídeos que se tornaram populares, ainda sem garantir grande clareza de informação, e que continham indicativos de um conflito em curso. Sem que um número verdadeiramente expressivo de cidadãos pelotenses conhecesse os nomes, símbolos, e antes de ser surpreendido pelo aumento dos homicídios em seu município, o conteúdo do vídeo já expunha uma combinação de ameaças, exibição de armas de fogo, a nomeação dos alvos específicos e dos ainda pouco expressivos nomes Taura e Mata Rindo. Desse modo, acercava-se “das ruas” por intermédio do mundo virtual, um conflito já conhecido no interior do cárcere<sup>36</sup>.

No vídeo, quatro membros da facção Mata Rindo filmam uns aos outros no interior de um carro que transita no que parece ser uma estrada intermunicipal, revezando-se no papel de cinegrafistas para que assim todos possam aparecer na gravação e enviar suas mensagens. O conteúdo das mensagens que parecem destinadas aos comparsas, incluem a exibição de armas de fogo e ameaças aos rivais da facção Os Taura, sendo citados, entre outros, nomes que mais tarde se tornariam conhecidos e recorrentes no noticiário local e internacional:

---

<sup>36</sup> Conforme se pode verificar nas falas dos apenados filmados no interior do Presídio Regional de Pelotas, vociferando clara ameaça aos rivais. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=so8byR4Pvu0> . Acesso em 28/12/2022.

**FIGURA 12** – Captura de tela – Sujeito4 expondo fuzil



**SUJEITO1:** — E aí meu, *nóis que tá. Tamo* voltando de viagem, meu. *Tamo* indo em segurança, deus tá com *nóis*.

**SUJEITO2:** — E aí rapaziada dos (incompreensível) aí, os Mata Rindo, os de verdade aí. Um abraço pros Mata Rindo e é *nóis* até o fim, rapaziada. *Nóis* somos os matador de Taura, tá?! E é isso aí que tem pra eles, é bala neles, aqui ó...

**SUJEITO3** (expondo dois revólveres): — Bala na cara dos Taura! Aí gurizada, salve, salve aí. *É nois*.

**SUJEITO2:** Aí meu, mostra a tua aí, meu irmão...

**SUJEITO4:** Agora essa aqui, ó... (ergue fuzil que estava apontado para baixo, no sentido do assoalho do veículo). Aí o brinquedinho para vocês, seus *bunda mole* dos Taura, *rapá*. Bala na cara, porra. Bala na cara dos Taura. Não tem.

**SUJEITO2:** Ô meu, na real nós só queremos os Taura e os (incompreensível) dos Taura, mais ninguém. É só vocês, Taura. Família não tem nada a ver. É de homem pra homem.

**SUJEITO1:** Não adianta chorar!

**SUJEITO2:** Não adianta chorar, nem tentar se esconder. Mentira que o Taz não mata ninguém nem com 9 milímetros, rapaz. Aqui pra vocês!



**SUJEITO1:** Quando é que o Taz matou um MR? Me diz?

**SUJEITO2:** Qual MR que vocês mataram, seus *Taurinha*?

**SUJEITO1:** Mataram foi o meu primo...

**SUJEITO2:** Vocês são *made in China*, rapaz!

**SUJEITO1:** Mataram foi o meu primo, traíndo, entendeu?! Vocês são traidor, ô *fia das puta*. Nós não traímos ninguém, nós *peguemo na de homem*. É de homem pra homem o bagulho, ô!

(...)

**SUJEITO2:** E vamos pegar vocês! *Anderson Baixinho, Dioninha, Pasteleiro, Camarão*, é vocês!

**SUJEITO1:** *Cuca, Mata Cavallo, Guto, Rafael, Vitinho*...

**SUJEITO3:** *Vamo* buscar, hein?! Não adianta se esconder. Pode crer, gurizada. *É nós*.

A consolidação do que era prometido em áudios e vídeos enviados por *Whatsapp* e que vez ou outra extrapolava os grupos e indivíduos aos quais eram destinados, difundindo-se, encontrou curso principalmente nas periferias da cidade no ano de 2017. Foram conduzidos e posteriormente noticiados uma série de atentados que não seguiam um formato específico, ocorrendo, porém, de modo muito pontual e garantindo o sucesso da ação, ou seja, matando o rival.

Chies e Rivero (2019) apontam que segundo as notícias de jornais analisadas, as execuções ocorreram com o emprego de veículos em movimento disparando em direção aos alvos e alvejando também transeuntes que nada tinham a ver com o conflito faccional; com o executor chegando em motocicleta, perguntando o nome da vítima e alvejando-a em seguida; e até mesmo surpreendendo os alvos dentro de suas residências. O emprego de armas de fogo fora quase hegemônico nas execuções registradas naquele ano — oito em cada dez —, e as vítimas majoritariamente do sexo masculino. Registram ainda que os disparos foram frequentemente efetuados de modo que atingissem o rosto ou cabeça das vítimas, tornando a *desorganização do tecido cerebral por projetis de arma de fogo* uma conclusão recorrente nos autos de necropsia<sup>37</sup>.

<sup>37</sup> Conforme verifica-se no seguinte link: <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/tj-rs/708400377/inteiro-teor-708400387>, referente, entre outros pontos, à execução do irmão do homem apontado como líder da facção Mata Rindo, anos antes da “guerra”, sendo, entretanto, uma de suas prováveis motivações.

Em 2018, apesar de residuais quando comparados ao ano anterior, os indicadores de homicídios continuaram altos, sendo noticiados 91 casos, dos quais 47 detinham características que os tornou passíveis de serem identificados como execuções (CHIES e RIVERO, 2019). À essa altura, a guerra já era uma “nomenclatura padrão” que para todos os efeitos “explicava” o grande número de mortes. Ademais, considerando esse elevado número de mortos nos confrontos, alguns desfechos e transformações nas dinâmicas internas das facções já eram percebidos, e o nome dos Taura passara a tornar-se mais conhecido, mais frequentemente citado em conversas, descrito como grupo hegemônico e popularizado, finalmente, via proliferação de seus símbolos — desde o *Taz* mais presente e visível nos corpos de sujeitos, até o *TUDO 5*<sup>38</sup>, pichado nas paredes da cidade.

Além de figurar no imaginário popular, a guerra passou a ser considerada uma realidade também dentre os órgãos de segurança pública. O argumento é ilustrado a seguir pela fala de um ator-chave, policial militar, que primeiramente lotado na cidade de Porto Alegre — e por isso familiarizado com as ações criminosas, violentas ou não, empreendidas por facções criminosas — passou a atuar em Pelotas em 2017. Na fala, descreve também a hegemonia que segundo ele fora conquistada pela facção dos Taura:

“— Quando eu vim para Pelotas...logo que eu cheguei aqui...nós temos, dentro da polícia militar nós temos a seção de inteligência, no caso, que é quem monitora as organizações criminosas, as manchas criminais e tal. E uma das primeiras coisas que aconteceram comigo quando eu cheguei em Pelotas foi que o comando nos reuniu em uma sala e nos alertou sobre as guerras que existiam entre as facções aqui. Isso foi em 2017...é, em 2017 que eu vim para cá. Então eles já nos alertaram sobre a existência das facções, o controle que as facções exerciam no território, quais bairros eram dominados por quais facções e o volume que se suspeitava que estava sendo transacionado pelo fato das apreensões que estavam ocorrendo com as lideranças.

(...) O que vem acontecendo nos últimos anos em Pelotas, não sei se isso já apareceu nos relatos e nas tuas entrevistas, é que uma facção dominou o cenário local. Os Taura acabaram dominando o cenário local. É uma coisa lógica, né cara! Ninguém quer morrer e todo mundo quer ganhar dinheiro. Então teve um ano aí que Pelotas registrou uma marca de quase 120 homicídios e nos últimos anos vem registrando aí, sei lá, 20 homicídios. Em 2017, se eu não me engano, Pelotas bateu mais de 100 homicídios.

---

<sup>38</sup>Espécie de *slogan* utilizado pela facção. Referente as cinco letras que formam o nome da facção, é frequentemente encontrado como conteúdo das pichações e muitas vezes abreviado como *TD 5* ou apenas o número 5. Em alguns casos, membros da facção posam para fotos escondendo o rosto e mantendo a mão aberta, deixando cinco dedos a mostra, de modo semelhante aos *hand signs* comuns entre *pandillas* centro americanas e gangues norte americanas.

(...) A percepção que eu tenho sobre a questão do controle de poder nos bairros é que sim, há uma facção que exerce esse controle, exerce esse poder. As ocorrências tendem a diminuir nos bairros e tende a aumentar na área central.” **Ator-chave 1**

Sendo assim, tomo a guerra entre facções como um episódio fatídico, passível de compor o presente empreendimento científico nos termos em que foi cunhado e difundido. Com isso quero dizer que a utilização do termo *guerra* em seu sentido estrito é funcional para a descrição oficial dos acontecimentos aqui narrados, uma vez que se trata de uma luta armada com fins de imposição da supremacia ante opositores, a fim de salvaguardar os interesses materiais advindos da economia das drogas ilícitas e outros empreendimentos criminosos. Nesse caso, tendo surgido como conceito nativo que explicava contendas diversas sobre as quais foram fundadas as bases de algumas das facções criminosas atuantes em Pelotas, o termo passa a figurar como outro produto simbólico acrescido de sentido no decorrer dos acontecimentos, e que extrapola os limites que balizam o mundo do crime, associando-se às marcações e demais simbologias sobre as quais tratarei neste estudo.

Escrevo a seguir sobre outro conceito nativo, dessa vez construído e difundido pelo Poder Executivo Municipal por meio da política de segurança pública estruturada, fundamentalmente, como esforço para frear a violência letal no município, e que paradoxalmente contrapõe-se ao passo que ajuda a dar corpo à ideia de uma guerra ou mais guerras em curso.

### *A paz pactuada*

O impacto causado pelo aumento dos homicídios em 2017 e 2018 obrigaram o governo municipal a elaborar novas medidas que dessem conta de reverter a situação. Nesse sentido, nasceu o PPPP baseada nos preceitos já citados no texto.

A forma como o programa foi apresentado ao público contradizia os moldes dentro dos quais buscava-se alojar tal ação política. A resposta imediata da população veio, em um primeiro momento, em forma de negativa ao Código de Convivência projetado, o qual passou por votação na Câmara de Vereadores de Pelotas em 30/11, não sendo aprovado. Tal código, diante do qual, à época, se opuseram também o reitor da

Universidade Federal de Pelotas e a Guarda Municipal<sup>39</sup>, propunha rígidos controles às atividades de bares e casas noturnas, ao consumo de álcool nos espaços públicos, vandalismos e a prática de pixações e outras atividades — algumas pareando a prática de pixação no rol das “incivildades”, conforme descrevia o planejamento do programa.

A postura verbal da prefeita em exercício, todavia, deixava claro que apesar de haverem programações voltadas ao desenvolvimento e bem-estar de crianças e adolescentes em situação de risco, pobreza e expostos às violências, os cinco eixos do programa; prevenção social, policiamento e justiça, fiscalização administrativa, urbanismo e tecnologia, poderiam ser resumidos “entre os grandes eixos do policiamento, da repressão e da prevenção à violência”<sup>40</sup>. A repressão era evocada pela primeira vez, sem que fossem citados, porém, os homicídios ou qualquer facção criminosa.

O que era compreendido como repressão passava pelo ideário de fortalecimento da Guarda Municipal local, que seria a partir de então municuada com maior poder, indo desde a atuação nas ruas e a maior autonomia da qual passaram a gozar os profissionais (JESKE, 2020), até o reforço de efetivo e recebimento de equipamentos novos. Ademais, o ideário centrado na repressão trouxe também o aumento da frequência e a ampliação das atividades que ficaram conhecidas como “operações integradas”, atividades estas que já aconteciam antes do PPPP, envolvendo a Guarda Municipal, agentes de trânsito, Brigada Militar e Polícia Civil do RS, além de outros órgãos que colhiam e trocavam informação estratégica entre si, e passaram a ser vistos atuando juntos com maior frequência em comboios que promoviam *blitz* em alguns pontos da cidade.

Apesar da equipe de comunicação do Executivo municipal e a mídia local noticiarem muito frequentemente as conquistas alcançadas pelo PPPP — sendo a redução dos homicídios a partir de 2019 o carro-chefe dessas notícias em tom comemorativo —, os nomes e símbolos de facções se tornavam frequentes e conhecidos em igual proporção. Ao passo que se dispersaram as linhas dos gráficos que indicavam o número absoluto de homicídios no município, Os Taura, Os Mata Rindo e outros grupos, tornaram-se nomes

---

<sup>39</sup> Conforme noticiado em: <https://wp.ufpel.edu.br/empauta/codigo-de-convivencia-e-o-debate-acerca-dos-bares-pelotenses/#:~:text=%E2%80%9CNo%20per%C3%ADodo%20compreendido%20entre%2022h,este%20j%C3%A1%20em%20atividade%20h%C3%A1>. Acesso em 28/12/22.

<sup>40</sup> Nas palavras da prefeita Paula Mascarenhas (PSDB). Prefeita responsável pelo lançamento do PPPP e em exercício ainda na data da produção desta dissertação. A fala foi extraída de uma transmissão ocorrida em 03/09/2020, na plataforma *Youtube*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=spn2T5nAGho&t=7s>. Acesso em 28/12/22.

comuns; fator que mostrava ser sólido o desenvolvimento de um fenômeno atrelado aos “doze meses sangrentos”<sup>41</sup> que compuseram o ano de 2017 e a controversa política de segurança pública que tomava como seu o mérito de ter estancado tal “sangradura”.

A paz pactuada, no retrato como era pintada, teria sido efeito, segundo levantaram Borges, Rojido e Cano (2020, p. 44), da entrada de um juiz de direito no Presídio Regional de Pelotas que buscou o diálogo com líderes de facções criminosas, após a transferência de alguns membros hierarquicamente elevados dessas facções para presídios localizados em outros estados não surtir o efeito contentor que havia sido previsto. Essa negociação direta de um representante do Poder Judiciário com grupos que eram até então desconhecidos pela maioria da população pelotense — ainda que acontecimentos ímpares dessem indícios de quem eram e que poderes detinham essas facções<sup>42</sup> — ocasionou a redução de “todos os tipos de homicídios” (2020, p. 45) e abriu precedentes para que as atividades das facções fossem vislumbradas pelo grande público, por intermédio de seus próprios códigos de convivência, em curso nas periferias.

O segundo semestre do ano de 2018 e o ano de 2019 foram períodos em que mais gritantemente as ruas passaram a evidenciar uma quimera de paz bastante distinta daquela enunciada pelo governo municipal, algo que se estendeu até o momento da escrita destas linhas. Prospectando respostas no conteúdo pichado em Pelotas, a paz traduzida como um menor número de homicídios não significava também um menor número de atividades criminais outras. As facções continuavam atuantes e empregando dinâmicas de mudança interna de poder, pactuando elas próprias o que soava como acordo de paz.

As esquinas comuns de anos antes, ganharam função de novos *outdoors* onde o domínio daquele território era reclamado. Com presença notória, o nome dos Taura era o mais lido, além de ser quase sempre a referência de novas pichações. Àquela altura, sem que o esporádico registro dessas pichações tivesse se tornado ainda parte de uma investigação acadêmica, eu não registrei datas com exatidão e acabei limitado ao analisar as imagens que faziam referência às demais facções.

---

<sup>41</sup> Referência à imagem de capa publicada pelo jornal Diário Popular no dia 19 de dezembro de 2017.

<sup>42</sup> Como por exemplo a fuga bem sucedida empreendida no Presídio Regional de Pelotas, onde fora utilizado um caminhão que, em marcha ré, chocou-se com o muro externo do presídio, derrubando parte dele e tornando livres integrantes e líderes da facção Os Taura, em 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2016/08/detentos-fogem-de-presidio-apos-caminhao-derrubar-muro-em-pelotas.html> . Acesso em: 28/12/2022.

Desse modo, sem saber se naquele ponto as *bandeiras* das facções Os Manos e Mata Rindo que eu encontrava pichadas tratavam-se de novas marcação, ou se eram velhos escritos que eu simplesmente não havia percebido antes, tomei a escassez de novas pichações como um sinal de que a paz, extra retórica governamental, se tratava de uma imposição do coletivo que ainda imprimia seu nome e símbolos publicamente em novos espaços.

Conforme descrito pelo ator-chave atuante na Brigada Militar, outras vezes faziam ecoar com veemência a certeza de que o acordo de paz que fora imposto pelo Estado era eficaz até certa medida, mas que dependia diretamente da imposição de paz erguida pelos Taura, em detrimento de outras facções. Além de ecoar na fala de um agente da guarda municipal pelotense entrevistado em 2020, que naquele período já argumentava que “o judiciário acelerou isso e adiantou um pouco, mas o que adiantou mesmo foi que a facção dominante, dominou, e agora não tem com quem brigar” (JESKE, 2020, p. 60), a ideia de domínio hegemônico ao ponto de fazer valer imposições dessa magnitude fora frequentemente reforçada por visões menos especializadas, cuja percepção havia sido construídas em ambientes abertos, sem as informações privilegiadas que obtém as forças de segurança.

É nesse sentido que avança o relato do comerciante ouvido durante uma incursão no bairro Fragata, que ao narrar um acontecimento envolvendo pessoas de seu círculo social que haviam contraído dívida compulsória, fruto da comercialização de maconha, com indivíduos supostamente ligados aos Taura, descreve a facção da seguinte maneira:

Ele pegou e começou a *fazer o rolinho* de canto. Só que o *rolinho* de canto dele, como é que era?! Tudo *na manha*, né?! Sem envolver com o crime, porque ele é de canto, né?! É da paz e nem quer se envolver com isso aí. Certo dia se envolveu com um cara e o cara largou uns *camarão* pra ele. Largou um sacão cheio de *camarão*. Mas o público dele não era aquele do *camarão*, o público dele era de uma *prensadinha*, que é algo barato, entendeu? Quando vê ele chegou no cara que tinha largado pra ele e falou: “*Ô meu, eu não vou conseguir segurar isso aqui porque isso daqui não tá saindo. Isso daqui é trinta e pouco que eu tenho que vender cada uma e a gurizada não pega. Ficou parado lá o bagulho*”. E o que o cara fez?! Foi lá e falou: “*Pô, não! Tu tens que ficar com o bagulho!*”. E ele pegou e falou: “*Não, mas como que eu vou ficar com o troço se o bagulho é tri caro?! E se a gurizada não é dessa aí?!*”. Ele ia ficar com o bagulho parado lá porque era difícil um ir lá e pegar. Era 100g ou 50, não me lembro, só sei que era um sacão. Quando vê, não queria se envolver com nada e daqui a pouco, nem era o cara que ele tinha feito o *rolo*, foram dois caras desconhecidos lá e falaram: “*Seguinte, tu tem que vender o bagulho, não vem querer devolver porque isso aí é papo de cara fraco. Tu tem que ficar com o*

*troço e já era”*. O cara se obrigou a ficar com o troço, demorou um *baita* tempo pra pagar pro *loco*, acho que nem tinha vendido tudo ainda e teve que pagar o cara antes até, tá ligado?! Bem ou mal ele se complicou num negócio que ele não queria. Ele se envolveu com facção, e esses aí eram da facção dos mais fortes, tá ligado?! Que é Os Taura. Os caras dos Taura chegaram ali na dele, souberam onde ele morava, onde que era o estabelecimento dele, chamaram e deram essa pressão. Ele ficou *cabreiro* e quis ate parar de *fazer rolo*. Os caras chegaram de moto lá pra dar uma pressão nele, mandado pelo cara que ele queria devolver o troço, entendeu?! **JRC**<sup>43</sup>

Os *mais fortes* deram também demonstrações gráficas além da mera marcação do território: a remarcação do território. Fotografei em 2018, no apagar das luzes da *guerra*, a bandeira dos Taura pichada no muro dos fundos do Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSUL), em uma intercorrência entre os bairros Centro, Fragata e Simões Lopes. Essa pichação foi posteriormente coberta e o espaço utilizado como área de colagem de cartazes e publicidade, tendo em vista o ponto privilegiado em que está localizado. A pichação, algum tempo depois, apenas avançou alguns metros, tendo se tornado ainda mais vistosa, tendo o nome da facção sido escrito por extenso em uma parede branca, em claro movimento de resistência à repressão formal, seja pelo esforço da instituição de ensino ou pelo Executivo Municipal. As pichações de facções em Pelotas retratam, entre outras coisas, uma história de *guerra* contada pelos vencedores, e figuram como uma espécie de espólio dessa guerra, sendo a cidade o palco de exposição desses símbolos que são também um indicativo do estado de *paz* comemorado pelo Poder Público.

**FIGURA 13** – TD5 / Taura – Prédio do IFSul

---

<sup>43</sup> Trecho de relato gravado com o consentimento do interlocutor 16/12/2021. Identificado com nome fictício.



**Fonte:** Acervo do autor. Compilado 2017/2022

De todo modo, existem indícios de que; primeiro, o Poder Público não cita ou leva a público a existência de facções criminosas atuantes na cidade, nem considera o “acordo” e/ou imposição de um coletivo sobre os demais como principal fator redutor do índice de homicídios; segundo, há uma resistência por parte dos pichadores responsáveis pelas marcações referenciadas por facções, que reagem ao encobrimento destas por parte do órgão gestor da cidade e/ou por ação de instituições e cidadãos; e terceiro, há de fato um domínio simbólico exercido por parte da facção dos Taura sobre outras já referenciadas, como por exemplo os Mata Rindo.

Sendo assim, torna-se intrigante que a percepção de profissionais de segurança pública não contemple qualquer ato de resistência por parte dessas facções frente às ações e incursões empreendidas pelos órgãos de segurança. Em outro sentido, alguns profissionais compreendem as marcações como uma ação voltada à projeção de poder, mas uma projeção que tem como alvo as facções rivais, havendo ou não hegemonia:

Hoje tem uma facção que tá muito presente na cidade, praticamente de maneira única, né?! Só que a atuação dela é... o tráfico é muito lucrativo, né?! Então a parte mais atrativa para eles se mantém no tráfico. Geralmente, os crimes violentos que acontecem não são atribuídos a eles. Eles tão presentes, a gente vê marcações em toda a cidade, muito elementos. Eles são muito fortes hoje na cidade, né?!

(...) Essas marcações tão presentes em muitos pontos da cidade, né?! Talvez como uma demarcação de poder, mas isso não nos afeta em si.



Por que muitas vezes a gente chega no local e não tem aquela configuração de muita gente faccionada, sabe?! Então não é uma marcação do tipo “não podemos entrar ali”, a gente entra em qualquer lugar da cidade. Existe esse mito aí, principalmente quando tem algum confronto com a população e eles dizem: “ah, mas em tal lugar vocês não vão”, e isso não existe! A gente entra em qualquer lugar da cidade, qualquer canto mesmo e dificilmente a gente é confrontado. Pode existir marcação e existem muitas, né?! Mas a gente não é confrontado, e agente fica percebendo que a facção em si é forte, mas que não é um confronto direto conosco. Talvez seja mais para proteger, para que outras facções não invadam e não tentem tomar aquele espaço. **Ator-chave 2**

A fala acima adveio de uma entrevista realizada com um agente da Guarda Municipal que em janeiro de 2022, quando entrevistado, atuava havia dois anos na instituição. Uma vez mais, traz-nos indícios do reconhecimento da expressividade do coletivo criminal descrito como *forte*, mas não descarta a existência e poder das demais facções. Essa ponderação retumba em outras falas, as quais percebem o desfecho da *guerra* de maneira menos aguda, isto é, não considerando extintos os coletivos de menor expressividade.

Essa nova perspectiva, contraposta àquelas que conduzem o entendimento à uma ideia de hegemonia alcançada pelo subjugo dos coletivos rivais, é a corrente dominante entre os sujeitos que estiveram mais próximos dos acontecimentos. Na Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) de Pelotas — um ambiente alternativo onde os internos são chamados “recuperandos” e cumprem suas penas em um regime especial e “humanizado”<sup>44</sup> —, tendo sido cordialmente recebido por gestores e recuperandos, pude registrar, entre outras coisas, a compreensão que detém alguns desses sujeitos sobre os desfechos da *guerra* e o estado de *paz*.

Tendo essas informações sido colhidas em uma entrevista coletiva em fevereiro de 2022, cujas participações foram voluntárias e o silêncio apresentou-se também como alternativa, o fato desses atores-chave se tratarem de homens privados de liberdade e egressos do Presídio Regional de Pelotas (PRP) não os vincula às facções criminosas. Todavia, suas experiências de vida, a proximidade com membros de facção no interior do cárcere e até mesmo o conhecimento construído nas ruas foram indispensáveis na elaboração de respostas para questões complexas como as que aqui trato. Nesse sentido,

---

<sup>44</sup> Conforme descrito na página de apresentação da medida. Disponível em <https://www.pelotas.rs.gov.br/pacto/19/842>. Acesso em 29/12/2022.

aqueles que se sentiram suficientemente confortáveis para compartilhar suas perspectivas, fizeram coro à fala do GM acima, corroborando com a ideia da continuidade da existência de facções que eram antes rivais dos Taura e atualizando meu entendimento sobre que termos alicerçavam a *paz* pactuada:

**Recuperando 1:** Cara, hoje... eu me criei e nasci dentro de uma vila, em um bairro em Pelotas. Vou te dizer assim, eu já vi muita coisa, eu tenho 37 anos e já vi muita, mas muita coisa acontecer de violência e criminalidade no meu bairro, e acompanhei também noticiários da cidade. Para mim têm sido os melhores anos, de 2016...2018 para cá, cara, tem sido os melhores anos. Os mais calmos, os mais tranquilos. Claro, não vou dizer que não tem acontecido, mas cara, de tu poder dizer assim; que vai sair na rua, vai atravessar de uma esquina à outra e vai poder voltar para casa, entende?! Não vou dizer que acabou a criminalidade, mas que hoje tá um pouco mais de segurança...

**Recuperando 17:** Diminuiu, né?!

**Recuperando 1:** Diminuiu muito! Muito! Pelo menos aqui na cidade de Pelotas, diminuiu muito. Vou te dizer, hoje eu saindo daqui...a gurizada *se arriava* em mim que eu saía (incompreensível) ...fui preso, se eu entrava no Pestano, caminhava até o fundão da Getúlio, caminhava por tudo, me dava com todo mundo e as duas, três, cinco horas da manhã eu atravessava tudo ali e nunca tive nada. Hoje, não vou te dizer que hoje eu consigo fazer a mesma coisa, hoje eu não vou me arriscar a fazer, mas eu acredito que ainda dá pra fazer isso nesse momento.

**Recuperando 18:** Acho que a cidade tá mais calma pelos acontecimentos que tiveram lá no passado, de guerras e coisas de facções, né?! Então acho que hoje tá mais calmo. A gente também não pode tapar o sol com a peneira. As vezes o Poder Público acha que: “*Ah! Foi um monte de polícia que deixou essa situação*”, e a gente, como conviveu lá dentro, a gente sabe o porquê, e que não é o Poder Público que tá fazendo isso. Existiam três facções, quatro facções na cidade...e uma facção dominou a cidade. Então agora existe o quê?! Um líder em cada bairro aí, e ele é responsável por não acontecer criminalidade, não existir roubo, não atacar o trabalhador. Então, existe hoje o respeito pelo...

**Recuperando 16:** Na realidade o índice do homicídio, assalto e roubo caiu! Caiu muito.

**Recuperando 18:** E o Poder Público quer ganhar esse: “*ah, foi nós que mudemo!*”. Tudo bem. Pode ter a polícia ali e tá inibindo, mas se tu olhar para o poder da criminalidade, se eles quisessem oprimir a polícia, eles oprimiam. Só que não é a deles. Tu sabe que com morte não se ganha dinheiro, e eles querem ganhar dinheiro. Não tão pra matar ninguém nem oprimir o trabalhador. A gente sabe como é que funciona, a gente viveu lá dentro.

(...)

**Recuperando 16:** Assim, isso parte até de dentro do próprio sistema, na realidade. Foi um acordo que eles fizeram. Antes eram três facções

e uma dominou. Então foi um acordo que eles fizeram entre eles, que é todos pelo mesmo propósito, que é diminuir os índices de homicídios, a criminalidade, de roubo, né?! Mas é tudo atrás do dinheiro, na realidade. É em cima da... dentro das maneiras deles verem, né?! Como se faz dinheiro.

**Recuperando 11:** Não é que tenha diminuído o número de facções em Pelotas! Só se juntaram! É o *fulano*, o *fulano* e o *fulano*. As facções continuam a mesma coisa. Mas tão juntas. Aí diminuiu tudo, não pode roubar, não pode matar e nada. Se tu fizer alguma coisa errada eles *vão te cobrar*, se tu matar, tu vai ser morto.

Tendo obtido respostas complementares de atores-chave plurais, argumento que no período que compreendeu a análise empreendida, existiu um pacto construído gradativamente em torno de um ideário de paz. Esse pacto, entretanto, não parece formalmente balizado pelo direito, ainda que impulsionado pelo Poder Público e sociedade civil, tendo se estendido às cúpulas de poder das facções. As facções nesse contexto, tratam-se, portanto, de um poder constituído. Sendo assim, tendo esses coletivos encontrado a validação prática do Poder Público traduzida pelo processo de pactuação que integram, surgem a partir desse ponto, como produtores de identidades das quais as marcações são um conjunto indicativo diligente. Além disso, não importando se colaborando entre si ou apenas em benefício próprio, ou se por meio da dominação ou da aproximação, a *paz* comemorada pelo governo e praticada entre facções é ela própria a constituição de uma unidade por intermédio da qual os poderes — Público e faccional — realizam seus interesses.

Ademais, tendo em vista a contemplação do “trabalhador”, situado entre as tomadas de decisão políticas e o “mundo do crime”, trago a percepção popular representada por 80 dos 105 respondentes do questionário distribuído entre grupos plurais no *Whatsapp*, tendo sido respondido por homens e mulheres residentes em Pelotas, e cujo roteiro contemplava as questões: “Sente-se seguro em Pelotas?” e “Pensa que o PPPP tornou a cidade mais segura?”, cujas respostas são expressas a seguir. A não contemplação do número total de respondentes se deve à aplicação da pergunta somente àqueles que anteriormente declararam-se cientes do que é o PPPP, e o conceito “trabalhador” é empregado aqui pela plasticidade, consideradas as implicações apontadas por Feltran (2007).

**Tabela 1** – Resultados percentuais da questão intitulada “Sente-se seguro vivendo em Pelotas/RS?”

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	20	18,9	19,0	19,0
	Não	20	18,9	19,0	38,1
	Parcialmente	65	61,3	61,9	100,0
	Total	105	99,1	100,0	
Missing	System	1	,9		
Total		106	100,0		

**Fonte:** Questionário elaborado pelo autor e aplicado com os membros de doze grupos de *Whatsapp*, residentes na cidade de Pelotas.

**Tabela 2** – Resultados percentuais da questão intitulada “Acredita que o PPPP influenciou na melhora da segurança na cidade de Pelotas/RS?”

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	13	12,3	16,3	16,3
	Não	27	25,5	33,8	50,0
	Parcialmente	40	37,7	50,0	100,0
	Total	80	75,5	100,0	
Missing	System	26	24,5		
Total		106	100,0		

**Fonte:** Questionário elaborado pelo autor e aplicado com os membros de doze grupos de *Whatsapp*, residentes na cidade de Pelotas.

De acordo com as tabelas 1 e 2, a *paz* não soa clara para os cidadãos. Apesar de se tratar de um esforço principalmente voltado à redução de homicídios, o frágil elo estabelecido com outras problemáticas da segurança pública impede que se verifique um recorte representativo de uma população verdadeiramente beneficiada, que vivencia um cotidiano que dê conta de transmitir efetiva sensação de segurança. Dos respondentes, apenas 20% diz experimentar uma sensação plena de segurança, sendo apenas 50% desses os que afirmam que o PPPP tornou a cidade mais segura.

Por sua vez, ao tratar de cruzar respostas referentes ao bairro de residência dos 105 respondentes e sobre já terem ou não ouvido falar da atuação de facções em Pelotas, o resultado aponta que 94,2% está ciente da atuação dos coletivos no município. Entre

eles, os bairros em que esse reconhecimento existencial é proporcionalmente maior são: Três Vendas (100%); Areal (93,75%); Centro (91,6%); Fragata (90,9%); e Laranjal (87,5%), respectivamente. Da amostra total, quando expostos à fotografia de uma tatuagem contendo o símbolo dos Taura — o *Taz-Mania* empunhando duas pistolas — disposta na perna esquerda de um homem, 51,4% dos respondentes declara reconhece-la como uma tatuagem referente à uma facção criminosa, ao passo que apenas 5,71% afirma reconhecer como tal a sigla *TD5* pichada em uma parede.

**Tabela 3** – Resultados percentuais da questão intitulada “Em qual bairro reside?”

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1	,9	,9	,9
3Vendas	34	32,1	32,1	33,0
Areal	16	15,1	15,1	48,1
Centro	36	34,0	34,0	82,1
Fragata	11	10,4	10,4	92,5
Laranjal	8	7,5	7,5	100,0
Total	106	100,0	100,0	

**Fonte:** Questionário elaborado pelo autor e aplicado com os membros de doze grupos de Whatsapp, residentes na cidade de Pelotas.

**Tabela 4** – Resultados percentuais da questão intitulada “Reconhece o conteúdo da imagem número 5 como símbolo de uma facção?”

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	54	50,9	51,4	51,4
	Não	51	48,1	48,6	100,0
	Total	105	99,1	100,0	
Missing	System	1	,9		
Total		106	100,0		

**Fonte:** Questionário elaborado pelo autor e aplicado com os membros de doze grupos de Whatsapp, residentes na cidade de Pelotas.

Fortalezas e fraquezas do PPPP já foram descritas por Borges, Rojido e Cano (2020, p. 31-42), figurando entre as últimas alguns problemas como a escassa participação

social e a insuficiente ênfase na prevenção terciária. A importância desses elementos ficou clara nas impressões das pessoas quando questionadas sobre o impacto do programa, mas está também imbuída na reprodução social dos símbolos, práticas e significado que as facções criminosas passam a expressar com o passar do tempo. Os Taura, por exemplo, por tratarem-se da facção *mais forte* e que goza de maior reconhecimento do que as demais, tem seus símbolos reproduzidos por pessoas não faccionadas e passa a representar um poder reparador de injustiças no cárcere, conforme narrarei a seguir.

### *Da ponte pra cá*

Antes de tudo é uma escola<sup>45</sup>. Esse é a descrição correta para o que foi o campo de pesquisa: uma escola. A ponte, nesse contexto, é o viaduto construído há menos de dez anos, cuja função é conectar a zona norte da cidade com a BR-471, no sentido da cidade de Rio Grande, em um movimento que contorna a cidade. Para aqueles que transitam pelo bairro Fragata, na zona oeste da cidade, passando por baixo de tal viaduto, a edificação serve como um marco representativo da divisa com o município vizinho de Capão do Leão.

O município foi o berço do desenvolvimento da facção dos Taura. Naquele lugar, antes do coletivo se tornar conhecido em Pelotas, já havia conflitos encabeçados pela facção, membros reconhecidos entre os cidadãos, e principalmente o uso simbólico e demarcatório do viaduto que interpunha os municípios em questão, transformado em um *outdoor* grande, visível e que comunicava uma mensagem clara: “território dos Taura”.

A mensagem que perdurou ao longo dos anos, desde quando foi pichada em 2015, já fora sobreposta com tinta branca na data em que escrevo estas linhas, entretanto, cumpriu seu papel comunicador ao longo dos anos, causando ora revolta ora curiosidade. Ainda que o tempo e o lugar de origem da facção seja algo que continua pouco claro à presente investigação, posso dizer que o município de Capão do Leão foi o primeiro sítio onde a atuação da facção ocorreu paralelamente ao uso recursivo das marcações nas paredes do espaço urbano.

---

<sup>45</sup> A frase, acrescida do subtítulo que a antecede, forma um jogo de palavras que faz referência ao trecho da música “Da ponte pra cá”, dos Racionais Mc’s, empregada ao contexto narrado.

**Figura 14** – Pelotas/Capão Território dos Taura

**Fonte:** Facebook – Pelotas 24h

Colhi, enquanto durou o *outdoor*, muitas sensações por ele causadas nos transeuntes que cotidianamente cruzavam os olhos com o reclame territorial, de protestos indignados à legítima curiosidade sobre o que “Taura<sup>46</sup>” significava. De todo modo, sem poder afirmar quem foram os autores da pixação, se verdadeiros membros da facção ou sujeitos arrebatados pelo universo simbólico engendrado pelos coletivos criminais enquanto expoentes de uma vida marginal e de periculosidade, o presente estudo propõe que a compreensão em torno dessa e das demais produções, principalmente daquelas que anunciam a facção dos Taura, sejam encaradas como meios de comunicação.

Mesmo quando abstratas ou menos claras do que a pixação supracitada, os traços formam ou são acompanhados de palavras escritas que intencionam grifar uma mensagem expressa em nome da facção. Nesse sentido, é apropriado considerar que “a escrita representa não apenas um método de comunicação a distância, mas um meio de distanciar-se da comunicação” (GOODY, 1986, p. 50, tradução nossa), ou seja, a pixação em questão e todas as outras que a seguiram em Pelotas, são emblemáticos veículos de comunicação a distância, que comunicaram o avanço do “território dos Taura”.

---

<sup>46</sup> Regionalismo gaúcho que significa “forte”, “de grande força e proporção”, “destemido; bravo”.

A facção alastrou-se pelo município ao passo que sua expressividade aumentava também no interior do sistema prisional gaúcho. Tendo sido formada no interior da Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas/RS, já contou com pelo menos cinco lideranças<sup>47</sup> simultâneas, e em 2018 figurava em documentos oficiais do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJ-RS) como facção que havia “tomado conta” de galerias do PRP<sup>48</sup>. Além disso, os documentos oficiais também sugerem que o controle de galerias do PRP é um indicativo de que o grupo também controla o tráfico de drogas fora do presídio.

A popularidade dos autodenominados *Taz*, bem como o reconhecimento do cognome<sup>49</sup>, são endossados pelos documentos consultados quando estes apontam a “exigência da tatuagem” do personagem empunhando duas pistolas, como requisito para o ingresso na facção, acrescida de uma contribuição periódica em dinheiro e o cumprimento das regras previstas em um suposto estatuto. As marcações percebidas no perímetro urbano, junto das tatuagens cujo ora afamado ora infame significado tornaram-na reconhecida, formavam um conjunto simbólico notável também no cárcere. Apesar de não ter podido estender o campo ao interior do PRP, pude contar com a descrição detalhada daquilo que viram ilustrado em corpos e paredes alguns atores que por motivos distintos transitaram no interior do presídio.

Conforme demonstra a experiência de uma trabalhadora voluntária da pastoral carcerária, cujas atividades de cunho religioso/humanitário alcançaram o interior do PRP, confirmam-se alguns pontos citados até aqui: o embate entre facções em Pelotas no passado, alcançando também o interior do cárcere; a “exigência” da feitura de tatuagens para ingresso na facção; e a posterior hegemonia dos Taura. Entretanto, a mesma experiência trouxe novas perspectivas para a análise:

Eles tinham um certo receio de ir pra outras galerias, para não ser, digamos assim, dominados por outras facções. Que eu saiba tinham duas grandes facções lá dentro, fortes, né?! São quatro galerias, fora a dos trabalhadores extra muro. Então, uma dominava duas galerias e outra dominava outras duas galerias, e não podiam se encontrar. O horário de pátio tinha que ser diferente, todas as atividades pensadas

---

<sup>47</sup> Os mesmos homens que escaparam do PRP em 2016, na fuga envolvendo um caminhão.

<sup>48</sup> Conforme verifica-se em <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/tj-rs/642895389/inteiro-teor-642895393>. Todas as afirmações sobre origem e atuação dos Taura nesse trecho do texto estão embasadas nesse e em outros autos processuais, quando não indicadas por atores-chave. Acesso em 20/01/2023.

<sup>49</sup> Vide conteúdo citado anteriormente, onde os rivais Mata Rindo referem-se aos Taura como “Taz”.



para não se encontrarem. Uma facção se chamava Mata Rindo e a outro Os Taura.

Eu trabalhava mais com as mulheres presas, né?! As mulheres geralmente não fazem essas tatuagens de facções porque elas tão em um ambiente, só. Elas não são separadas. Acho que talvez seja por isso que não estão tão marcadas, embora eu tenha visto tatuagens de rifles, de facas, tatuagem disso e daquilo. Mas as mulheres, a maioria, fazem tatuagens familiares. Dos filhos, do marido, da mãe, sabe?! Mas eu não vi muitas marcas nela como as que os homens tem...que os homens tem que ter, de pertença, né?! Um símbolo é um animal, um bicho...não lembro bem agora. E os outros, acho que era um revólver, né?!

(...)Eu ouvi dizer que uma das facções dominou todas, e que agora ali no presídio só existe uma. Creio que sejam os Taura, por que quando eu ia lá eles já eram os mais fortes, né?!

(...)O que eu sei é que as tatuagens viraram um rito, né?! É a marca da pertença. Se eles são desprezados por toda uma sociedade, se forma a própria sociedade, os próprios valores e a própria pertença. Eles passam a pertencer à *sociedade de dentro*. Então, por exemplo, as mulheres tem aquela necessidade da família, e aí botam nome do marido, do filho, do pai, da mãe, dos irmãos. E os homens pertencem àqueles grupos, porque a mais nada eles pertencem. Eles foram anulados pela sociedade e não são mais nada. Então essas marcas, para eles, aquilo não é a marca do crime, aquilo é a marca do pertencimento à um grupo humano, no qual eles são alguma coisa, eles tem o seu valor e o seu lugar.

A exigência de uma tatuagem como rito de ingresso e marca da pertença à facção é acrescida de uma nova dimensão, onde apenas os homens devem cumprir tal exigência. O símbolo dos Taura, popularizado e também difundido entre as forças de segurança, figura aqui sob a égide de uma nova perspectiva, que o compreende não somente como um símbolo do desalinho às exigências legais, mas como símbolo do alinhamento às regras e valores impostos por um agrupamento humano, que apesar de conflitante com a ordem jurídica e estatal, detém acepções que extrapolam as representações concebidas como oficiais por indivíduos externos ao grupo, como por exemplo, a noção de *envolvido*.

Esse termo, quase sempre utilizado por policiais para descrever pessoas envolvidas em ocorrências, mas não raro agregado ao conteúdo jornalístico como justificativa/explicação para casos de homicídio de pessoas que se acredita tratar de membros de facções, se mostra pouco preciso quando posto lado a lado com os processos complexos exigidos para a manutenção da ordem no interior do cárcere e no cotidiano dos bairros, levando em conta a existência de embates entre facções rivais. O *envolvimento* de pessoas com facções em Pelotas, demandou aprimoramentos que

encontram eco em outros estados e municípios, onde a existência, as dinâmicas e processos empreendidos por facções é também tema de outras pesquisas.

As marcações, principalmente aquelas presentes nos corpos que vez ou outra habitam o cárcere, associam-se ao leque de elementos agregadores da ordem interna de confinamento, figurando entre as negociações e tendo peso sobre as interações sociais. Essa é uma perspectiva ancorada na tradição de estudos sociológicos que caminham no sentido dessa compreensão (SYKES, 1974; GOFFMAN, 1974), mas que apresenta elementos visuais e passíveis de interpretações diversas como subsídios analíticos a serem considerados.

Nesse sentido, uma vez expressa a interlocução dos significados simbólicos dentro do cárcere e sua extensão às ruas, onde assumem funções outras, argumento que esses elementos carecem de um olhar científico específico e melhor elaborado, tendo em vista que engendram novas questões e servem como indicativo para o estudo de dinâmicas, atividades, o espraiamento de facções criminosas, além de servirem como dado sólido a ser considerado na construção de políticas públicas atentas à cidade e aos manifestos nela impressos, tornando “escola” o cotidiano e suas ocorrências.

Por essa razão, discorro no capítulo seguinte sobre o que chamarei de “produções culturais do crime”, a fim de transparecer já nessa nomenclatura a noção que considero melhor apurada em países sul e norte americanos sobre manifestos semelhantes às marcações que analiso na presente pesquisa, propondo uma equiparação simbólica do material elaborado por *gangs*, *pandillas*, *carteles* e outros grupos, com as marcações e os formatos encontrados em Pelotas/RS. O capítulo tem como função auxiliar na construção de um entendimento que contemple a noção de uma não-excepcionalidade das marcações registradas no campo, demonstrando que outros grupos utilizam recursos semelhantes com intuítos também semelhantes, e que a atenção a essas produções por parte do Estado, dos e das pesquisadoras interessadas em temas como a segurança pública, o crime e a violência, e dos coletivos propriamente documentados em cada um desses lugares já são parte construtiva de tomadas de ação, empreendimentos científicos e principalmente da aculturação insuflada pelo mundo do crime em cada uma dessas localidades.

## CAPÍTULO 2 – PRODUÇÃO CULTURAL DO CRIME EM OUTROS PAÍSES AMERICANOS E A NOÇÃO DE CULTURA DO CRIME

### *Breves aspectos da gang culture nos Estados Unidos*

Os Estados Unidos, enquanto país que foi e ainda é o destino de inúmeros imigrantes estrangeiros legais e ilegais (FOOTE e GOEBEL, 2014; SILVA, 2020), reflete em muitos sentidos a miscigenação cultural constituída ao longo dos anos. Se tratando de uma sociedade marcada por tensões raciais que alimentam segregações e violências, a existência de coletivos criminosos identificados como *gangs* carrega também traços dessa tensão, sendo muitos grupos identificados como gangues latinas, negras, brancas, etc.

Recebendo especial atenção da mídia e tendo sido mais prolíficas na interação e produção de bens culturais e materiais ligados aos seus nomes e aspectos estéticos, figuram as gangues negras denominadas *Crips* e *Bloods* como expoentes na produção de elementos gráficos como os que a presente pesquisa propõe analisar. A presença dessas gangues foi documentada primeiramente em áreas do sul do estado da Califórnia, nos Estados Unidos, em meados da década de 1960 (CLEMONS, ROSSI e VAN DE KAMP, 1990).

Apesar de gangues caracteristicamente compostas por negros terem sido documentadas nos Estados Unidos desde a década de 1920, o surgimento dos *Crips* é emblemático por contar desde o princípio com elementos estéticos e visuais que objetivavam a distinção. A primeira formação da gangue foi reunida no campus da *Washington High School*, no centro-sul de Los Angeles em 1969. (CLEMONS, ROSSI e VAN DE KAMP, 1990, p. 3). Apesar de não se tratar de um formato localmente concentrado, tendo outros grupamentos ligados aos *Crips* surgido logo em seguida, em outros lugares de Los Angeles, a gangue compartilhava como característica principal a utilização de roupas na cor azul, incluindo uma bandana geralmente amarrada no punho, em torno da cabeça ou pendente no bolso traseiro esquerdo.

Associados a múltiplos ataques violentos aos membros de outros coletivos, não tardou até que os *Crips* encontrassem rivais à altura. Os *Bloods*, originalmente agrupados com o intuito de “proteger a si próprios contra os membros dos *Crips*” (CLEMONS, ROSSI e VAN DE KAMP, 1990, p. 3, tradução nossa), tiveram origem no Compton, ao sul do condado de Los Angeles, no ano de 1970. Oposta à gangue rival também no sentido

estético, adotaram a cor vermelha como símbolo de distinção e pertencimento, usando também a bandana e as vestes como veículo para tal representação. A literatura especializada (CLEMONS, ROSSI e VAN DE KAMP, 1990; KLEIN, 1992; QUICKER, J. e BATANI-KHALFANI, 1998; KNOX, 2009) indica que, para além das cores, os *Bloods* diferenciavam-se pelos níveis de violência empregados em suas ações durante a década de 1970, bem como estiveram envolvidos em um maior número de atividades criminosas. Ainda assim, em inferioridade numérica e menos estabilizados do que os rivais *Crips*, foram violentamente dominados naquele período, desmembrando-se em um sem número de pequenos grupos que se identificavam sob o guarda-chuva dos *Bloods*.

Atualmente essas gangues rivais — que no presente texto cumprem representar um país onde estimasse haver 1.4 milhões de membros de gangue divididos em 33 mil gangues<sup>50</sup> —, possuem células espalhadas por todo o território estadunidense, e inspiraram a produção de inúmeros bens culturais como livros, filmes e músicas baseados em seu histórico de conflitos, em seus membros mais ilustres e nas características visuais marcantes das quais se utilizam. Entretanto, não inspiraram um número grande de esforços acadêmicos que se debruçassem sobre essas questões. Ainda assim, alguns trabalhos e principalmente os registros policiais e de outros órgãos de repressão estadunidenses demonstram que dentre as práticas comuns entre gangues, está o que ficou conhecido como *gang graffiti*.

Esse conjunto de dados agregados, apesar de afetados e academicamente questionados no tocante ao uso recursivo dessas informações para manejo das leis (BARROWS e HUFF, 2009; PHILLIPS, 2016), dá-nos um norte para a compreensão do uso do *graffiti* e a importância que a prática carrega no universo das gangues nos Estados Unidos, sendo o material dos *Crips* e *Bloods* um dos mais comumente disponíveis na internet e na literatura especializada. Segundo Phillips (2016), o *gang graffiti* se inscreve em um sistema de representações que inclui outras dimensões, como o corpo, a dança e a fala, e faz-se útil para demarcar fronteiras entre bairros, distinguir membros e as áreas onde vivem/atuam, sinalizar identidade, inimidade ou aliança, e para criar memoriais. A autora argumenta ainda que a escrita de gangues geralmente carrega aspectos dos grupos mais amplos, de onde as gangues emergem.

---

<sup>50</sup> Conforme verifica-se em [www.fbi.gov/about-us/investigate/vc\\_majorthefts/gangs](http://www.fbi.gov/about-us/investigate/vc_majorthefts/gangs). Acesso em 10/02/2023

Sendo assim, fica compreendido que além da demarcação de um território, o uso do *gang graffiti* permite uma afirmação da identidade apesar do conflito com a lei e das tensões entre grupos rivais. Esse uso frequente e o elo com dimensões maiores, como bairros de origem, escolas ou mesmo a identidade racial, retroalimentam o desenvolvimento de estilos próprios, transmitidos nos traços, tipos de escrita, adição de cores e outros aspectos que passam a compor as produções como fundamentos de uma ou outra gangue.

**Figura 15** – Sobreposição *Crips/Bloods*



**Fonte:** Virginia Department of State Police - Bloods Street Gang Intelligence Report

O desenvolvimento estético e estilístico das produções é também acompanhado pelo desenvolvimento de um controle por parte das forças de segurança, cujos esforços concentram-se na identificação das siglas, palavras e símbolos que compõe o *gang graffiti* somando-os a outros manifestos, a fim de reprimir e controlar crimes associados às gangues, bem como identificar sujeitos a elas pertencentes, fator punitivamente agravante. No reporte de inteligência sobre os *Bloods*, desenvolvido pela *Virginia Fusion Center*, órgão ligado à Polícia Estadual do estado da Virginia, o *gang graffiti* é descrito como “jornal das ruas” (2008, p. 9, tradução nossa), onde os autores argumentam que por meio de uma análise cuidadosa faz-se possível identificar a gangue, o artista ou tagger<sup>51</sup>, a afiliação a uma ou outra célula, os rivais e as atuais atividades da gangue.

O *gang graffiti* é, portanto, parte central de um conjunto de manifestações simbólicas que formam o que Montaigne (1999) denominou “*gang culture*”, ou seja, um

<sup>51</sup> Sujeito pichador que escreve apenas seu nome ou nome da gangue de forma rápida e estilizada.

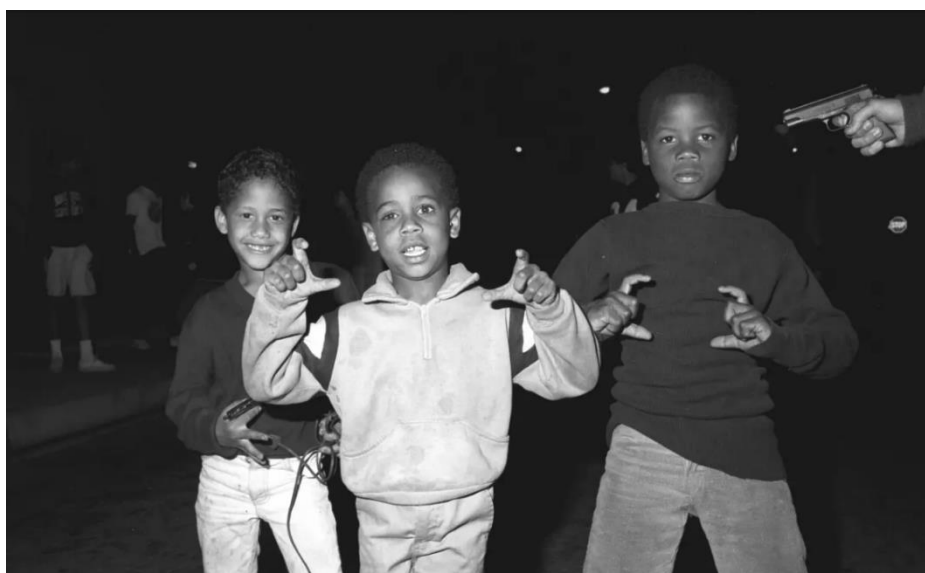
apanhado de representações estéticas, simbólicas e comportamentais que elaboram uma espécie de estilo de vida orientado por uma gangue. Dentre os elementos que se associam ao *gang graffiti* formando esse conjunto, estariam outros manifestos igualmente monitorados pela forças de segurança — que sofrem críticas pela “não filtragem” desse controle e aplicação de sanções, vitimando sujeitos reprodutores do que se tornou linguagem “extra gangues”. Dentre as práticas identificadas e monitoras estão os sinais de mão (*handsigns*), traços das vestes como a supracitada adoção de cores representativas de uma ou outra gangue, e as tatuagens.

O desfecho dessa caçada não somente aos indivíduos associados às gangues como os *Crips* e os *Bloods*, mas aos manifestos que em qualquer medida indicassem uma possível associação ou presença de membros de gangue em determinada área, originou no estado da Califórnia, em 1987, um banco de dados derivado dos embates públicos encabeçados pelo promotor James Hahn contra a célula *Playboy Gangster Crips*, nomeado *CalGang*. A coleta de dados baseada em indicativos de associação às gangues, reúne informações pessoais dos sujeitos com intuito de manter o controle sobre a atividade das gangues e seus atores. Loren Siegel (2003) aponta que no ano de 2003, 47% dos homens afro-americanos do condado de Los Angeles entre 21 e 24 anos de idade figuravam em tal registro, cuja inserção ocorre bastando que um policial indique que um sujeito se enquadra em pelo menos dois dos dez critérios a seguir:

1. Admite associação ou pertencimento a gangues;
2. É observado que se associa regularmente com conhecidos membros de gangues;
3. Tem tatuagens que indicam participação em gangues;
4. Usa roupas de gangue, símbolos, etc., para identificar-se com uma gangue específica;
5. Está em uma foto com membros de gangues conhecidos e/ou usando sinais de mão relacionados a gangues;
6. É nomeado em um documento de gangue, lista de alvos ou grafite relacionado a gangues;
7. É identificado como membro de gangue por fonte confiável;
8. É preso na companhia de quadrilha identificada, membros ou associados a gangues;
9. Corresponde-se com membros de gangue conhecidos ou escreve e/ou recebe correspondência sobre atividades de gangues;
10. Escreve sobre gangues (graffiti) em paredes, livros, papel, etc. (GREENE e PRANIS, 2007, p. 27-28, tradução nossa)

A adição de nomes nessa lista é encarada por Phillips (2016) como problemática, uma vez que se trata de uma lista confidencial onde nomes podem ser incluídos sem que os sujeitos tomem ciência da adesão de seus dados ao banco. Nesse sentido, a autora aponta que principalmente por haver a previsão da inclusão pela produção de *graffitis* ou mesmo pela mera reprodução de símbolos em folhas de papel, muitos dos mais de 200.000 nomes que constam no *CalGang* podem ter sido introduzidos por “razões de representação” (PHILLIPS, 2006, p. 50), o que pode ser traduzido como proliferação da *gang culture* para além do interior das gangues, alcançando terceiros, como por exemplo crianças e adolescentes que cresceram em bairros onde há presença ativa de gangues.

**Figura 16** – Crianças fazendo o sinal de mão “*Compton Crip*” e “*West Side*”



Fonte: The Sun<sup>52</sup>

Phillips (2016) descreve ainda que o avanço da *gang culture* por intermédio da reprodução estilística da escrita, por exemplo, inspira que artistas não relacionados a gangues reproduzam traços que foram constituídos no cerne dos coletivos. Isso ocorre também pela proximidade desses com membros de gangue e em muitos casos pelo fato de terem eles próprios crescido em bairros dominados pelos grupos, mas explica que em

---

<sup>52</sup> Disponível em <https://www.thesun.co.uk/news/2746626/crips-gangsters-crack-cocaine-shotguns-drinking-photos/#> Acesso em 20/02/2023.

alguma medida a reprodução desses traços e sua valorização em mercados de arte como o do *graffiti* contemporâneo, promovem um “apagamento da cultura de gangues” (PHILLIPS, 2016, p. 59), ancorando o produto artístico no estilo ao invés da realidade social em que fora desenvolvido.

Ademais, a autora dá-nos um indicativo sobre o *gang graffiti* derivado de diferentes grupos, como por exemplos as gangues latinas, composta por imigrantes latino-americanos, descendentes de imigrantes ou marcadamente identificadas com a cultura mexicana. As derivações trazidas pelo estilo *cholo* serão melhor detalhadas no trecho a seguir, dando continuidade ao desenvolvimento da argumentação voltada à existência de bens e linguagens culturais oriundas do mundo do crime em diferentes lugares das Américas.

#### *A narcocultura no México e suas derivações*

Para descrever aspectos sociais do México contemporâneo, é quase inescapável citar a influência exercida pelo narcotráfico e pelos *carteles* no cotidiano das relações sociais naquele país. Nas palavras da socióloga mexicana Sayak Valencia (2012), a realidade mexicana é um novo contexto produzido pelos fenômenos de violência.

A autora indica que os ambientes sócio-político, econômico, cultural e simbólico foram reescritos pelo narcotráfico e pelas formas de gestão da morte no México, onde descreve ser necessário que se façam visíveis as conexões entre o Estado e os narcotraficantes que juntos engendram embates pela disputa, conquista e reconquista de territórios em um contexto que supervaloriza e impõe uma lógica machista, elevada a uma escala nacional (VALENCIA, 2012).

Ao contrário do que se pode pensar, o êxito do desenvolvimento do que se assemelha à um *narcoestado* não se deve à ausência ou descaso do Estado legítimo, pelo contrário, está fundamentado na profunda corrupção e na cumplicidade do Estado para com “la perra brava” (VALENZUELA ARCE, 2010, p. 169). Nesse caso, “la perra brava” é a representação do narcotráfico no *corrido* composto por Teodoro Bello e interpretado por *Los Tigres del Norte*, denominado *La Granja*. Os corridos são, segundo Valenzuela Arce (2010), composições e interpretações musicais desenvolvidas em meados do século



XIX, que em meio a uma população majoritariamente analfabeta, servira como crônica, diário, dispositivo do melodrama e marco dos grandes eventos da vida nacional mexicana.

Os *corridos*, que já foram conhecidos como *tragedias*, eram então manifestos da cultura popular que serviram e servem como representação da vida naquela sociedade. Em *La Granja*, o compositor registra por intermédio da recuperação de uma fábula que inclui uma *perra que no muerde aunque él no esté de acuerdo*<sup>53</sup>, a problemática do narcotráfico e seu elo com o Estado. Ao passo que essa problemática se torna uma constante, os registros *corridos* ganham novas nuances, e popularizaram-se sob a alcunha de *narcocorridos*.

Se tratando, portanto, de composições constituídas a partir da observação cotidiana, dos relatos populares e dos informes obtidos por intermédio dos meios massivos de comunicação, a imagem comum dos *narcocorridos* destaca o narcotráfico como meio fácil e rápido de obtenção de lucros, enaltece a fortuna e o poder detido pelos carteis e narcotraficantes, e incorpora atores que transitam e se estabelecem entre a legalidade e a ilegalidade (VALENZUELA ARCE, 2010), incluindo políticos e policiais. Essas representações são fundamentais à presente análise, tendo em vista que delas derivam uma gama de outras produções estéticas e culturais cujo pano de fundo é a atividade criminal e o poderio passível de ser alcançado por meio do tráfico de drogas, principalmente — questão exponencializada na realidade mexicana.

Os *narcocorridos* cumprem aqui uma função introdutória ao literalmente descreverem uma *narcocultura* que fundamentadora de bens em um país onde o narcotráfico, a atividade criminosa e a corrupção de membros tido como socialmente “respeitáveis” é, ao mesmo tempo, óbice à prosperidade da nação e fonte de inspiração para uma parcela da população. Valenzuela Arce (2010) aponta que no século XXI, ao contrário de outras tradições, os *corridos* não desapareceram, tendo sua existência sido propagada por meios de comunicação e pelo advento da internet, onde as letras, temas e sonoridades são incrementadas por imagens e vídeos que reforçam visualmente as questões musicalmente abordadas.

A ideia de *narcocultura* representada por produções culturais que abordam a questão do narcotráfico no México é reforçada pelo que ficou conhecido como *Mexican Narco Cinema*. Se tratam de produções cinematográficas de baixo custo lançadas em

---

<sup>53</sup> Trecho extraído da letra original composta por Teodoro Bello (2009).

DVD e disponibilizadas em plataforma digitais, cuja maioria dos enredos são inspirados em *narcocorridos* e em alguns casos financiados por *señores* de carteis (MIZRAHI, 2018). Essas produções logram reforçar as imagens dos carteis e de narcotraficantes como socialmente legítimas, conforme destaca De Los Santos (2008), todavia, as representações ora localizadas, ora onipresentes, independentemente das imparidades de cada uma delas, não abrem mão de vincular o narcotráfico ao medo, como forma de administração e controle social (MIZRAHI, 2008).

Dessas produções, do conteúdo cantado em *narcocorridos* e da própria lógica machista que dita regras seculares a toda uma nação, deriva um estereótipo internacionalmente difundido: o *cholo*. Também referenciado sob a alcunha *chicano*, refere-se basicamente um personagem de origem ou descendência mexicana, hiper masculinizado e que representa abjeta ameaça à paz e a ordem social, sendo quase sempre relacionado às gangues (MORA, 2011). As fronteiras mexicanas compartilhadas com os Estados Unidos (EUA) e a questão do grande fluxo migratório ilegal de parte da população mexicana rumo ao país vizinho, auxiliou na construção e difusão desse estereótipo intermediado pelos discursos midiáticos e sociopolíticos que anunciam homens e mulheres jovens de origem latino-americana como imigrantes marginalizados, indignos e problemáticos.

Esse ideário não se limita à origem, ao corpo e às vestes, ainda que estas sejam fundamentais características desse construto. Phillips (2016) argumenta que desde os anos 1930 e 1940 existem registros de escritos urbanos de gangues em bairros marcadamente habitados por imigrantes latinos, onde a composição dessas gangues carrega esse mesmo recorte racial. A autora aponta que esses escritos remontam uma tradição anterior, a “escrita vagabunda”, ou *hobo writing* como é originalmente conhecida. Essa espécie rudimentar de *graffiti* era elaboradas com alcatrão ferroviário que pingava de trens e servia como pigmento para a inscrição de nomes e datas debaixo de pontes e em paredes — elementos posteriormente acrescidos de nomes de bairros, nomes de cidades, divisões regionais, códigos de área e designações baseadas na localização de penitenciárias, sob a regência de membros de gangues *chicanas* nos EUA. (PHILLIPS, 1999).

**Figura 17** – Graffiti de *Chicano Gangs*



**Fonte:** Phillips, S. (2016, p. 53) - *TxFlats, Goofy, Demon, Sparky, Sur 13*.

O estilo *cholo*, derivado dos supracitados eventos sócio-históricos, alcança também o universo do *graffiti* e das tatuagens, sendo uma representação artística dotada de elementos próprios em ambas as formas de expressão. Ainda que as gangues, por seu *background* de violência e criminalidade, sejam raramente incluídas nos debates contemporâneos sobre arte de rua e tatuagens, cabe que sejam explicitadas as inegáveis contribuições estéticas e estilísticas desenvolvidas nos espaços públicos, em *chicano gang graffitis* e em pinturas muralistas<sup>54</sup>, estas últimas adotadas também por gangues e acrescidas de elementos que expressavam o crime e a vida nas ruas.

Apesar da *narcocultura* corrente no México contemporâneo não compartilhar de grandes semelhanças estéticas com o que ficou conhecido como *gang culture* nos EUA, as raízes históricas que fundamentam o desenvolvimento de gangues *chicanas* estão fortemente relacionadas aos eventos que influenciaram ambos os ideários, como a globalização, a migração impulsionada pela violência e a lógica capitalista de organização das sociedades. Ademais, o advento da internet e o maior fluxo de trânsito internacional

<sup>54</sup> Tipo de arte que tem como suporte as paredes e painéis permanentes, de grandes proporções e comumente abordando questões sociais. Marca forte presença no México, onde ganha destaque sob o nome de “muralismo mexicano”, tendo servido como veículo de expressão crítica sobre eventos históricos. Nesse estilo, destacam-se artistas de grande expressividade como Diego Rivera (1886-1957).

permitiu que fossem sempre revigorados os laços entre atores mexicanos e descendentes de mexicanos de nacionalidade estadunidense, estando inclusos nesses laços a linguagem e os elementos estéticos, bem como tendo garantido que esses elementos fossem exportados a outras partes do mundo. O cruzamento de estilos e significados construídos por gangues *chicanas* e narcotraficantes mexicanos, representados em músicas, *graffitis* e tatuagens, alcançou reconhecimento mundial tendo constituído uma espécie de “mundo da arte” (BECKER, 2008) fundamentado pelo “mundo do crime” (FELTRAN, 2008) daquelas localidades, difundindo seu valor para além das fronteiras.

**Figura 18** – *Chicano Tattoo*



**Fonte:** Cedida pelo artista *Vato* - Pelotas/RS

A figura do *cholo* por sua vez, é descrita por Phillips (2016) como uma contemporânea amenização da violência das gangues e da problemática noção de um

*narcoestado* mexicano, ao passo que transfere o olhar da violência para uma construção estética dotada de história, posicionando o estilo sobre os elementos da vida social e permitindo uma valoração artística e conceitual sobre produções propriamente advindas de relações de conflito com a lei.

### *Tatuagens como parte da Cultura Pandillera na América Central*

Alguns países da América Central, como El Salvador e Honduras, lidam com uma problemática específica relacionada à segurança pública; as *pandillas* ou *maras*, como são conhecidas as:

“Agrupações juvenis relativamente estáveis, caracterizadas pelo uso de espaços públicos urbanos, geradoras de padrões identitários, articuladoras da economia e da vida cotidiana de seus membros, e que sem nenhuma pretensão de institucionalidade desdobram um contrapoder sustentado em uma violência inicialmente desordenada” (DEMOSCOPIA S.A., 2007, p. 13, tradução nossa)

A excepcionalidade centro-americana remonta aos anos de 1980 e princípio dos 1990, período em que, segundo Domínguez (2010), ocorreu intenso fluxo migratório de famílias oriundas de países centro-americanos rumo aos EUA, na intenção de salvaguardar a integridade física e emocional de crianças e adolescentes daquela geração. Ocorreria que nesse período, países que compunham o Triângulo do Norte da América Central (Honduras, El Salvador e Guatemala) foram imersos em conflitos armados cujos desfechos são ainda sentidos nos dias atuais, vide crise humanitária e constante agravamento das nuances desse arriscado e ilegal fluxo que nunca cessou.

Tendo sido o condado de Los Angeles, no estado da Califórnia, o principal destino desses imigrantes majoritariamente ilegais na época, as famílias recém chegadas tiveram de lidar com um cenário austero de exclusão social e marginalidade, sendo necessário desenvolver estratégias para sua sobrevivência cultural. A solução encontrada foi a construção de uma identidade como forma de resistência e a afiliação grupal (DOMÍNGUEZ, 2010), fatores esses que fundaram em solo estadunidense os coletivos ainda hoje conhecidos como *Mara Salvatrucha* (MS-13) e *pandilla del Barrio 18* (B-18).

Ocorreu que essa associação étnica, reunia na B-18 majoritariamente *cholos* mexicanos, salvadorenhos, guatemaltecos e hondurenhos, ao passo que configuravam-se

como MS-13 sujeitos que identificavam-se como “100% salvadorenhos” (MARTÍNEZ, 2017). O desenvolvimento das *pandillas* nos EUA incorporou traços socioculturais e identitários muito semelhantes aos dos *cholos* mexicanos (VALENZUELA ARCE, 2010), um movimento que lhes permitira resistir ao maltrato sofrido por sua condição de imigrantes transnacionais.

O nome da MS-13 provém de um jogo de palavras em que *Mara* pode significar “bando” ou derivar de *Marabunta*<sup>55</sup>, *Salva* deriva de El Salvador, e *trucha* significa “estar de prontidão”, ou seja, aludindo a uma identidade nacional salvadorenha vinculada à força, disposição e astúcia. A B-18, antes disso, desenvolve-se com a intenção de resistir e defender-se das gangues negras, italianas e asiáticas que já estavam assentadas em áreas do sul da Califórnia (DOMÍNGUEZ, 2010). A MS-13 nasce de uma ruptura interna da B-18, impulsionada por disputas territoriais e controle das atividades ilegais, e ambas as *pandillas* tornam-se um problema de segurança pública na América Central a partir das deportações massivas de *mareros* e *pandilleros* de volta a seus países de origem, encabeçadas pelos EUA.

Em estudo realizado por Arana (2005), estimou-se que no curto período entre os anos 2000 e 2004, 20 mil indivíduos de origem centro-americana foram deportados de volta a seus países natais, sobretudo El Salvador. Isso ocorreu devido à mudança na política estadunidense que passou a prever tal medida para *pandilleros* que haviam sido condenados a prisão a partir de 1996, tendo tal medida se tornado mais abrangente com o passar dos anos, incluindo contraventores cujas faltas fossem menos graves.

Esses sujeitos, agora alocados em países que pouco conheciam, trazem consigo elementos cosmopolitas e práticas granjeadas junto à outros coletivos criminais estadunidenses. Retornam cobertos por tatuagens, que além de demarcarem seus corpos com símbolos que reforçavam suas posições como *mareros*, figuravam como símbolo da modernidade, não tardando em tornar-se prática difundida. As *maras* e *pandillas*, divididas em múltiplas *clicas*<sup>56</sup>, encontraram terreno fértil na América Central, tendo suas fileiras engrossadas por problemas sociais como a pobreza e o desemprego, o acesso

---

<sup>55</sup> Espécie de formiga de grande proporção encontradas principalmente nas Américas. Trata-se de uma espécie de formiga capaz de remover a carne de animais vertebrados, e cujo movimento em bando costuma ser destrutivo e imparável.

<sup>56</sup> Grupos criminais menores, alocados em determinado espaço ou bairro, associados às *pandillas* mas detentores de determinada autonomia e liberdades.

desigual à educação, facilitado acesso às armas, entre outros fatores (KOSMYNKA, 2020).

De volta ao Triângulo Norte da América Central — área onde os conflitos armados haviam cessado sob a condição dos acordos de paz conhecidos como “tratados de Castillo de Chapultepec” —, em 1992, esses sujeitos deportados não encontraram um ambiente livre de violências sociais e causadoras da morte, pelo contrário, depararam-se com um cenário teoricamente pacificado, mas que não havia desmantelado as estruturas e práticas tidas como legítimas principalmente pelos “profissionais da violência” (TILLY, 2003), militares, paramilitares, mercenários, criminosos organizados, entre outros atores daquela região.

Nessa toada, imersos em um cenário repleto de mazelas sociais e tendo construído um coletivamente um conjunto de práticas e noções inspiradas pela *gang culture* norte-americana, forjaram-se as *pandillas* e *maras* no formato que são hoje conhecidas. No tocante às características comuns desses coletivos, formadoras do que pode ser compreendido como parte de uma *cultura pandillera* na América Central, as tatuagens ganham papel de destaque, e isso não se aplica apenas àquelas feitas no cárcere. No caso em questão, é comum que as tatuagens cubram grandes áreas dos corpos, rosto e cabeça, servindo, desse modo, como mensagem explicitada sobre a pertença, uma vez que costumeiramente descrevem afiliações facilmente decifráveis em forma de siglas e/ou símbolos. Ao informarem voluntariamente tal pertença, rompem com a lógica de uma afiliação discreta ou velada, demonstrando orgulho em compor as *pandillas* e cobrindo-se com avisos de periculosidade, conforme afirma Kosmynka (2020).

Entre referências cristãs, armas, caveiras, *hand signs*, mulheres nuas e símbolos satânicos, é bastante comum que figurem entre os desenhos escolhidas as próprias siglas indicando a qual coletivo cada indivíduo pertence. As letras M e S em caligrafia estilizada, o número 18 ocupando todo o dorso e preenchido com runas, ou mesmo o nome da *pandilla* escrita por extenso são conteúdo comum e quase obrigatório. As *maras* e *pandillas* se valem também do uso do *graffiti* para marcação territorial e propagação de seus símbolos; dos sinais de mão para identificação e nova declaração de afiliação; e constroem combinações estilísticas que associadas, resultam em uma metalinguagem própria, mas plenamente compreensível a qualquer cidadão minimamente informado sobre as atividades dos coletivos.

Essa audaciosa explicitação de associação ao crime, somada às atividades criminosas plurais empreendidas pelas *pandillas*, inspirou tomadas de ação estratégicas descritas como *mano dura* em El Salvador, alcançando também outros países da América Central. Sonja Wolf (2017) descreve que em 23 de julho de 2003, o então presidente salvadorenho Francisco Flores posicionou-se em frente a uma parede que continha um *gang graffiti* de grandes proporções para dali anunciar que membros de *pandillas* e *mareros* seriam sistematicamente presos em bairros da capital San Salvador, e que não mediria esforços para que a integridade dessas comunidades fosse reestabelecida. Desse momento em diante, impulsionados pelas *leyes antimaras*, policiais salvadorenhos passam a integrar *Grupos de Tarea Antipandilla* (GTA), realizando amplas varreduras, prendendo homens e mulheres e exibindo seus rostos e tatuagens na imprensa — fator que auxiliou no enquadramento da *mano dura* como política tida como eficaz.

**Figura 19 – Mano Dura**



**Fonte:** WOLF, S. (2017) - Capa

No entanto, as já problemáticas prisões baseadas em características superficiais como possuir tatuagens e ser visto em companhia de indivíduos que supostamente seriam *pandilleros*, passaram a ser duramente criticadas, principalmente, por preverem punições dessa natureza para qualquer indivíduo acima dos doze anos de idade (WOLF, 2017). Essas disposições violavam garantias constitucionais e normas internacionais de direitos humanos, e tornavam-se mais e mais problemáticas ao passo que evoluíam na inclusão



de outras características ainda mais rasas como justificativa para as prisões, como as vestes e o uso de linguagens determinadas.

Críticas generalizadas, a falta de cooperatividade de juízes que concediam liberdade aos sujeitos presos, alegando falta de provas, e a caducidade da *ley antimaras*, obrigaram estadistas posteriores a adotar políticas revisadas para lidar com a problemática das *pandillas* e a violência empregada por esses grupos. Ainda assim, o reflexo desse período e a criação de um ideário que em muito dialoga com a criação de “demônios populares” (COHEN, [1972] 2002) no interior das sociedades centro-americanas, gerou um cenário de discriminação, insegurança e certa nostalgia do conceito de autoridade empregado pela repressão do modelo *mano dura*. A lógica de perseguição aos supostos *mareros*, com base em tatuagens, vestes e associações e linguagem, sobreviveu a *mano dura* “com resultados prejudiciais para certos setores da sociedade salvadorenha. Pessoas com tatuagens, mesmo de natureza artística, tiveram sua admissão negada em escolas e são rotineiramente rejeitados por potenciais empregadores” (WOLF, 2017, p. 71-72).

Atualmente, uma retomada ainda mais drástica dessa lógica repressiva tomou forma sob a égide do governo de Nayib Bukele. Ocupando a presidência de El Salvador desde 1 de agosto de 2019, Bukele viu serem ampliados seus poderes a partir de 2021, quando seu partido *Nuevas Ideas* ganhou as eleições legislativas, e aplicou através de processos democráticos e do uso da força, o controle dos Poderes Legislativo e Judicial do país. Tendo encarcerado milhares de pessoas sob o pretexto de extinguir as *pandillas* e *maras* do território salvadorenho, Bukele intensificou a lógica de criminalização sob sujeito tidos como suspeitos e sofre críticas em escala mundial por incluir milhares de inocentes nessa caçada<sup>57</sup>, além de enfrentar acusações de associação às *pandillas*, tendo supostamente negociado com os coletivos a redução dos homicídios no país<sup>58</sup>.

---

<sup>57</sup> Argumento reforçado por matérias jornalísticas como a disponível em <https://www.washingtonpost.com/es/post-opinion/2023/01/24/maras-el-salvador-bukele-guerra-pandillas-mafia/> Acesso em: 20/02/2023.

<sup>58</sup> Argumento verificável em <https://elfaro.net/es/201203/noticias/7985/Gobierno-negoci%C3%B3-con-pandillas-reducci%C3%B3n-de-homicidios.htm>. Acesso em: 20/02/2023.

**Figura 20** – Regime de Nayib Bukele



**Fonte:** Twitter - Voz de América

Sem a intenção de minimizar o problema das *maras* e *pandillas* em países da América Central, o intuito das linhas acima é demonstrar como as tatuagens, e em alguma medida o *graffiti*, compõe o rol de práticas presentes também no que pode ser chamado de *cultura pandillera* em países dessa latitude, sobretudo El Salvador. Nesse caso em específico, as tatuagens desempenham papel ainda mais central do que em países como México e EUA, tendo sido elevadas à um patamar de criminalização, tamanha é a relação entre as peles marcadas permanentemente com tinta e a associação aos coletivos criminais em seu formato específico naquela região. De todo modo, representam também a continuidade de um avanço sentido sul, que “bebe” da cultura de gangues nos Estados Unidos, ganha matizes propriamente latinos no México, e é atenuado no Triângulo Norte da América Central, em um movimento que considero encadeado.

#### *A cultura do crime expressa em elementos visuais*

Tendo brevemente percorrido os meandros das simbologias visuais construídas por gangues, cartéis, *pandillas* e outros grupos coletivos nas Américas, retomo a discussão baseada naquilo que foi obtido a partir da exploração do campo de pesquisa, a fim de construir um novo entendimento sobre a produção imagética de facções criminosas pelotenses alinhando-as ao supracitado movimento encadeado. Nesse sentido, enquadro

o material coletado empiricamente como parte visual de uma cultura do crime local — onde “crime” ganha sentido singular e abstrato, e é personificado pelas facções criminosas.

As marcações que observei em Pelotas — cidade Brasil que preserva muitos traços provincianos —, encontram pares e compartilham significados com marcações subsumidas em observações sociológicas levadas a cabo em outros municípios, seja em contextos metropolitanos ou em localidades menores. Não é por mero floreio textual que aponto os aspectos provincianos que sobrevivem em Pelotas. O faço para acerrar a ideia de que apesar das diferenças culturais, climáticas, ambientais e das distinções experimentadas no próprio conceito de “facção criminosa” nas diferentes regiões brasileiras, cientistas encontrem semelhantes práticas simbólicas relacionadas ao mundo do crime, que não parecem tolhidas pelas divergências documentadas entre um e outro lugar.

Ainda que a ideia de um mundo do crime não compartilhe sempre os mesmos significados Brasil afora, publicações recentes continuam relatando o uso das marcações, representadas principalmente nas pichações, como prática que marca a presença das facções (NASCIMENTO e SIQUEIRA, 2022) e divulga regras, ora codificadas em um símbolo, sigla ou número, ora literalmente expressas em ameaçadores avisos (PAIVA, 2022, p. 105). As semelhanças não se esgotam quando contextos metropolitanos são inter cruzados com os interioranos, e as práticas observadas em ambos corroboram como indícios de um desenrolar daquilo que Michel Misse (1999) conceituou como sujeição criminal. Em outras palavras, debato o uso das marcações por facções criminosas brasileiras como símbolos que além de funcionarem para a transmissão imediata de diretrizes, podem ser lidos como parte de uma gama de objetos que representam a estruturação social da sujeição criminal na sociedade, ao passo que começam a “fazer sentido” (MISSE, 2010, p. 24) para os muitos sujeitos “bandidos” ou apenas “simpatizantes”, bem como aos demais membros da sociedade.

As facções, enquanto resultado da constituição de subjetividades, identidades e subculturas (MISSE, 2010), encontram no modelo de sujeição criminal todos os elementos descritos pelo sociólogo como sendo aqueles que implicam tal sujeição aos agentes, fator esse que é aclarado ao observarmos, por exemplo, a criminalização de indivíduos tatuados ou habitando periferias por parte de policiais, como se fossem

criminosos. Assim, tendo em vista a voluntária vinculação dos sujeitos aos símbolos faccionais quando estes os reproduzem nas cidades e em seus corpos, estando ou não diretamente vinculados à tais grupos, observo essa reprodução como indício de uma reinterpretação da determinação externa, acordante com a autonomia e o *status* de negócio, e não mais de pecado, alçado pelo crime (FELTRAN, 2015).

É possível colher dos argumentos de Pierre Bourdieu sobre o mercado dos bens simbólicos constituído em torno do campo intelectual e artístico das sociedades europeias, alguns recursos análogos ao modelo interpretativo que proponho nestas linhas. O autor aponta que “pode-se medir o grau de autonomia de um campo de produção erudita com base no poder de que dispõe para definir as normas de sua produção[...]” (BOURDIEU, 2015, p. 110). Se traduzirmos esta afirmação para o termos sobre os quais estabeleço o presente debate, há na produção e reprodução das marcações faccionais uma autonomia em relação à prática formal e profissional das modalidades de produção artística que veiculam-nas, seja no tocante às tatuagens ou às representações gráficas nas paredes.

A própria pichação em seus termos convencionais, ainda que modalidade subversiva, difere-se em conteúdo das marcações em questão. As narrativas visuais que aludem aos coletivos são elaboradas por agentes de maneira que as autodenunciam como *criminais*. Este fator aproxima os agentes uma vez mais da sujeição criminal, a medida com que exprimem a indiferença ao *status* negativo (MISSE, 2010) que lhes é duplamente atribuído enquanto sujeito pichador e vinculado a uma facção. As tatuagens estão postas em vias semelhantes ou mais emblemáticas, ao passo que demarcam tal indiferença no corpo dos agentes. Deve-se também considerar desenhos e formas que não estão diretamente associadas às facções, mas que ganharam significados ínsitos em ambientes prisionais, entre agente policiais e indivíduos em conflito com a lei, sendo, não raro, esses sentidos compartilhados por meio das artes.

Cito, ilustrando essa perspectiva, uma entrevista realizada com um artista visual radicado em Pelotas, cuja experiência abrange o que descreveu como *do ilegal ao autorizado*, tendo sido pichador e abandonado a prática para *não se incomodar mais*. Versátil e comprometido com o próprio desenvolvimento artístico, atuou em um estúdio de tatuagens durante seis anos, e descreve o que entende como *arquétipos que são do crime* e que imprimiu nas peles de clientes.

O mais popular é o palhaço e também o coringa. O palhaço que liga com o assassino de policial, assaltante de banco, o Tio Patinhas também é por essas.

(...) Eu acho que se popularizou depois do filme do Coringa, né?! Daí mostra lá, em alguns desses filmes eles fazendo assalto a banco, e ele é muito louco. Acho que vem por aí. Daí tem o Tio Patinhas que representa, mais específico, o assalto à banco. Isso porque ele é aquela figura lá que tem sempre um monte de grana na volta e tal. Tem os Irmãos Metralha também, que representa mais essa questão, eu acho, mais a ostentação da grana, enquanto o Coringa é o cara mais louco, mostra mais essa parte louca aí que vai fazer seja o que for, o que rolar.

**Ator-chave 7**

A causação circular acumulativa para a qual Misse chama a atenção, parece verificável no contexto analítico sobre as marcações. Nele estão presentes tanto a acumulação das desvantagens para um segmento da população, quanto são perceptíveis as estratégias aquisitivas das quais partilham os agentes criminais e os encarregados de reprimi-los (MISSE, 2010, p. 18).

Os personagens e símbolos nas tatuagens, bem como as formas e siglas nas pichações, representam ressignificações difundidas na esteira da sujeição criminal dos agentes criminais, tornando as marcações um objeto cultural associado a esses agentes, mas que alcança sujeitos que não estão ou nunca foram ativos no mundo do crime. Na figura 22, registrei a tatuagem de uma *risada de palhaço* na mão de um homem que acabara de sair de um canteiro de obras onde trabalha, a fim de ilustrar a mescla das categorias “bandido” e “trabalhador” em uma imagem que traz um dos *arquetipos que são do crime*<sup>59</sup> e uma botina suja de argamassa. Ademais, o desenvolvimento do que passarei a designar como cultura do crime deve ser observado mediante uma espécie de análise sinótica que inclui o desenvolvimento cultural impulsionado pela mídia, e por esse motivo passa também por produções e conceitos comerciais estadunidenses amplamente consumidos.

---

<sup>59</sup> O termo é replicado com intuito de dar vasão à contribuição original do ator-chave 7, sem que passe a conceituar perspectivas futuras na presente pesquisa a partir desse uso.

**Figura 21 - Risada de Palhaço**

**Fonte:** Acervo do autor

Rememoro, para o bom andamento dessa argumentação, o período em que os escritos ainda incipientes sobre o crime e os coletivos criminosos eram relutantes ao uso do termo “facções”, e quase sempre o justificavam como termo nativo. Acontece, por exemplo, no livro *As cores de Acari*, cuja autoria é de Marcos Alvito (2001). Na obra, o autor dá-nos pistas primigênicas sobre a importância das representações coletivas ao narrar os acontecimentos que demarcaram oposições em uma favela carioca. Destaco entre os exemplos trazidos pelo autor, a “personalização” dos fuzis de traficantes do Comando Vermelho e do Terceiro Comando, a confecção de “uniformes” contendo siglas das facções e o nome de quem os vestia, em equivalência às fardas policiais.

Há, tanto nas contemporâneas marcações que observei quanto nos acontecimentos registrados por Alvito, uma preocupação estética. No caso das marcações mais especificamente, percebesse casos onde ganhos estéticos são notáveis, evoluindo as marcações artisticamente em versões policromáticas, melhor elaboradas e que exigem

maior tempo e perícia para realização. Também no fato dos sujeitos buscarem os serviços de um artista profissional para imprimirem os *arquetipos do crime* em suas peles, em detrimento do amadorismo e das condições sanitárias inadequadas nas quais a prática se desenvolveu. Se anteriormente os agentes por trás das marcações primavam pela função sobre a forma, ou seja, pichavam símbolos apressadamente ou faziam uma *tattoo de cadeia*, onde o interesse estava em transmitir uma mensagem de intimidação, imediata e esteticamente negligente, percebe-se hoje um crescente interesse pelo refino dessas marcações, onde princípios técnicos e estilísticos ganham espaço como reforço legitimador, sem que as marcações simples e as tatuagens amadoras deixem de também existir.

Esta reflexão encontra apoio no trabalho de Pierre Bourdieu (2015, p. 110-111). Grifo, porém, ser necessário deslocar a análise feita pelo sociólogo francês do âmbito no qual foi concebida, uma vez que o escrito continua sendo válido ao passo que a noção de erudição artística, mesmo na Europa, sofreu mutações:

No âmbito da arte, os princípios estilísticos e técnicos são os mais propensos a se tornarem o objeto privilegiado das tomadas de posição e das oposições entre seus autores (ou seus interpretes). Além de manifestar a ruptura com as demandas externas e a vontade de excluir os artistas suspeitos de se curvarem a tais demandas, a afirmação do primado da forma sobre a função, do modo de representação sobre o objeto de representação, constitui, na verdade, a expressão mais específica da reivindicação de autonomia do campo e de sua pretensão a deter e a impor os princípios de uma legitimidade propriamente cultural, tanto no âmbito da produção como no da recepção da obra de arte. Afirmar o primado da maneira de dizer sobre coisa dita, sacrificar o “assunto”, antes sujeito diretamente à demanda, à maneira de abordá-lo, ao puro jogo das cores, dos valores e das formas, forçar a linguagem para forçar a atenção à linguagem, constituem procedimentos destinados a afirmar a especificidade e o caráter insubstituível do produto e do produtor, dando ênfase ao aspecto mais específico e mais insubstituível do ator de produção artística.

Tendo em vista que no Brasil há uma linha que é tênue, mas amplamente debatida, e que segrega o que alguns conceituam como pichação daquilo que honrosamente descrevem como *graffiti*, podemos considerar as pichações alusivas às facções como objeto que dentro desse espectro artístico, tem cada vez mais se aproximado da “forma evoluída”. Apesar de não compartilhar da noção que aqui abordo, sabendo, porém, que é em grande medida aceita e difundida, e que deixa explícitas algumas fronteiras bem delineadas como a dicotomia legal/ilegal, o juízo estético e a apreciação popular, adoto

tal divisão em benefício do bom andamento desta explanação. Pormenorizados estes aspectos, ressalto as práticas que passaram por processos semelhantes em outros contextos políticos e sociais, como no caso das produções culturais ligadas aos diferentes coletivos criminais em outros países americanos sobre as quais dissertei acima, e me as tomo no capítulo a seguir como princípios norteadores para a análise das marcações que empiricamente observei em Pelotas, associando-as ao desenvolvimento de uma cultura do crime representada por esses e outros elementos.



### CAPÍTULO 3 – PICHACÕES, TATUAGENS E FOOTING: ESPÓLIOS SIMBÓLICOS DE GUERRA

#### *Tudo 5, 14-18-12, MR e outras pichações de facções*

Em linhas gerais, as pichações de facções criminosas em Pelotas são expressões em estado bruto. Creio que, por razão do surgimento e ganho gradual de expressividade obtido por alguns grupos atuantes na região sul do RS, bem como pelos elos construídos com coletivos oriundos de outras regiões, a distribuição e as formas das pichações em questão não seguiram um modelo estrito. O conteúdo, as cores, o tipo de letras ou o padrão na escrita, nenhum desses elementos pode ser indicado. Ainda que hajam registros de produções de maior fôlego, onde a estética se alinha às outras funções que cumprem as marcações, um maior número de traços caóticos preenche paredes e muros, contando uma história real.

Apesar da rusticidade própria das marcações emergentes — monocromáticas, de linhas tremulas riscadas apressadamente, primando o conteúdo sobre a forma —, a reflexão sobre elementos menos óbvios, mas que se repetem em uma e outra pichação, manifestam padrões que permitem a inferência de algumas características gerais. Essas características, quando analisadas em conjunto, emitem novos códigos que são registros dos acontecimentos do mundo do crime no município. Quando comparados ao que chamamos *gang graffiti*, as marcações em Pelotas surgem menos estilizadas, sem que se possa perceber o desenvolvimento de uma técnica específica por determinado coletivo sobrepondo-se a outro, todavia, cumprem a função de “jornal das ruas” tal qual o modelo referencial.

Com base nessa reflexão, agrupo-as do seguinte modo:

1. *Tags* das facções;
2. Sobreposições;
3. Reclames territoriais;
4. Associações;
5. Avisos.

Ao chamar de *tags* de facções as marcações mais comumente registradas, recorro a um termo comum entre pichadores e grafiteiros. Uma *tag* é uma assinatura. Geralmente

estilizada e não raro feita com canetas marcadoras específicas ou canetas para cartazistas em detrimento da tinta spray, sem que isso se estabeleça como regra, visa veicular o “vulgo”<sup>60</sup> do artista no maior número possível de lugares. São geralmente feitas de forma rápida e visam tornar conhecida aquela marca, sendo então reproduzidas em espaços diversos e muito prolificamente. *Tag*, em uma tradução livre, significa “marcação”, e ainda que a palavra marcação cumpra um papel mais geral nessa pesquisa, as *tags* de facções serão compreendidas justamente como produções gráficas que tem o intuito de marcar o maior número de lugares possíveis, tornando a sigla, nome ou código populares e reconhecíveis.

Figuram como *tags* de facções as marcações que apenas expressam o código ou sigla referente a um ou outro coletivo, inscritos em áreas variadas, sem que sejam identificados outros padrões e funcionalidades para além da indicação da presença do coletivo em determinada área, e/ou a popularização dos símbolos. Nesse modelo, não é relevante a durabilidade, servindo como superfícies as áreas fixas, móveis ou temporárias, como os tapumes externos de canteiros de obra, por exemplo. É também comum que, assim como nas *tags* desvinculadas ao crime, as *tags* de facções ocupem superfícies densamente demarcadas por outras *tags*, formando grandes murais repletos de inscrições plurais que passam também a comportar assinaturas de facções como parte do cenário urbano.

A facção Os Manos, em suposto estatuto noticiado pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul<sup>61</sup>, aponta que integrantes possuidores de “um espaço” devem inscrever as “bandeiras”<sup>62</sup> da facção em muros, paredes e etc. A partir dessa indicação, a inclusão das marcações desse coletivo em específico transcendem a categoria aqui debatida, e talvez encontrassem espaço mais adequado entre categorias vindouras, como as associações. Entretanto, marcações da facção Os Manos foram registradas em lugares que variam desde áreas ermas e desabitadas de periferias, até grandes áreas do centro da cidade, tornando coerente e exemplificador que algumas dessas marcações, quando não guardam imparidades extremas, figurem entre as *tags* de facções.

---

<sup>60</sup> Nome ou apelido pelo qual é conhecido.

<sup>61</sup> Conforme verifica-se em: <https://www.mprs.mp.br/noticias/37939/> Acesso em: 20/02/2023.

<sup>62</sup> 14-18-12 e OSM

**Figura 22** – Tags Taura / MR / Os Manos

**Fonte:** Acervo do autor

As sobreposições, por sua vez, representam um ideário diretamente ligado aos conflitos entre facções. Essas marcações figuram entre os primeiros registros que alcancei, nos anos de 2017 e 2018, e podem ser encaradas como mensagens viscerais que no caso específico, informavam sobre os resultados da guerra em tempo real. Ainda que num período mais recente tenham surgido novas marcações dessa natureza, essa foi uma categoria que cumpriu função mais intensa e sofria mutações mais frequentes antes de 2020.

Foram registradas, geralmente, em grandes muros, áreas de intenso fluxo, principalmente em vias de acesso aos bairros ou em espaços localizados no primeiro quarteirão dos bairros. Nesse caso, enquanto informe, essas marcações não somente comunicam o câmbio de mando, mas também podem estabelecer comunicação direta com rivais remanescentes habitando um mesmo espaço.

A comunicação entre facções rivais por intermédio das marcações já fora denotada pelo ator-chave 2 (página 75), que argumenta servirem para “evitar invasões de facções rivais”. Nesse caso, as sobreposições comunicariam mais do que isso, funcionando também como anúncio voltado à população local ou tendo o intuito de comunicar desfiliações/afiliações massivas, como as descritas por FPM na página 12 do presente texto.

Além das sobreposições mais genéricas, toma espaço de destaque na figura 25 uma imagem cedida por um dos colaboradores dessa pesquisa. Na fotografia em questão inverte-se o sentido comunicador da marcação; um reclamado “território dos Taura”, disposto na parede dos fundos de uma edificação do bairro Pestano, é transfigurado por moradores locais e passa a descrever um “território dos trabalhadores”, comunicando anônima e simbolicamente um quadro de insatisfação local que marca a diferença entre bandidos e trabalhadores (FELTRAN, 2010).

**Figura 23** – Sobreposições / Os Taura x Os Manos



Fonte: Acervo do autor

**Figura 24** – Sobreposição / Território dos Trabalhadores

**Fonte:** Acervo do autor

Parfitt, Gallo e Alba (2020), destacam que um aumento significativo do território pelotense ocorreu com a recente fundação de assentamentos precários nas periferias das regiões norte e oeste da cidade, denotando serem áreas onde as populações sofrem com a ausência de pavimentação, esgoto, áreas verdes, problemas de drenagem e outros aspectos. As autoras apontam também que parte deste crescimento ocorreu na área leste, em direção às margens da Laguna dos Patos, neste caso ocupada por condomínios fechados e loteamentos de classe média e média alta. Portanto, observo que com o aumento da área urbana do município, as periferias há muito existentes e as novas áreas precarizadas figuram como territórios frutíferos ao aditamento de facções criminosas.

Tais territórios, quando novos, são geralmente alvos de disputa. Do mesmo modo, em áreas já consolidadas onde ocorriam atividades ilegais lucrativas não ordenadas pela lógica faccional, foi onde começaram e terminaram alguns episódios da guerra. Nesse sentido, categorizo parte das marcações observadas como reclames territoriais, uma vez que surgem como indicativo de tomada de determinado espaço e das atividades ilegais ocorrendo ali. Concorda com essa perspectiva outro ator-chave entrevistado, que percebe parte das marcações da seguinte forma:

Os logos pichados nas entradas de bairro, por exemplo...é como se cada facção quisesse mostrar o seu domínio a quem tá chegando no bairro. Então tu percebe isso no Sítio Floresta, principalmente, aqui na entrada do Pestano. Na área central nem tanto porque é como se a área central

fosse uma zona neutra para todos, mas nos bairros de periferia tu percebe imediatamente na entrada. É como se fosse uma evidência clara, gráfica, de que aquela região, aquela zona é comandada por determinado grupo. **Ator-chave 6**

Ainda que eu creia que uma investigação de maior fôlego pudesse revelar que marcações não inclusas no rol dos reclames territoriais pudessem também ter sido produzidas com a intenção de reclamar mais discretamente algumas áreas, concentro esforços em reunir nesta categoria apenas aquelas pichações explícitas, ou seja, que descrevem por extenso que a partir daquele ponto existe um outro leque de regras a serem seguidas. Essa lógica impositiva representada visualmente por esses reclames explícitos, auxiliam na construção de um ideário que compreende bairros e vilas como verdadeiramente administrado pelos coletivos para além das atividades ilícitas, sendo os reclamantes também responsáveis pela ordem e manutenção do convívio. Essa lógica alimenta as percepções de uma grande parcela dos recuperandos com os quais conversei na APAC, conforme alguns deles descrevem<sup>63</sup>:

**Recuperando 17:** Hoje se tu tiveres ali no teu bairro e alguém roubar tua casa, e tu reclamar para o responsável do bairro...se eles não te recuperarem tuas coisas, eles compram o que levaram...

**Recuperando 6:** Mas a pessoa que roubou...

**Recuperando 17:** Eles só querem o respeito na vizinhança, né?!

**Recuperando 18:** Hoje em dia, dentro da comunidade, se der uma briga em família ou vizinhos, o que acontece?! É pra não chamar a polícia! É pra chamar um representante...eles sabem que tem um representante. A primeira coisa ali, o que é?! Procurar o representante da sua região ali, ir lá e fazer a reclamação. Ele vai chamar as duas partes e tentar resolver. Pra que?! Pra não sobrecarregar a entidade pública ali, e pra não criar atrito entre eles e a polícia. Então isso é uma forma deles resolverem. Eles conseguem resolver as coisas dentro da região deles.

---

<sup>63</sup> O argumento toma forma por meio da combinação entre os dados descritos textualmente e o teor das imagens apresentadas. Recomendo ao leitor e à leitora que “leiam” sempre as imagens, a fim de compreender por completo o teor delas e dos argumentos que aqui construo.

**Figura 25** – Reclames territoriais / Os Taura



**Fonte:** Acervo do autor

Não é incomum que algumas *tags* ou reclames territoriais de facções estejam acompanhados de assinaturas ou indicações sobre o autor. O *representante* de cada região pode estar também representado pela associação de seu nome, sigla ou vulgo ao nome da facção que representa; esse modelo de pichações denomino associações.

Menos frequentes que as *tags*, as associações são geralmente maiores em proporção, mais elaboradas e contém mais termos. Encontrei-nas dispostas em locais diversos, desde as paredes do centro da cidade até locais de baixa exposição, sem que eu pudesse traçar uma linha comum para além do fato de audaciosamente vincularem sujeitos às facções. Ainda que os vínculos estejam codificados de modo ainda mais confidencial do que as próprias siglas das facções, as associações comunicam à determinados grupos — desde rivais até os programas de inteligência das forças de segurança —, uma pertença mais ou menos clara.

Podendo significar mais do que apenas nomes ou vulgos, sendo possível que vinculem os nomes de facções a bairros, subgrupos ou mesmo homenageando terceiros<sup>64</sup>, as associações chamam atenção por representarem breves derivações, como aquelas verificáveis nas subdivisões das gangues negras estadunidenses e nas *clicas* centro-americanas, inspirando a possibilidade de representarem uma evolução tanto das marcações como dos próprios coletivos, ainda que esse argumento necessite de mais respaldo observacional para que possa ser levado adiante.

**Figura 26** – Associações / Os Taura, MR, Os manos, PCC



**Fonte:** Acervo do autor

Por fim, os avisos são representados por marcações coerentes com essa nomenclatura. Se tratam de mensagens mais ou menos claras, quase sempre escritas com linguagem coloquial, incluindo termos difundidos no âmbito das facções e que cumprem anunciar alguma determinação, regra e em alguns casos, os números de artigos penais, associando-os aos nomes das facções.

<sup>64</sup> Como faz a afamada marcação da facção carioca Comando Vermelho, cujos adeptos, ao gravarem a sigla CVRL (Comando Vermelho Rogério Lemgruber), rememoram um dos fundadores da Falange Vermelha que posteriormente originou a facção, associando-o sempre ao coletivo.



Os próprios reclames territoriais são em alguma medida avisos, entretanto, reservo essa categorização às marcações que extrapolam o mero informe sobre a pertença territorial, dando vãs às aquelas mensagens de natureza mais incisiva e complexa. Os avisos são melhor enquadrados como desdobramentos do reclame e conquista territorial, uma vez que expressam determinações que passam a valer depois que um território é tomado e determinadas regras mais ou menos estruturadas são impostas como forma de *respeito na vizinhança*.

**FIGURA 27** – Avisos / Os Taura, PCP/MR



**Fonte:** Acervo do autor

*Tatuagens - “O Pernalonga com um machado, arrancando a cabeça do Taz”*

Se as pichações de facção garantem anonimidade, desde que assim desejem seus autores, as tatuagens caminham em um sentido inverso. A marcação do próprio corpo carrega consigo questões que são agravadas quando a escolha do desenho que será gravado na pele é um conhecido símbolo ou personagem adotado como representação de um coletivo criminal.

Em Pelotas, as tatuagens de facções foram descritas de muitas formas. Obrigatórias caso um indivíduo quisesse tornar-se parte de uma facção; compulsórias caso fosse recrutado; comuns aos olhos de quem argumenta que o poder das facções está em plena ascensão; e não recomendadas pelas próprias facções, que aparentemente desejariam tornarem-se mais discretas. Essas percepções sobre as tatuagens de facção, que nesse caso encontra no *Taz-Mania* repaginado para adequar-se à leitura dos Taura o mais frequente reconhecimento, foram elaboradas em diferentes âmbitos, e, portanto, serão levadas a cabo e discutidas por critério de proximidade, ou seja, serão considerados primeiro os argumentos de colaboradores marcados, aqueles que imprimiram esses símbolos na pele de outros, ou daqueles que tenham vivenciado de perto a infame prática.

Assim, recorro primeiramente às percepções que pude colher junto à dois jovens, cujas tatuagens recém impressas registrei na fotografia que compartilhei na página 54. Alocados no bairro Getúlio Vargas, os adolescentes expunham orgulhosos os desenhos feitos naquela mesma localidade por outro jovem, descrito como *o guri das tatuagem*, que recusou-se a colaborar com essa pesquisa. Os traços, apesar de pouco uniformes, apresentavam um mesmo conteúdo: a *tatuagem da facção* dos Taura. Tratava-se do afamado *Taz-Mania* empunhando pistolas, sem cores ou qualquer outro preenchimento e de proporções maiores do que os pares que eu havia visto em outras ocasiões, estando elas dispostas em suas pernas esquerdas.

Ao questionar-lhes sobre a motivação para marcarem o próprio corpo com aquele símbolo, ouvi que eram *tatuagens normais* e que *uma gurizada tinha*, mas somente *os que são de verdade*<sup>65</sup>. Segundo essa lógica constituída e compartilhada por dois jovens de 17 e 18 anos, a marcação tornava suas afiliações reais no sentido de uma disposição a qualquer ação em nome da facção. A tatuagem, nessa perspectiva, surge como uma espécie de continuidade aos reclames territoriais — se as marcações reclamam o território, as tatuagens demonstram quem são os reclamantes, ou *representantes*, se adotado o termo ao qual lança mão o recuperando da APAC. A marcação do corpo é, nesse sentido, uma *marca da pertença* e um sinal de distinção daqueles que *são de verdade*, dispostos a tudo.

Essa perspectiva ligada à voluntariedade e à uma associação ferrenha, é compreendida como incosequente por representantes das forças de segurança. Em

---

<sup>65</sup> Notas do caderno de campo.

entrevista realizada com agentes da Polícia Rodoviária Federal, um deles descreve as motivações para essa associação, principalmente entre homens jovens, como inconsequente, conforme indica o trecho a seguir:

Principalmente o jovem, né?! Na minha visão, o jovem quer pertence à algo. Aí tu olha ali e: “Ah! Vou ser dos Taura. Vou fazer uma tatuagem do *Taz* e ninguém vai meter a mão comigo, as guriinhas vão me querer e eu vou ter dinheiro.” Então tu cria uma atmosfera toda favorável, como se aquilo ali fosse legal. Aí o cara olha e pensa: “Ah! Ser dos Taura é legal!” E não sabe que...porque ele vai ser preso! Ele pode ser morto, ele pode entrar em confronto com a polícia ou outra facção e ser morto...mas isso tudo ele não leva em consideração na hora. Para mim é bastante claro que essas pichações são sim atrativas para isso. O cara olha e “Ah! Eu sou dos Taura!”. Aí ele se identifica com a tatuagem, vai lá e faz uma tatuagem do *Taz* com as pistolas, fica pensando “Ah, o fulano vai olhar e pensar ‘pô o cara é dos Taura’, não vou meter a mão com ele.” Isso romantiza bastante.

(...) Uma das coisas que eles usam bastante também é a coisa do ajudar a comunidade. O cara vai lá e cria-se na cabeça de muitas pessoas a coisa do “Não, aqui nós não deixamos assaltar, quem assaltar aqui...”, “Não, a população é nossa amiga, tem que fortalecer.” Se cria toda uma cultura. É quase que uma turma, não só na parte criminal, mas no todo. Como eles gostam de falar: família Taura. Então se usa bastante de dialética, se usa bastante de elementos visuais pra construir uma ideia de que aquilo é legal. **Ator-chave 5**

A adesão completa, ao custo da própria pele em sentido literal e figurado, assemelha esse modelo associativo aos moldes observados por Kosmyńska (2020), que ao debruçar-se sobre a importância das tatuagens para as *pandillas* e *maras* centro-americanas, descreveu esses grupos como vorazes, uma vez que são capazes de designar as identidades dos sujeitos dentro e fora dos coletivos, absorvendo-os por completo. Acordante com essa ideia, surge a fala registrada junto ao comerciante que ouvi em janeiro de 2022, aqui nominado CQ, cuja trajetória é conhecida por homens e mulheres que, assim como eu, cresceram na zona norte de Pelotas, como um histórico de encarceramentos e solturas ocorridas ao longo dos anos. Na fala, o comerciante relata um caso em que um sujeito fora tatuado compulsoriamente por desconhecer os meandros das atividades da facção, tendo vindo da zona rural e sido aliciado para as ações que realizara no município:

**CQ:** O cara veio pra cá, era lá de fora, da colônia, coisa e tal. Aí veio pra cá e conheceu o pessoal lá no Pestano, onde a família dele mora. Esse pessoal tatuou ele, deram moto, maconha pra ele, aí depois botaram ele pra assaltar posto e esses bagulho.

**Pesquisador:** Tá, mas por que ele deixou fazerem a tattoo nele?

**CQ:** Nem deixou. Ele nem era acostumado com a cidade, mas aí chegou aqui, viu os caras com a vida fácil, aquele negócio todo. Motinho, maconha, droga, aí já viu...tatuaram ele como quiseram. No fim teve que sair fugido daqui, na mala do carro e rebentaram ele a pau. Uma turma contra a outra, tu entende?! Uma briga deles aí, e aí rebentaram ele a pau e levaram todo quebrado pra fora. Agora tá lá, escondido, sem documento, sem nada.

Em outro sentido, dos poucos dados obtidos sobre tatuagens de facções que não são referenciadas pela facção dos Taura, pude contar com transcrições que são parte de investigações envolvendo a facção Mata Rindo (MR). Das conversas obtidas por escutas telefônicas e registradas em texto, posteriormente dispostas em plataformas online do MP/RS, pincei a frase que dá corpo ao subtítulo do presente trecho. Em clara valorização da simbologia adotada tanto pelos próprios MR, quanto por seus rivais, percebe-se que na época em que foram registradas as falas interceptadas (2017), o ato de marcar a pele com tais símbolos gozava de prestígio. A rivalidade também denotada no conteúdo das tatuagens, expressa pelo coelho *Pernalonga* personificado como um membro dos MR, usando um machado para arrancar a cabeça do rival, que por sua vez representa um membro dos Taura, ilustrado pela figura do *Taz*, fazem par às inscrições por extenso contendo o nome da facção, também registradas nos corpos de sujeitos alvos das investigações.

Porém, apesar de figurar como prática enaltecida por alguns membros de facção, existem vozes que levantam-se em desacordo à essa ideia. Ao ouvir os recuperandos da APAC sobre o prestígio que guardam essas tatuagens em específico, soube que:

**Recuperando 18:** Essa coisa aí da marcação, querendo ou não, já mudou muito. As vezes pela vontade de ter uma *tattoo* ali, o que acontece?! Tu é discriminado em certos lugares que tu vai. Eles dizem: “Ah, não! Se tu tem essa ou essa tatuagem tu é cadeeiro!” Então existe um pouco disso ainda.

**Recuperando 2:** Mas por parte da polícia. Isso aí é bobagem! Tu ter um palhaço ou coisa assim, não significa nada...

**Recuperando 16:** Hoje a própria facção não quer mais que tu fique marcado por eles. Hoje tu tem o livre arbítrio de escolher se tu quer ser tatuado ou se tu não quer.

**Recuperando 7:** Nem tá se usando mais isso aí agora.

**Recuperando 16:** Até mesmo por causa desse preconceito aí da polícia.

**Recuperando 1:** Eu já vi uma abordagem policial em que pegaram um cara com um palhaço desenhado e aí... “Ah, tu é matador de polícia?!” Aí porque o cara tinha um palhaço desenhado o polícia encheu ele a bico.

**Recuperando 7:** Um conhecido meu tem um Coringa estampado no caminhão dele, e foi parado pela Federal. Aí tu imagina o peso que tem tatuar isso aí no corpo, se tendo só no caminhão ele já foi barrado.

Ao indicar as tatuagens de facção como algo que *não se usa mais*, o recuperando indica um modelo racional de organização coletiva, fator que se choca frontalmente com a impulsividade dos membros jovens para a qual chamou atenção o agente da PRF. Faz-se presente nessa racionalidade a lógica do “não-conflito”, algo que figura ao longo de todo o texto e estende-se até a racionalização em torno da marcação dos corpos. A intenção de evitar o conflito está expressa no acordo de paz entre facções, na tentativa de resolver internamente os embates cotidianos nos bairros reclamados, e passa a ser percebida também como referência para que sejam evitados os eventos que podem resultar em violências com base apenas na identificação e associação dos símbolos aos sujeitos.

É, por fim, nesse sentido que afirmo estar em vigor uma lógica puramente econômica, onde as facções visam o lucro do ilícito sobre qualquer outra questão, e com isso a existência de uma notável necessidade de gerenciamento das interpretações que os indivíduos faccionados constroem sobre a lógica coletiva e seus símbolos visuais. Para ilustrar a primeira afirmação, compartilho a seguir a fala do ator-chave 6, que atuante como fiscal de trânsito, relata situações de seu cotidiano que colaboram com a construção dos argumentos acima:

A gente trabalha diretamente com a Brigada Militar, com a Polícia Civil e outros órgãos, e eventualmente há essa conversa sobre o perigo de tu abordares alguém vinculado a alguma facção. Já aconteceu, e te digo que eles tem um *modus operandi* de como reagir à abordagem. Normalmente eles já sabem, por orientação, que eles não devem comprar briga com as forças de segurança para não levantar questões. Então tipo, se tu pegar um cara desses, como já aconteceu comigo, tu pegar e abordar um cara que quando desce do carro tem um *Taz* tatuado na perna. Tu já sabe que ele é de facção! Então tu pede documento e habilitação e ele diz: “Bá, não tenho.” Acabamos ali a parte administrativa. Nem se dá segmento ao procedimento por que o cara não vai comprar nenhuma briga contigo. Eu aviso que o carro vai ser apreendido, ele bota as mãos para trás e diz “Tá bem”. **Ator-chave 6**

Essa *orientação* voltada ao “não-conflito” com as forças de segurança soa funcional ao tipo coletivo de vida no interior das facções observadas. Nesse caso, o sujeito tatuado não *compra nenhuma briga* por atuar como membro de um coletivo, ou seja, pondo sua pertença ao grupo em lugar de destaque no processo de tomada de decisão. Entretanto, a marcação do próprio corpo com símbolos popularmente conhecidos como representações referentes às facções, tendo eles sido feitos voluntária, impulsiva ou compulsoriamente, tem o poder de sobrecarregar o corpo desse indivíduo com o gravame do coletivo que ele representa. Isso pode ser traduzido como o aumento da carga de responsabilidade dos sujeitos marcados enquanto representantes do coletivo frente às forças de segurança e ao Estado, ao passo que a sociedade passa a perceber o sujeito marcado como alguém sob a tutela de um coletivo cuja periculosidade é a essência. Assim, trago a seguir argumentos sobre o comportamento desses sujeitos e a relação com as marcações nos ambientes de convívio social.

**Figura 28** – O *Taz* empunhando pistolas



**Fonte:** Acervo do autor<sup>66</sup>

---

<sup>66</sup> Imagem cedida por colaborador, enviada via *Whatsapp* ao autor.

*O footing - “Os guri me apoiam e eu apoio os guri, não tem ruim!”*

Nessa etapa, reúno os elementos que analisei até aqui para pensá-los não somente como objetos gráficos palpáveis, mas como recursos que quando reunidos, fundamentam um terceiro elemento igualmente demarcatório e representativo da atuação das facções em Pelotas. Trato do *footing*, termo cunhado por Erving Goffman (1981) para descrever o alinhamento do eu (*self*).

A contribuição do autor canadense é útil para que tenhamos claro o entendimento sobre a importância do ambiente sobre as interações. Por ambiente, me refiro ao espaço social ocupado por membros de facções. O ambiente não se limita ao espaço físico, mas compreende toda a ecologia social da qual fazem parte os atores, suas interações e o resultado dessas interações. Nesse caso, importa a mudança de *footing* dos sujeitos possuidores de corpos marcados, agravada por sua presença em ambientes também marcados.

Tomando por certa a hegemonia de uma única facção, seja por *dominação* do território ou como efeito de um *acordo* entre coletivos, sugiro que o leitores e leitoras mentalmente construam a figura de um homem, residente ou ocupante de uma área reclamada pela facção Os Taura, cuja pertença à facção é conhecida pelos habitantes daquela localidade densamente pichada em nome do coletivo, e que carrega tatuado em sua perna o símbolo dessa pertença. Esse sujeito, protagonista do mundo do crime naquele micro espaço, torna-se naquele lugar a personificação do conteúdo que silenciosamente anunciam aquelas marcações. Nessa linha de pensamento, tanto o coletivo quanto a comunidade emitem juízos sobre os quais assentam aquele sujeito, e com os quais espera-se que ele haja de acordo. Assim, a fala e o comportamento do sujeito ao expressar-se, comportam todo o ideário que o rodeia, do qual ele próprio é parte e agente.

Tal lógica inspira e em alguma medida atribui obrigações àquele sujeito, como por exemplo representar seu papel nas ações empreendidas pela facção. Entretanto, cabe ao próprio indivíduo portar-se como um membro, fazer-se respeitar, respeitar as regras impostas e emitir ele próprio as mensagens inscritas nas ruas por meio do que diz e como diz. Tendo em vista que sua identidade fora construída sob bases coletivas com as quais colabora, deve ocorrer o que, em concordância com Goffman (2006), descrevo como alinhamento para consigo e para com os demais, fator que é expresso no manejo das elocuições produzidas e na forma como são recebidas.

Esse homem, no sentido goffmaniano “é alguém construído socialmente a partir da alteridade” (LEÃO, MELLO e FREITAS, 2011, p. 66). Partindo dessa ótica que compreende o eu e o outro, avançamos na interpretação do mundo do crime como cenário no qual os sujeitos estão inseridos, ao passo que as interações cotidianas representam as cenas. O cenário é composto pelas particularidades para as quais chamei atenção ao longo de toda a pesquisa, sendo a história de guerra e pacificação contada pelas marcações uma parte fundamental desse cenário. Sob a ótica do indivíduo faccionado, o outro surge também inserido no mundo do crime, uma vez que a imputação dos elementos que compõe esse cenário ocorre quase sempre por emprego da força. Assim, cabe ao faccionado lembrar aos demais cidadãos das regras dessa lógica imposta, seja em diálogos ou por sua atuação.

Argumento que o sujeito imaginado, quando inserido em cenas mais ou menos favoráveis à sua condição de faccionado, tende a alterar o *footing* de modo a mantê-lo sempre alinhado ao construto coletivo. Quando o homem, detentor de uma tatuagem que alude a facção criminosa que integra deseja gozar da notoriedade (periculosidade) que o elo faccional lhe proporciona dentro de um território reclamado pelo coletivo, age e fala de modo a fazer-se visto e tornando visível a tatuagem que ostenta. De modo inverso, quando inserido em ambientes neutros ou mesmo quando percebe-se na presença de rivais e policiais, há uma tendência de que haja no esforço de cobri-la, alinhando o *self* de modo a tornar sua afiliação discreta e sua fala breve ou nula.

Um exemplo extraído do campo pode ser construído em torno da fala de um autointitulado membro da facção Os Taura, figurando aqui como MF. O homem de 25 anos me recebeu em um galpão de sua propriedade localizado no Balneário dos Prazeres, em Pelotas. Na ocasião, fui cordialmente recebido e já tendo interagido com ele anteriormente, senti-me a vontade para questioná-lo sobre possíveis temores cultivados em torno dos riscos envolvidos na associação criminosa:

**MF:** É isso, meu cupinxa. O que tu tá vendo aqui foi o crime que me deu. Perdi minha coroinha ano passado, tenho um mandinho que eu não vejo nem sei há quanto tempo. A mina não deixa por causas das mão que o cara faz, tá ligado?! Mas não posso reclamar. O crime me levantou e eu não tenho problema com ninguém. Na real eu quero é fazer a minha em paz e já era.

**Pesquisador:** Entendi. E tu não fica cabreiro de ser preso ou de alguém vir querer te cobrar?

**MF:** (Em silêncio, olhando para baixo e esboçando um riso discreto)



**Pesquisador:** Me refiro a alguém tent...

**MF:** Não tem essa, meu. Ninguém é criança. Os guri me apoiam e eu apoio os guri. Não tem ruim!

(simula uma arma de fogo com a mão esquerda e aponta para a tatuagem da facção disposta na lateral da panturrilha esquerda)

E quando vê eras isso, pra mim já deu dessa pesquisa aí. Tá limpo?

O incomodo causado pelo questionamento indevido motivou o que considero uma mudança de *footing* que incluiu o uso recursivo de outra marcação para consolidar-se<sup>67</sup>. Nesse sentido, a abrupta cessão de um discurso relaxado e pacífico, voltado à descrição de uma vida tranquila apesar do conflito com a lei, deu lugar a um tom áspero utilizado para me lembrar de que ele tinha o apoio de outros integrantes, que eram ali representados pelo desenho estampado em sua perna. Além disso, exprimia não haver espaço para crianças no cenário que ocupava, buscando posicionar-se como alguém destemido e retomando uma postura vinculada à periculosidade representada por sua associação e disposição. Vale ressaltar que essa cena tomou forma em uma região da cidade densamente pichada com reclames territoriais e *tags* da facção, completando a presença da tríade que nomeiei marcações.

O *footing* compõe essa tríade por conta de sua expressividade na composição do cenário. Apesar do fato de Goffman ter desenvolvido o conceito de *footing* tendo em mente fenômenos da “fala-em-interação” (PEREIRA, GASTALDO e VIEIRA, 2021, p. 5), ou seja, dos turnos de fala e das trocas ocorridas em conversas pessoais, profissionais e afins, argumento que mesmo a postura ou a disposição do corpo enquanto elemento comunicador é contemplado e passível de ser analisado sobre a lógica desenvolvida pelo autor. A compreensão do mundo do crime enquanto cenário das interações, incluindo a dimensão visual e igualmente comunicadora, só se configura possível se somados os elementos visuais veiculados também pelos atores em cenas protagonizadas por eles — sem incluir a fala como regra.

Ademais, o *footing* serve também como categoria analítica para as interações em torno do registro e emissão das marcações e diálogos sobre facções criminosas na internet. Os fluxos interacionais virtuais e os sentidos desenvolvidos em torno deles, como por exemplo na reação de usuários do *Twitter* em postagens que enaltecem ou zombam de

---

<sup>67</sup> Nota do caderno de campo.

uma determinada facção criminosa, mesmo que não existindo vínculo algum com entre os emissores e os coletivo, exprimem sentidos que são melhor compreendidos através da lente teórica desenvolvida por Goffman e adotada aqui. As discussões registradas na *web*, além de possibilitarem o exercício da análise das mudanças de *footing*, denotam a popularidade alcançada pelos coletivos no tocante também à linguagem característica.

Os Taura, cujo nome possui cinco letras, adotaram por essa razão o *slogan* “tudo 5”. Além disso, o regionalismo expresso no chavão “é os guri” já fora largamente documentado em gravações, músicas e na própria fala de integrantes de muitas facções gaúchas, incluindo as atuantes em Pelotas. Essas expressões, além de comporem dialetos reconhecidos e reproduzidos entre integrantes de facções, ocupam marcações nas “paredes da internet”. O uso difundido desses termos figura nos manifestos de muitos jovens que compartilham conteúdo na rede *Twitter*, bem como nos comentários dispostos em vídeos na plataforma *Youtube*.

Tendo incorporado termos que figuram no conteúdo de pichações, principalmente, esses jovens os reproduzem em seu cotidiano buscando alinharem-se à uma lógica que imaginam ou sabem ser aquela valorada pelos coletivos, recorrendo a internet como veículo relativamente seguro para a emissão de seus manifestos. Assim como a exploração do campo me motiva a afirmar que muitas das *tags* de facção são produzidas por pessoas desassociadas a quaisquer facções, o uso da internet para emissão de material apologético ou difamatório sobre a facção Os Taura, por exemplo, surge difundido entre pessoas que apenas reproduzem falas popularizadas, sem necessariamente compreender o âmbito em que são produzidas.

Do mesmo modo que registros fotográficos e de vídeo mostram os membros dos *Crips* emitindo *hand signs* que são hoje imitados por pessoas no mundo inteiro, repetir o chavão “é tudo cinco” tornou-se prática midiaticizada que encontra eco no vocabulário de jovens desvinculados ao crime. Essas ações — a repetição recorrente por membros reais de facções e a reprodução virtual do conteúdo dessa fala —, expressam uma vez mais o *footing* em transformação. Enquanto o membro de facção alinha o *self* ao coletivo por intermédio dessa ação, os jovens reprodutores virtuais desses chavões alteram o *footing* considerando a vastidão de destinatários de suas emissões de circulação pública. O fazem para projetando a si mesmos sob a égide dos significados que emergem das facções

criminosas, podendo estes ser variados à medida que os destinatários também tem parte nessa interação comunicativa.

De todo modo, mesmo aquelas marcações mais difíceis de serem emitidas pelas vias virtuais e eletrônicas podem tornar-se expressivas online. O uso da internet como memorial e repositório dos símbolos e feitos de facções, tem colaborado para sua popularidade e crescimento ao longo dos anos, a julgar pela observação empreendida sobre os coletivos locais. Tomando por certo que a linguagem é uma atividade sócio-histórica, a emissão das marcações, físicas ou virtuais, surge como “diálogo contínuo entre práticas de linguagem bem estabelecidas e outras emergentes” (BARRETO e BARROS, 2021, p. 278), nesse caso referenciadas por facções criminosas e funcionais ao espraiamento dos significados construídos por esses coletivos.

## EPÍLOGO

### *Indicações para uma cultura do crime local*

Dentre todas as etapas superadas para a construção desta pesquisa, foram as ocasiões de exposição aos pares e consequentes discussões os recursos mais úteis ao seu avanço e consolidação. Nessas ocasiões, repetira-se um questionamento coerente: como pude acessar dados tão sensíveis e sobre os quais geralmente são empreendidos esforços para ocultá-los.

A resposta para essa pergunta é simples. Acessei-os, primeiramente, por serem públicos. Ainda que os meandros das atividades praticadas por facções criminosas não estejam escancarados à vista de todos, seus efeitos e desdobramentos estão expressos no cotidiano da cidade. As marcações, da forma como as trato, são literalmente um jornal das ruas disponível aos cidadãos e ao Poder Público, sendo esse último o principal interessado naquilo que informam essas produções. As marcações, se observadas com a devida atenção, informam sobre as alianças, os distratos, os conflitos e o poder exercido por um ou outro coletivo, além disso, quando estendidas aos corpos, expõe o nível de influência que essas associações passam a exercer sobre a dimensão do individual.

Nesse sentido, além de avolumarem a clássica dicotomia que opõe a coletividade à individualidade, e também contribuírem com a vertente que considera tal dicotomia superada pela inter-relação entre as categorias, as marcações que analiso tem o potencial de expor às e aos gestores municipais as áreas e populações carentes de ações assistenciais que deem conta de suplantarem os artifícios que são hoje oferecidos pelas facções como modo de vida e identidade financeira. A atenção às notícias veiculadas pelo jornal das ruas foi frequentemente observada na fala de agentes de segurança pública, o que demonstra que hoje esses elementos figuram nos planos de ações repressivas em um formato muito semelhante ao qual poderiam figurar nos planos de resguardo à população.

Como segundo meio de obtenção de informações, declaro ter utilizado meu posto de homem nascido e em grande medida formado em uma periferia de Pelotas. Esse fator — que para a feitura desse estudo fora fundante — pode ser considerado um privilégio para um pesquisador interessado em lidar com temas ancorados no entorno da violência e criminalidade no Brasil. Com isso não quero dizer que toda violência e criminalidade emana das periferias, e sim que as periferias são não raro vitimadas pelo crime e pela

violência impregnada em parte de suas estruturas, mas comumente oriundas de fora e envolvendo atores que muitas vezes desconhecem os caminhos que levam até as periferias.

Esse fator está diretamente relacionado com a desatenção governamental, que reserva às periferias violência e repressão, sem encará-las como espaços de produção de bens e valores que são inclusive culturais e emanam diretrizes sobre as quais é possível que se elabore medidas capazes de suprir necessidades, preencher lacunas e transformar realidades, sem que sejam ignoradas as identidades e os processos formadores do *habitus* periférico<sup>68</sup>.

Assim, do material imagético coletado, discutido e analisado com o amparo das teorias sociológicas eleitas, somadas das contribuições dos atores-chave entrevistados, considero ter obtido esclarecimentos suficientemente ricos para sustentar a ideia da existência de uma cultura do crime, produtora de sentidos e disputas na cidade de Pelotas/RS.

Esse ideário, que em grande medida é inspirado pela conceituação e discussão sobre os campos, empreendida por Pierre Bourdieu (1983; 1989), tem como principal característica a emissão de produtos simbólicos representativos do modelo de capital valorado no interior do mundo do crime. Esse argumento é constituído com base na funcionalidade desses produtos, o que no caso das marcações reside no potencial de projeção das facções criminosas como expoentes de sucesso, alavancando-as rumo ao desenvolvimento e angariação de maiores lucros financeiros. Aponto que as marcações analisadas cumprem projetar com imenso sucesso o nome da facção denominada Os Taura, bem como seus símbolos, seus valores e história.

Considerando que o mundo do crime é capaz de produzir valores legítimos, o espraiamento das marcações nos corpos, muros, paredes, na fala e nos gestos dos sujeitos é um indicativo para representações maiores. Nesse caso, o monopólio dos espaços preenchidos com tinta é apenas um reflexo da representatividade no interior do cárcere, nas periferias, na economia dos ilícitos e, mais problematicamente, no imaginário dos jovens.

---

<sup>68</sup> Essa ideia opõe-se a ideia de uma *habitus* precário, corrente nas periferias, que considera existirem redes que desqualificam indivíduos.

A facção massivamente apontada como hegemônica no município é também descrita como parte acordante de uma trégua junto a outros coletivos. Entretanto, além das produções gráficas nascentes referenciarem apenas aos Taura — fator que serve como uma espécie de termômetro dessa hegemonia —, não existem reclames territoriais de autoria de outros coletivos, fator que indica um monopólio dos espaços e conseqüentemente dos empreendimentos, o que por sua vez aponta o controle também sobre a obtenção da maior fatia dos lucros.

Uma vez que a suposta trégua primou tais lucros sobre as letais rivalidades, é o capital econômico que representa o objetivo central das ações coletivas da facção (identidade financeira). A reprodução das marcações por terceiros, porém, cumpre outras finalidades que englobam também indivíduos desvinculados aos coletivos, tendo se popularizado ao ponto de tornarem-se uma espécie de marca. Dessa marca, são extraídos modelos comportamentais referenciados pelo crime — uma espécie de capital simbólico que funciona para aqueles que desejam vincularem-se à uma imagem a qual acreditam inspirar medo, alocando-os sob a égide da periculosidade.

A proliferação e compartilhamento dos significados nascidos no interior do coletivo, e a adoção voluntária das características visuais estabelecidas como padrão, conotam um caminho que se assemelha ao desenvolvimento de conceitos referenciados por coletivos criminosos como as *gangs* e *pandillas*. Esses coletivos, por intermédio das produções artísticas e culturais inspiradas por suas práticas e sentidos internos, desenvolveram-se rumo ao que Shapiro (2007) nominou “artificalização”, ou seja, a transformação da não-arte em arte. O monopólio das atividades criminosas e a singularização do mundo do crime, concentrada na figura do *Taz*, emite sinais de um movimento rumo à produção de significados artificiais.

A multiplicação das instâncias de legitimação das marcações de facções como elementos artísticos é representada pelo aumento do número e diversificação de pessoas engajadas na reprodução desses símbolos na cidade, em seus corpos e na internet. Essa multiplicação, além de apontar para a consolidação das facções criminosas como expoentes do mundo do crime, surgem como representação do fracasso estatal em produzir significados que dialoguem com grupos marginalizados, como por exemplo homens jovens negros pobres que habitam periferias, no sentido de oferecer alternativas que supram a dimensão simbólica representada hoje por essas facções, para a partir daí

passar a operar em outras instâncias que compreendem a existência, representatividade e o desenvolvimento pessoal desses e de outros grupos de indivíduos.

**Figura 29** – Aprimoramento estético / Facção dos Taura



**Fonte:** Acervo do autor

Em consonância com Shapiro (2007), destaco as produções artísticas como manifesto da autenticidade profunda tornada pública pelos indivíduos. Essa lógica inclui também as performances, cuja representação na presente pesquisa fica à cargo do *footing*, ou alinhamento do eu à lógica regida pelo mundo do crime expresso na fala, nos movimentos, nas vestes e no comportamento em ocasiões sociais. A intenção de fazer-se visto como integrante ou meramente alguém próximo à facção que domina as atividades criminosas e pequenas contravenções no município pode ser compreendida aqui como um alinhamento artificializado, no qual o pano de fundo é o processo histórico e o reservatório de signos dessa facção.

Por fim, cabe citar que este empreendimento científico, mais do que um requisito à titulação, mais do que um registro geral dos acontecimentos em torno do mundo do crime no município em questão, é um compilado informativo a respeito de uma problemática em curso que extrapola a agrura da violência e do crime em seu formato comum na maior parte do Brasil. Trata-se de um intento contributivo no sentido de frear o alastramento dos significados surgidos do efeito da violência e do crime, bem como do descompromisso governamental com a cultura e os sentidos construídos e valorizados em espaços que compõe a cidade, mas que foram relegados do que é vulgarmente chamado de progresso. Essa lógica nociva não se limita à esses espaços, e em Pelotas isso fica claro quando percebe-se que Os Taura não são hoje apenas uma facção criminosa, mas uma marca elaborada com sangue e mobilizada puramente pela lógica capitalista.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVITO, M. **As cores de Acari: uma favela carioca**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

ARANA, A. **How the Street Gangs Took Central America**. *Foreign Affairs*, May-June, 2005.

ATLAS DA VIOLÊNCIA 2019 – Retratos dos municípios brasileiros. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). 2019. Disponível em <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9489>

AZEVEDO, R. G.; CIPRIANI, M. Um estudo comparativo entre facções: O cenário de Porto Alegre e o de São Paulo. **Sistema penal & violência**, vol. 7, no 2, p. 161-174. 2015.

BÁRBARA, L. B. A vida e as formas da sociologia de Simmel. **Tempo Social**. V. 26, n. 2. Novembro, 2014.

BARRETO, R.; BARROS, K. Footing, estrutura de participação e formato de produção do espaço on-line: um estudo da interação no Facebook. **Veredas – Revista de Estudos Linguísticos**. v.25, n.1, 2021

BARROWS, J.; HUFF, C. R. Gangs and public policy: Constructing and deconstructing gang databases. **Criminology & Public Policy**, v. 8, n. 4, p. 675-703, 2009.

BECKER, H. **Art Worlds**. Berkeley, CA: University of California Press. 2008.

BIONDI, K. **Proibido roubar na quebrada: território, hierarquia e lei no PCC**. São Paulo, Terceiro Nome. 2018.

BOERMAN, T.; KNAPP, J. Gang culture and violence against women in El Salvador, Honduras, Guatemala. **Immigration Briefings**. Thomson Reuters, 2017.

BOURDIEU, P. **Campo de poder, campo intelectual**. Buenos Aires: Folios, 1983.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. São Paulo, Bertrand do Brasil, 1989

BOURDIEU, P. **Pierre Bourdieu avec Löic Wacquant; réponses**. Paris: Seuil. 1992.



BOURDIEU, P.; EAGLETON, T. A doxa e a vida cotidiana: uma entrevista. In: ZIZEK, Slavoj (Org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BOURDIEU, P.; BOURDIEU, M. O camponês e a fotografia. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, 26, p. 31-39, jun. 2006.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2015.

BRAGANÇA, M. de. A narcocultura na mídia: notas sobre um narcoimaginário latino-americano. **Significação: Revista de Cultura Audiovisual**. 39(37), p. 93-109, 2012.

BRESOLIN, F. T.; CORRÊA, A. S.; MARQUES, M. M.; CHAIGAR, V. A. M. Um pixo na parede já defende algum direito: Juventudes urbanas em movimento. **Revista Pixo**. Pelotas, v. 3, n. 8, p. 36-47, 2019.

CIPRIANI, M. Os coletivos criminais de Porto Alegre entre a “paz” na prisão e a guerra na rua. **Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, PUCRS**. 2019.

CLEMONS, G.; ROSSI, R.; VAN DE KAMP, J. **Crips & Bloods - Street Gangs**. Sacramento, CA: Division of law Enforcement Investigation and Enforcement [Bureau of Organized Crime and Criminal Intelligence] California Department of Justice. NCJ Number: 146790. 1990.

CHIES, L. A. B.; RIVERO, S. M. Facções e cena criminal na Zona Sul do Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Sociologia**, [s. l.], v. 07, ed. 17, p. 155-183, 2019.

COHEN, A. K. **Delinquent boys: the culture of the gang**. Glencoe, NY, The Free Press, 1955.

COHEN, S. **Folk Devils and Moral Panics**. London: MacGibbon & Kee, [1972] 2002.

DECKER, S. H.; PYROOZ, D. C (Eds). **The handbook of gangs**. John Wiley & Sons, 2015.

DE LOS SANTOS, R. **El Mero, Mero: masculinidad en los narcocorridos y el cine del narcotráfico**. Stony Brook University Press, Stony Brook. 2008.

DIAS, C.; MARQUES, M. G.; NATAL, A.; POSSAS, M.; RUOTTI, C. A prática de execuções na região metropolitana de São Paulo na crise de 2012: um estudo de caso. São Paulo: **RBSP**, v. 9, n. 2, Ago/Set 2015.

DOS SANTOS, R. Interações, poder e instituições totais: a narrativa de Primo Levi e a microssociologia de Erving Goffman. **Rev. Sociol. Polít.**, v. 17, n. 34, p. 231-240. Curitiba. Out. 2009.

ERIC, IDESO, IDIES e IUDOP. **Maras y pandillas en Centroamérica**. Vol. I. Managua: UCA Publicaciones. 2001.

FELTRAN, G. de S. Trabalhadores e bandidos: categorias de nomeação, significados políticos. **Tematicas**, Campinas, SP, v. 15, n. 30, p. 11–50, 2007.

FELTRAN, G. de S. Fronteiras de tensão: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo. **Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais**, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

FELTRAN, G. de S. O legítimo em disputa: as fronteiras do "mundo do crime" nas periferias de São Paulo. **Dilemas. Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**. v. 1, n. 1, p. 93-126, Rio de Janeiro, 2008a.

FELTRAN, G. de S. São Paulo, 2015: sobre a guerra. **Blog da Boitempo**, 16 jun. 2015. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2015/06/16/sao-paulo-2015-sobre-a-guerra/> Acesso em 29 jan. 2022.

GARRAFFONI, R. S. Contribuições da Epigrafia para o estudo do cotidiano dos gladiadores romanos no início do Principado. **História**. São Paulo, v.24, n.1, p.247-261, 2005.

GOODY, J. **The Logic of Writing and the Organization of Society**. Cambridge, MA: Cambridge University Press. 1986.

GOFFMAN, E. **Forms of talk**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1981.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. Ed. 14, Petrópolis: Vozes, 2006.

GOMES, S. Ação coletiva ao crime: repertórios de movimentos sociais e facções prisionais. **Revista Brasileira de Sociologia**, vol. 7, núm. 17, Setembro-, pp. 184-200, 2019.

HERMES, B.; OLKO, J.; ZRALKA, J. En los confines del arte. Los *graffiti* de Nakum (Petén, Guatemala) y su contexto arquitectónico, arqueológico e iconográfico. **An. Inst. Investig. Estét.** vol.23, no.79. Ciudad de México, sep./nov. 2001.

KLEIN, M. **The american street gang**. Nova York, Oxford University Press. 1992.

KNOX, G. **An introduction to gangs**. 6th ed. Peotone, IL: New Chicago School Press Inc. 2009

KOSMYNKA, S. Importancia de los rituales de iniciación y de los tatuajes en las maras y pandillas centroamericanas. **Sztuka Ameryki Łacinskiej**. Nr. 10. 2020.

GREEN, J.; PRANIS, K. **Gang Wars: The Failure of Enforcement Tactics and the Need for Effective Public Safety Strategies**. Justice Policy Institute Report. 2007. Disponível em [https://justicepolicy.org/wp-content/uploads/justicepolicy/documents/07-07\\_rep\\_gangwars\\_gc-ps-ac-jj.pdf](https://justicepolicy.org/wp-content/uploads/justicepolicy/documents/07-07_rep_gangwars_gc-ps-ac-jj.pdf)

LEÃO, A. L.; MELLO, S. C.; FREITAS, G. K. Usos das marcas para o alinhamento do “eu” (footing) em interações sociais. **Rev. bras. gest. neg.** São Paulo. v. 13, n. 38. Jan-Mar, 2011.

LESSING, B. **Inside Out: The Challenge of Prison-Based Criminal Organizations**. Washington, DC: The Brookings Institution, 2016.

LIMA, P. N. P de. Protesto e Spray: o graffiti e a pichação como forma de intervenção artística e política na ditadura militar na cidade de São Paulo. **Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC**, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós Graduação em História, Florianópolis, 2018.

MANSO, B. P.; DIAS, C. **A guerra: a ascensão do PCC e o mundo do crime**. São Paulo: Todavia, 2018.

MAUSS, M. **Les techniques du corps**. Journal de Psychologie, XXXII, n. 3-4, 15 mars-15 avril, 1936.

MARTÍNEZ, J. **Ver, oír y callar**. México: Ediciones Sur, 2017.

MARQUES, T. **O Brasil tatuado e outros mundos**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

MARX, K. Benefícios secundários do crime. **Panóptica – Direito, sociedade e cultura**, v.9, n.2, p. 302-303, 2016.

MISSE, M. Malandros, marginais, vagabundos e a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. 1999. **Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro**, Uerj, Rio de Janeiro, 1999.

MISSE, M. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”. **Lua Nova**, São Paulo, 79: 15-38, 2010.

MIZRAHI, E. et al. **Pensar el fenómeno narco: el narcotráfico en los discursos audiovisuales 2010-2015**. - 1a ed. - Banfield: 2018.

MONTAIGNE, F. **Deporting America's Gang Culture**. Mother Jones, July-Aug: pp. 44-51. 1999.

MORA, R. Abjection and the cinematic cholo. The chicano gang stereotype in sociohistoric context. **Thymos: Journal of Boyhood Studies**, Vol. 5, No. 2, 124-137. 2011.

FOOTE, N.; GOEBEL, M. (orgs.). **Immigration and national identities in Latin America**. Gainesville. University Press of Florida, 2014.

OJIMA, R. Novos contornos do crescimento urbano brasileiro? O conceito de Urban Sprawl e os desafios para o Planejamento Regional e Ambiental. **Revista GEOgraphia**. v.10, n.19, p. 46-59, abr. 2008.

OVALLE, L. P. Entre la indiferencia y la satanización. Representaciones sociales del narcotráfico desde la perspectiva de los universitarios de Tijuana. **Culturales**, 1, 63-89, 2005.

OVALLE, L. P. Construcción social del narcotráfico como ocupación. **Revista CS online**, jan-jul, 2010.

Disponível em <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=476348368004>. Acesso em 01/03/2022.

PAIVA, L. F. S. **Contingências da violência em um território estigmatizado**. Campinas: Pontes. 2014.

PAIVA, L. F. S. "“AQUI NÃO TEM GANGUE, TEM FACÇÃO”": as transformações sociais do crime em Fortaleza, Brasil." **Caderno CRH** 32, no. 85, p. 165-184, 2019.

PAIVA, L. F. S. O Domínio das Facções nas Periferias de Fortaleza-CE. **TOMO**. N. 40 JAN./JUN. 2022.

PARFITT, C. M.; GALLO, B.; ALBA, J. M. A evolução da periferia na conurbação Pelotas – Capão do Leão. **Ateliê Geográfico** - Goiânia-GO, v. 14, n. 2, agosto, p. 244 – 263. 2020.

PEREIRA, M.; GASTALDO, E.; VIEIRA, A. O legado de Goffman aos estudos de interação social. **Veredas – Revista de Estudos Linguísticos**. v.25, n.1, 2021.

PHILLIPS, S. **Wallbangin: Graffiti and Gangs in L.A.** Chicago: University of Chicago Press. 1999.

PHILLIPS, S. Deconstructing gang graffiti. In: ROOS, J. I. **Routledge Handbook of Graffiti and Street Art.** Routledge. New York, NY. 2016.

QUICKER, J.; BATANI-KHALFANI, A. **From Boozies to Bloods: Early Gangs in Los Angeles.** Journal of Gang Research. 5 (4) p. 15 -22. 1998.

RODRIGUES, F. de J. “Corro com o PCC”, “Corro com o CV”, “Sou do crime” Facções, sistema socioeducativo e os governos do ilícito em Alagoas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** n.35 (102). 2020.

RODRIGUES, F. de J. Neutros: novos atores criminais, o combate local às facções nacionais e os homicídios em Maceió, Alagoas. **Blog SBS.** Set. 2021. Disponível em <http://www.sbsociologia.com.br/blog/2021/09/09/neutros-novos-atores-criminais-o-combate-local-as-faccoes-nacionais-e-os-homicidios-em-maceio-alagoas/> Acesso em 01/03/2021.

RUEDA, S. Uma línea de polvo: arte y drogas em Colombia. **CALLE14.** V. 4, n. 4 – enero-junio, 2010.

RYBKA, L. N.; NASCIMENTO, J. L.; GUZZO, R. S. L. Os mortos e feridos na “Guerra às Drogas”: uma crítica ao paradigma proibicionista. **Estudos de Psicologia** (Campinas), 35(1), 99-109, 2018.

SÁNCHEZ-JANKOWSKI, M. As gangues e a estrutura da sociedade norte-americana. **Rev. bras. Ci. Soc.** v.12 n.34 São Paulo jun. 1997.

SAVENIJE, W. **Maras y barras: pandillas y violència juvenil em los barrios marginales de Centroamérica.** 1ª. ed. San Salvador, El Salvador. FLACSO Programa El Salvador. 339 p. 2009.

SHAPIRO, R. Que é artificação? **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 22, n. 1, p. 135-151, jan./abr. 2007.

SIEGEL, L. **Gangs and the law**. In *Gangs and society: Alternative perspectives*, ed. Louis Kontos, David Brotherton, and Luis Barrios. New York: Columbia University Press. 2003.

SILVA, A. L. da. Imigrações na América Latina em tempo de globalização e a mídia. **Revista Tópicos Educacionais**, vol. 26, núm. 1, pp. 183-204, 2020.

SIMMEL, G. **Simmel: Sociologia**. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Editora Ática, 1983.

SIMMEL, G. **Georg Simmel Gesamtausgabe**. Vol. 11: **Soziologie: Untersuchungen über die Formen der Vergesellschaftung**. Frankfurt, Suhrkamp. 1992 [1908].

SIMMEL, G. **Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

SYKES, G. M. **The society of captives: a study of a maximum security prison**. Nova Jersey, Princeton University Press. 1974.

TILLY, C. **The politics of collective violence**. England: Cambridge University Press, 2003.

VALENCIA TRIANA, S. Capitalismo Gore y necropolítica en México contemporáneo. **Relaciones Internacionales**, (19), 83–102. 2012.

VALENZUELA ARCE, J. M. Narco(corridos), melodrama y cultura. **Versants** 57:3, fascículo español. pp. 167-180. 2010.

WEBER, F. A entrevista, a pesquisa e o íntimo, ou: Por que censurar seu diário de campo? **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 15, n. 32. Jul./Dez. 2009.

WARD, Thomas W. **Gangsters without borders: An ethnography of a Salvadoran street gang**. New York: Oxford University Press, 2013.

WOLF, S. **Mano dura: The politics of gang control in El Salvador**. University of Texas Press, 2017.

ZILLI, L. F. O bonde tá formado: Gangues, ambiente urbano e criminalidade violenta. Belo Horizonte, Departamento de Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais. **Tese de doutorado em Sociologia**. 2011.

ZILLI, L. F. O mundo do crime e a lei da favela: aspectos simbólicos da violência de gangues na região metropolitana de Belo Horizonte. **Etnográfica**, v. 19, n. 3, pp. 463-487, 2015.



## ANEXO A - Roteiro semiestruturado para entrevistas

- **Apresentações;**
  - Nome, idade, tempo de serviço (q.a.)
  - Informações sobre proximidade com o mundo do crime (q.a.);
  - Local de atuação/residência...
  
- **Percepção sobre a violência/crime na localidade;**
  - Cotidiano laboral (q.a), cotidiano de pesquisa (q.a), cotidiano no bairro (q.a);
  - Sensação de segurança/insegurança;
  - Conflitos (com a lei, com grupos rivais, com terceiros...);
  
- **Política local de segurança;**
  - Contribui? Afeta a atuação?
  - (se citadas) Considera as marcações?
  
- **Facções criminosas e o cenário local;**
  - Quais são?
  - Qual é a atuação?
  - Onde estão?
  - Verificar a informação sobre HEGEMONIA.
  
- **Marcações;**
  - O entrevistado(a) percebe?
  - Perspectiva pessoal a respeito;
  - Função para o sujeito pixador/tatuado;
  - Função para a facção;
  - Efeitos relacionados ao poder e a propaganda;
  - Efeitos para a atuação dos agentes de segurança (q.a);
  - Efeitos para a gestão de segurança (q.a).
  
- **Impacto social da presença expressa das facções;**
  - Novo padrão de violência?
  - Impacto sobre o cidadão ordinário;
  - Efeito na cidade/bairro;
  - Sensação de segurança/insegurança;
  
- **Considerações finais.**